

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

“DIOS, QUÉ BUEN VASSALO, SI OVIESSE BUEN SEÑOR!”: AS
RELAÇÕES DE NEGOCIAÇÃO E PODER MONÁRQUICO EM
CASTELA NO SÉCULO XIII À LUZ DO POEMA DE MIO CID (1207)

Lívia Maria Albuquerque Couto

São Cristóvão
Sergipe – Brasil
2019

LÍVIA MARIA ALBUQUERQUE COUTO

“*DIOS, QUÉ BUEN VASSALO, SI OVIESSE BUEN SEÑOR!*”: AS RELAÇÕES DE
NEGOCIAÇÃO E PODER MONÁRQUICO EM CASTELA NO SÉCULO XIII À
LUZ DO POEMA DE MIO CID (1207)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe, como requisito obrigatório para obtenção de título de Mestre em História, na Área de Concentração Cultura e Sociedade. Linha de pesquisa: Relações Sociais e Poder.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro

Aprovada em 05 de Agosto de 2019:

Prof. Dr. Bruno Gonçalves Alvaro
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Carlos de Oliveira Malaquias
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dra. Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva
Universidade Federal do Rio de Janeiro

SÃO CRISTOVÃO
SERGIPE - BRASIL
2019

AGRADECIMENTOS

Trilhar uma jornada nunca é uma decisão fácil e o caminho tal pouco o será! Sair da inércia, dar o primeiro passo e se manter firme e de cabeça erguida é uma tarefa complicada, contudo, quando se tem pessoas a seu lado para apoiar o caminho fica menos tortuoso.

Como historiadora sei a importância de relembrar o passado e que não é possível alcançar objetivos sozinha. Por isso, primeiramente agradeço a Deus que não permitiu que eu perdesse o equilíbrio nas horas de dúvidas e por colocar no meu caminho pessoas que posso chamar de “amigos”, porque “é tão bonito quando a gente sente que nunca está sozinho por mais que pense estar”. Agradeço também todas as dificuldades que enfrentei; não fosse por elas, eu não teria saído do lugar.

Por isso que gostaria de agradecer à algumas pessoas que não me deixaram esmorecer e me permitiram chegar aqui hoje.

Em primeiro lugar, à minha família por tamanha dedicação e esforço, por acreditarem em mim e na minha capacidade quando nem eu mesma acreditava. Minha mãe e minha vó, por serem exemplo de força, integridade, meu tio, por sempre investir e acreditar em mim. Meu padrasto por todo carinho. Minha prima Tabathy e seus filhos por tentarem sempre animar meus dias, com tantas “gordisses” e momentos “família” tão serenos e aconchegantes. E aos meus irmãos que são parte importante em minha vida: Pedro, que apesar de tudo, me inspirou nesta jornada com conselhos e seu jeito “brutinho” de ser; e Rannier, por me motivar com cada palavra de conforto! Eu amo vocês.

Ao meu bem, Marcos Miranda, por trilhar este caminho comigo, por segurar minha mão e minhas lágrimas nas horas difíceis e por vibrar comigo em cada conquista. Serei eternamente grata por tudo que faz por mim, e como sempre te digo “Sem você tudo teria sido mais difícil e nada teria tido graça”. Você é luz em minha vida!

Agradeço a minha turma do mestrado 2017/1, da qual conheci pessoas de extrema importância na minha vida! Obrigada Andrea e Raiane por toda palavra de conforto, por todas as discussões nas disciplinas, e por serem tão calmas e transmitirem tanta paz! Obrigada à minha amiga desde a graduação, Carol, por sempre estar presente e por toda ajuda. E, principalmente, sou grata à Márcia e à Monique, pois, nesses anos nos tornamos verdadeiras amigas, que falavam sério quando necessário, que amenizavam quando

preciso e que estavam lá como apoio incondicional. Por isso levarei vocês para sempre em minha vida! De fato, procurarei guardar as lembranças boas desses dois anos com toda a turma. Agradeço também a Edna Maria, por todos os conselhos, ensinamentos e palavras de afeto e alento e Paloma, por tantas horas de conversa e pelo apoio!

Aos meus amigos e amigas, não tem como citar a importância de todos e todas, mas tentarei ser o mais fiel possível ao sentimento de gratidão que tenho por vocês. Rafael Mota, Thayná, por me proporcionarem lindos momentos e que sempre guardarei as melhores lembranças de nossa amizade. Iza, Marina, Thiago, Carol, Vanuzia e Ana Lúcia, a graduação trouxe como presente e como somos de humanas com problemas em dividir e diminuir, sempre somamos! Assim vocês trouxeram Vivi, Isis, Letícia, Nati, Rafa e amiga Nai, para agregar valor em minha vida. Muita gratidão por vocês que representam uma parte bastante especial, assim como: Thamires, Aline e Krissie. Vocês que tenho vontade de guardar em um potinho, pois, direta e indiretamente, fazem parte desta conquista e me provaram que uma história é feita de muitas histórias! Eu também amo vocês!

Aos meus colegas do grupo de pesquisa *Dominium*, sou grata por todas as discussões que nós tivemos. Com certeza elas foram importantes nessa jornada. E gostaria de ressaltar a importância de Ives, Bruna Mota e Rafael Prata. O medieval ainda sobrevive em Sergipe e vocês vão longe!

E claro não poderia deixar de citar meu orientador e esta banca que tanto me auxiliou. Sou grata ao meu papis, Bruno Alvaro, que desde a graduação acreditou em mim e me apoiou. Se tornando muito mais que um orientador, um verdadeiro amigo e conselheiro. Agradeço também pelas contribuições da professora Andreia Frazão e do professor Carlos Malaquias, que me nortearam nesta dissertação. É difícil expressar a gratidão que tenho por vocês três, muito obrigada por tudo! Principalmente em se tratando de um momento tão complicado da educação em nosso país, vocês servem de inspiração, exemplos concretos de profissionais que não se deixam abater e continuam lutando e resistindo!

Por fim, meu agradecimento a FAPITEC, por ter proporcionado o financiamento dessa pesquisa durante e possibilitado minha dedicação aos estudos.

O sentimento de gratidão vai além do “muito obrigada”. Agora mudam-se as metas e as expectativas para novas conquistas, mas um dia quem sabe chegarei lá...

RESUMO

“Dios, qué buen vassalo, si oviesse buen señor!”: as relações de negociação e poder monárquico em Castela no século XIII à luz do *Poema de Mio Cid* (1207)

O reinado de Alfonso VIII (1158-1214) foi um período intensamente marcado por uma série de conflitos políticos e militares. Com o intuito de compreender este período da história castelhana e contribuir acerca do que é pesquisado sobre o medievo ibérico, buscamos analisar a relação deste monarca com uma parcela específica da sociedade, isto é, a aristocracia guerreira/senhorial.

Para tal, nos valeremos do *Poema de Mio Cid*, escrito durante o reinado de Alfonso VIII, o qual nos permitirá analisar como o discurso sobre as negociações senhoriais e o poder monárquico eram representados na corte castelhana. Assim, esperamos compreender não apenas o modelo de aristocracia idealizado, como também as relações de negociação almejadas pela monarquia.

Nesse sentido, destacamos como Alfonso VIII se utilizou da literatura de corte com o objetivo de melhorar os tensionamentos com a aristocracia e o auxiliar na legitimação do seu poder. Ao atribuir características propagandistas como, por exemplo: Equilíbrio, Lealdade, Cortesia, Generosidade Religiosa e o ideal de Herói/Guerreiro, o monarca castelhano buscou moldar a realidade social a seu favor. Logo, entendemos que para atribuir discursos de negociação baseados nessas características e fortalecer seu poder monárquico, utilizou-se de situações específicas do *Poema de Mio Cid*.

Por isso, é necessário pensar o conteúdo poético do documento dentro de um contexto, relacionando o seu discurso ao social e às relações de poder específicas de Castela do século XIII. Sendo necessário destacar que o documento foi produzido entre as duas principais guerras do reinado de Alfonso VIII (Alarcos e Las Navas).

Por fim, acreditamos na ideia de que Alfonso VIII patrocinou a produção do *Poema de Mio Cid* e que este seria um instrumento propagandístico para as relações sociais e de negociação entre a monarquia castelhana e a aristocracia.

Palavras-Chave: Medievo Ibérico; Relações de Negociação; Alfonso VIII; Poema de mio Cid.

ABSTRACT

“Dios, qué buen vassalo, si oviessa buen señor!”: the negotiation relations and monarchic power in Castile in the 13th century in light of the *Poem of Mio Cid* (1207)

The reign of Alfonso VIII (1158-1214) was a period marked by a series of political and military conflicts. In order to understand this period of Castilian history and to contribute to what is researched about the Iberian Middle Ages, we seek to analyze the relationship of this monarch with a specific part of society, that is, the warrior / seigneurial aristocracy. To do so, we will use the poem of Mio Cid, written during the reign of Alfonso VIII, which will allow us to analyze how the discourse on seigneurial negotiations and monarchic power were represented in the Castilian court. Thus we hope to understand not only the idealized aristocratic model, but also the negotiation relationships sought by the monarchy.

In this sense, we highlight how Alfonso VIII used court literature in order to improve tensions with the aristocracy and to help legitimize its power. In attributing propagandist characteristics as, for example: Balance, Loyalty, Courtesy, Religious Generosity and the ideal of Hero / Warrior, the Castilian monarch sought to shape social reality in his favor. Therefore, we believe that in order to attribute negotiation discourses based on these characteristics and to strengthen their monarchical power specific situations in the Poem of Mio Cid were used.

It is therefore necessary to think of the poetic content of the document within a context, relating its discourse to the specific social and power relations of Castile in the 13th century. It is necessary to emphasize that the document was produced between the two main wars of the reign of Alfonso VIII (Alarcos and Las Navas).

Finally, we believe in the idea that Alfonso VIII used the literary production of the time, that is, the poem of Mio Cid as a propagandistic instrument to serve as a model of social relations and negotiation between the Castilian monarchy and the aristocracy.

Keywords: Iberian Middle Ages; Negotiation Relations; Alfonso VIII; Poem of Mio Cid.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
-----------------	----

CAPÍTULO I – O REINADO DE ALFONSO VIII: PODER E DISCURSO POLÍTICO NO <i>POEMA DE MIO CID</i>	22
1.1. O PENSAMENTO POLÍTICO NO MEDIEVO	23
1.2. O PODER E O DISCURSO POLÍTICO MEDIEVAL.....	26
1.2.1. O papel do saber no reinado de Alfonso VIII: discurso político e o “querer” poder.....	27
1.3. O POEMA DE MIO CID: POR TRÁS DOS IDEIAS DE ALFONSO VIII	30
1.3.1. A questão da autoria	31
1.3.3. Problemática da datação.....	31
1.4. CASTELA E O PERÍODO DE MENORIDADE DE ALFONSO VIII	35
1.5. ELEMENTOS GERAIS DA “TEORIA POLÍTICA” DE ALFONSO VIII.....	37
1.5.1. A queda de Alarcos	42
1.5.2. Ordens Militares e Guerra Santo: o mito da <i>Reconquista</i>	44
1.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	47

CAPÍTULO II – CARACTERÍSTICAS PROPAGANDISTAS: UMA PORTA PARA A NEGOCIAÇÃO NO REINADO DE ALFONSO VIII	49
2.1. ALFONSO VIII E O USO DA LITERATURA DE CORTE COM O INTUITO DE FORTALECER O PODER MONÁRQUICO.....	50
2.2. DISCURSOS DE AUTORIDADE E PODER NO <i>POEMA DE MIO CID</i> : CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE CASTELHANA.....	51
2.3. QUALIDADES IDEALIZADAS PARA ARISTOCRACIA ATRAVÉS DO <i>POEMA DE MIO CID</i>	55
2.3.1. “Virtudes” impostas: análise das características propagandistas:	56
a) Equilíbrio	56
b) Lealdade.....	60
c) Cortesia	65
d) Generosidade Religiosa	66
e) Herói/Guerreiro	70

2.4.	UMA	PORTA	PARA	NEGOCIAÇÃO	72
.....					72
2.5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CAPÍTULO				73
.....					73
CAPÍTULO III – POEMA DE MIO CID: ANÁLISE DOS DISCURSOS DE NEGOCIAÇÃO E FORTALECIMENTO DO PODER MONÁRQUICO NO REINADO DE ALFONSO VIII.....					
3.1. A CORTE CASTELHANA: FINAIS DO SÉCULO XII E PRINCÍPIO DO XIII					75
.....					75
3.1.1. Monarquia e a Aristocracia					77
3.2. O USO <i>POEMA DE MIO CID</i> NA CORTE CASTELHANA DE ALFONSO VIII					
.....					80
3.3. TÁTICAS DE ALFONSO VIII: UM IDEAL DE NEGOCIAÇÃO E FORTALECIMENTO DO PODER ATRAVÉS DO <i>POEMA DE MIO CID</i>					83
3.3.1. Cantar I					83
3.3.2. Cantar II					87
3.3.3. Cantar III					91
3.4. EM DIREÇÃO A LAS NAVAS DE TOLOSA					95
3.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO					99
.....					99
CONCLUSÃO					101
.....					101
REFERÊNCIAS					108
.....					108

INTRODUÇÃO

O reinado de Alfonso VIII (1158-1214), o Nobre, de Castela,¹ não é tão abordado pela historiografia. Nesse sentido, o monarca castelhano é lembrado pela documentação e pela historiografia, principalmente, pelo seu papel na *Reconquista*,² porque ao final de seu reinado o caráter de cruzada foi definitivamente associado a este movimento. Isso aconteceu, devido, principalmente, ao segundo avanço islâmico dos Almôadas, em 1179. Esta dinastia norte-africana (1130-1269), que se auto intitulava “crentes na unidade de Deus”,³ era mais ortodoxa que a anterior, dos almorávidas (1056-1147), pois pregava uma rigorosa moralidade baseada no Alcorão.

Desse modo, como corte cronológico de pesquisa, optamos por meados dos séculos XII e princípio do XIII, pois é neste período que podemos observar o gradual enfraquecimento e dissolução do poderio muçulmano frente aos Reinos Cristãos, os quais, por meio de uma aplicação maciça de mecanismos militares e diplomáticos, passaram a assistir àquilo que García Fitz definiu como um:

enorme proceso de expansión militar y política a costa de sus vecinos musulmanes, y que, em tres siglos, amplió la extensión de sus dominios, por la vía del esfuerzo bélico, mas que ninguna otra sociedad occidental contemporanea.⁴

Com o intuito de contribuir para o que é pesquisado sobre o reinado de Alfonso VIII, e observar as táticas empreendidas por este monarca castelhano em sua ideologia política, pretendemos analisar o uso do *Poema de Mio Cid* como um produto intelectual utilizado por este rei. Dessa forma, defendemos que uma estratégia deste monarca castelhano para fortalecer seu poder real foi investir em obras de cunho didático com finalidades políticas⁵. Dessa maneira, a hipótese a ser defendida nesta dissertação, foi que Alfonso VIII se utilizou do *Poema de Mio Cid*⁶ em confluência com outras esferas de poder daquela sociedade, como um instrumento de características propagandísticas para as relações sociais e de negociação, entre a aristocracia⁷ e a monarquia.

¹ Optamos por utilizar a nomenclatura espanhola, devido à proximidade com as fontes utilizadas.

² A Idade Média Central Ibérica (séculos XI-XIII) foi um período intensamente marcado por uma série conflitos políticos e militares alternados envolvendo os chamados Reinos Cristãos Peninsulares e os Reinos Taifas da Andaluzia, em um processo de lutas territoriais corriqueiramente denominado *Reconquista*.

³ CAHEN, Claude. *El Islam. I: Desde los orígenes hasta el comienzo del Imperio otomano*. Madrid: Siglo XXI, 1992, p. 295.

⁴ GARCÍA FITZ, Francisco. *Castilla y León frente al Islam: Estrategias de Expansión y tácticas militares (siglo XI-XIII)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2005, p. 28.

⁵ Podemos citar como exemplo: *Chronicon Mundi*, de Lucas de Tuy; *Historia de Rebus Hispanial sive Historia Gothica*, de Rodrigo Jiménez de Rada; e *Chronica Latina Regum Castellae*, de Juan de Osma.

Logo, através de situações específicas do *Poema*, buscaremos demonstrar como interesses locais, influenciados pelos discursos de Alfonso VIII, podem ter patrocinado o documento com o objetivo de realçar a figura do *Cid*, como uma espécie de “processo civilizatório”, além de reforçar um ideal propagandista que auxiliaria no reinado deste monarca castelhano.

Argumentamos que o monarca castelhano se utilizou das canções de gestas que eram “consumidas” para atingir um público alvo, isto é, a aristocracia, que escutava os jograis e os trovadores. Segundo Menéndez Pidal,⁸ os principais alvos desta obra eram cavaleiros e homens da cidade. Assim, o *Poema de Mio Cid* teria a função de distribuir características direcionadas à aristocracia, como por exemplo: Equilíbrio, Lealdade, Cortesia, Generosidade Religiosa e Força Guerreira. Além de difundir mecanismos de negociação baseados em conquistas territoriais, que auxiliariam no reinado de Alfonso VIII.

Conforme Fátima Regina Fernandes⁹ é necessário entender a construção das representações ideológicas régias, visto que a compreensão das ideologias passa pela História do Poder, mas ao estudarmos a base de construção dos modelos de poder régio, devemos ter consciência de que o papel da influência dos monarcas é decisivo a esta compreensão. Ainda segundo esta autora, o esforço dos pensadores medievais em resgatar o elemento público na tradição clássica diretamente associado à figura e a função do rei legitimava o conceito de poder régio no âmbito social.

⁶ De forma, resumida a documento se trata de um poema épico ou, ainda, pode ser classificado como “literatura de corte (ou cortês)”, com intuito de exaltar um famoso personagem da região de Burgos que viveu num período conflituoso. Logo, ligado à questão da educação cortês, da diversão nas Cortes, visando rememorar os feitos guerreiros do lendário Rodrigo Díaz. In: FLETCHER, Richard. *Em Busca de El Cid*. São Paulo: Unesp, 2002. p. 22.

⁷ Gostaríamos de destacar nossa preferência em utilizar o termo “aristocracia” ao invés de “nobreza”, pois temos ciência que a formação da aristocracia medieval é um processo complexo, e bastante discutido entre os historiadores. Em uma primeira abordagem, pode-se considerar que a aristocracia, classe dominante no Ocidente Medieval, é caracterizada pela conjunção do comando dos homens, do poder sobre a terra e da atividade guerreira. BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006. p. 110. Dessa forma, ressaltando que Joseph Morsel prefere a utilização do termo “aristocracia”, já que segundo o historiador devemos construir essa noção pondo a ênfase sobre a dominação social exercida por uma minoria cujos contornos permanecem por muito tempo bastante abertos e fluidos, no lugar da noção de “nobreza”. Sendo que, somente no fim da Idade Média que se pode conferir uma verdadeira pertinência à noção de nobreza tal como nós a concebemos espontaneamente, quer dizer, como categoria social fechada e definida por um conjunto de critérios estritos. Por isso, a nobreza, como grupo social e não como qualidade, é apenas a forma tardia e consolidada da aristocracia medieval MORSEL, Joseph. *La aristocracia medieval: el dominio social en Occidente (siglos V-XV)*. València: Publicaciones de la Universitat de València, 2008. p. 20.

⁸ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *La España del Cid*. Madrid: Espasa-Calpe, 1947. p. 32.

⁹ FERNANDES, Fátima Regina. Teorias Políticas Medievais e a construção do conceito de unidade. *Revista História*, São Paulo, nº28. v.2: 2009. p. 47.

Afinal, o rei medieval era um monarca contratual com uma dimensão feudal ou ascendente de poder, como nos diz Ullman.¹⁰

Ao reproduzir em seus espaços de atuação, adequando as especificidades de suas realidades, os letrados acabavam tornando natural o discurso ao conectá-lo com elementos predominantes na tradição e cultura dos povos que a elas deveriam reconhecer e submeter-se. Sendo importante ressaltar que muitos reis do medievo se valeram de diversos tipos de estratégias e veículos de difusão de supremacia monárquica e as mais recorrentes foram as crônicas régias, podemos utilizar como exemplo os casos mais conhecidos de Alfonso X e Fernando III.¹¹

Assim como Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, compreendemos o discurso como uma construção humana coerente, coletiva, dinâmica, e organizada sobre uma determinada temática. Dessa forma, segundo Michel Foucault, os discursos seriam saberes, ou seja, compreensões produzidas pelas sociedades sobre as relações humanas.

Dessa forma, o relato de um passado comum atrelado às figuras idealizadas dos monarcas permitiria aos mais simples vassallos a inclusão em uma dimensão histórica do reino. Assim, a identidade do reino se construiria a partir da elaboração de um passado comum, bem como da fixação de signos e símbolos, como os estandartes e flâmulas e as armas do reino, o grito de guerra, elementos criados por e para o reino e que gerariam a identidade de uma corte a partir da figura do rei.

Como Gabriel Almond e Sidney Verba deixaram claro,¹² as análises de cultura política são campos privilegiados para determinar as conexões entre as dimensões micro e macro da política, pois têm como meta justamente compreender os valores que orientam as motivações e atitudes dos indivíduos frente à política institucional. Desse modo, entendemos que os representantes do monarca atuavam na criação de uma cultura política com o objetivo de influenciar a criação de uma identidade local,¹³ assim, moldar a sociedade, segundo suas concepções político-sociais para auxiliar seu “programa de governo”.

¹⁰ ULLMANN, W., *Historia del pensamiento político en la Edad Media*. Barcelona: Ariel, 1983. p. 15.

¹¹ FERNANDES, Fátima Regina. op. cit., p. 51-52.

¹² ALMOND, G. & VERBA, S. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Nova York: Sage. 1989. p. 12-13.

¹³ O papel que a Igreja desempenhava na sociedade medieval, como um todo, é indiscutível, desde o âmbito político até o cultural e isso não foi diferente no território castelhano do século XIII. In: ALVARO, Bruno Gonçalves. *A Construção das Masculinidades em Castela no Século XIII: Um Estudo Comparativo do Poema de Mio Cid e da Vida de Santo Domingo de Silos*. Dissertação (mestrado) – UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2008. p. 46.

Nesse sentido, na tentativa de se redefinir especificidades do poder político faz-se necessário entender a noção do social e o conceito de alegoria. Pois, os acontecimentos políticos não se auto explicam, e dependem da análise de outras dimensões da realidade histórica, isto é, o social, a economia e a cultura. Logo, fatores não-políticos são importantes para a compreensão dos processos políticos. Segundo Francisco Falcon,¹⁴ o estudo do político compreende não apenas a política em seu sentido tradicional, mas, em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder.

Com base no que foi dito, justificamos que o *Poema de Mio Cid* pode ser utilizado como testemunho histórico porque nos possibilita uma ideia, não do período em que viveram os personagens, mas a representação dada pelo autor a eles. Nesse sentido, argumentamos que esta visão utilizada pelo autor do documento, na verdade, pode ser considerada uma estratégia para falar de personagens contemporâneos a ele, uma espécie de alegoria, em que algo representa ou significa uma coisa diferente. Por isso, é necessário pensar o *Poema* dentro de um contexto, relacionando o seu discurso ao social.

Levamos em consideração o fato de que este documento já foi bastante utilizado em áreas do conhecimento como Letras, Literatura e Filologia.¹⁵ Contudo nenhuma atenção foi dada, no Brasil,¹⁶ ao cunho político do momento em que a obra foi composta: o reinado de Alfonso VIII. Portanto, tendo em vista essa carência, inferimos ser necessário analisar seu período de produção e transmissão, o século XIII.

Com relação aos estudos sobre o *Poema* realizados no Brasil, destacamos alguns para nosso levantamento bibliográfico. Para tal, escolhemos dois artigos, uma monografia e duas dissertações de mestrado.

¹⁴ FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 120.

¹⁵ Em algumas delas o *Cid* histórico, acaba sendo misturado ao literário. Por isso, a “lenda” perpetua até hoje, na região de Burgos, na Espanha. Porém, em outros estudos há a separação desses “Cids”, sendo assim, destacamos que é possível um estudo histórico do personagem.

¹⁶ Reconhecemos a produção internacional, mas, nossa revisão bibliográfica se limitou aos trabalhos produzidos no Brasil. Com isso buscamos preencher as lacunas deixadas e contribuir para o cenário da medievalística brasileira. A respeito da revisão bibliográfica de estudos internacionais ver a dissertação: ALVARO, Bruno Gonçalves. *A Construção das Masculinidades em Castela no Século XIII: Um Estudo Comparativo do Poema de Mio Cid e da Vida de Santo Domingo de Silos*. Dissertação (mestrado) – UFRJ/IFCS/ Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2008. 174 p.

O artigo intitulado *Abengalbón, o mouro Amigo do Cid*,¹⁷ da professora de literatura espanhola da Universidade de São Paulo, María de la Concepción Piñero Valverde,¹⁸ apresenta o caso de uma aliança e amizade pessoal um tanto peculiar, demonstrada no *Poema*, entre diferentes grupos étnicos e religiosos na Espanha Medieval. O *Cid* e o mouro Abengalbón têm uma aliança com interesses, pois, segundo a autora, o Mouro vê no *Cid* um guerreiro castelhano que poderia ser um poderoso aliado, cuja benevolência seria temerária desprezar. Já Rodrigo Díaz têm razões práticas em sua aliança, porque o mouro defendia uma posição estratégica entre as terras cristãs e a região de Valença, conquistada pelo *Cid*, mas isolada da região de Castela. Abengalbón seria, então, o elo indispensável que permite as comunicações entre Valença e o território castelhano.

Para Piñero Valverde, foi a partir de necessidades estratégicas que se estabeleceu, inicialmente, a relação entre o *Cid* e Abengalbón, afinidade que o conhecimento mútuo transformou em estima e em amizade pessoal. Ainda segundo a autora, ao apresentá-lo assim, o poeta não somente expressa o conceito de que entre os adversários havia pessoas dignas do maior respeito, mas ressalta a conveniência de buscar aliados entre os senhores da Espanha árabe.

No decorrer do artigo a autora utiliza outras obras sobre o período, como, por exemplo, a *Historia Roderici* e a *Chanson de Roland*, como intuito de analisar a existência desse mouro e legitimar sua relação de amizade com o *Cid*. Ela conclui que a poesia e a história conservam a lembrança do mútuo desejo de encontrar espaços de convivência, onde pudessem florescer o respeito, o apreço e mesmo a fraterna amizade, entre esses povos de fronteira, isto é, mouros e cristãos.

Outro artigo que vamos analisar, intitulado: *Poema de Mio Cid e a vida de Santo Domingo de Silos: um estudo comparativo a partir de dois textos do Século XIII*,¹⁹ de autoria de dois especialistas em História Medieval, Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva e Bruno Gonçalves Alvaro. Neste artigo eles comparam a descrição dos clérigos

¹⁷ PIÑERO VALVERDE, María de la Concepción Piñero. *Abengalbón, o Mouro Amigo do Cid*. *Caligrama* - Belo Horizonte, 1998. p. 15-24.

¹⁸ Interessante destacar que esta autora, especialista em literatura medieval, com o intuito de contribuir para o aumento das pesquisas no Brasil, fez uma tradução que pode ser acessada ao lado do texto original em castelhano, o qual sempre se encontra disponível em nossas bibliotecas. Pode ser acessado em: <http://www.hottopos.com/notand3/miocid.htm>.

¹⁹ ALVARO, Bruno Gonçalves; SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. *Poema de Mio Cid e a Vida de Santo Domingo de Silos: um estudo comparativo a partir de dois textos do século XIII*. *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v.3, n. 6, abr. - out. 2010.

Jheronimo e *Domingo de Silos*, personagens presentes, respectivamente, em dois textos escritos no século XIII: o *Poema de Mio Cid* e a *Vida de Santo Domingo de Silos*. Com o objetivo de buscar semelhanças e/ou diferenças acerca desses personagens, assim, buscam responder qual a relação entre a caracterização desses personagens e o papel social ocupado pelos clérigos em Castela nos séculos XII e XIII.

Segundo os autores, este personagem selecionado no artigo, *Jheronimo*, é secundário na trama, mas interage diretamente com o protagonista *Cid*. Diferentemente, de Rodrigo Díaz de Vivar (*El Cid*), amplamente documentado, *Jheronimo* não figura em nenhum texto literário ou histórico da *Hispania*. Em um primeiro momento, buscam pesquisar a origem histórica deste personagem para enfim compará-lo com o *Domingo de Silos*, pertencente ao Poema-hagiográfico escrito pelo clérigo Gonzalo de Berceo.

Enfim, os autores chegam a conclusão de que os personagens recebem tratamento diferenciado no conjunto das obras em que figuram, já que ocupam papéis distintos nas narrativas. *Jheronimo* é um personagem secundário, enquanto *Domingo* é protagonista. As similitudes e diferenças entre eles podem ser explicadas, entre outros fatores, pelo público alvo e a temática central desenvolvidas nas obras, a despeito dos autores terem sido clérigos. Per Abbat escreveu um poema épico, cujo público alvo era a nobreza laica envolvida com a chamada Reconquista e, provavelmente, muito influenciada pelos ideais de guerra santa. Gonzalo de Berceo compôs um poema religioso, para propagar a devoção a um santo exemplar, seguindo o modelo ideal de clérigo aspirado pela Igreja Romana.

Uma monografia que destacamos para nossa análise a respeito do uso do *Poema* foi a intitulada *Pedro Afonso e o herói da Reconquista El Cid na crônica Geral de Espanha*,²⁰ do medievalista adjunto do Centro Universitário Campos de Andrade, Luiz Filipe A. G. Coelho. Nesta, o objetivo do autor foi entender o porquê de tal “herói” ter recebido tanto prestígio, após quase dois séculos e meio de sua morte.

O autor busca analisar por que Pedro Afonso, Conde de Barcelos, cronista real da coroa portuguesa em meados do século XIV, dedicou grande parte de uma de suas maiores obras, a *Crônica Geral de Espanha* terminada no ano de 1344, a um herói estrangeiro, castelhano e cruzado, sendo que a luta contra os mouros estava quase no fim (tendo tal fato sido marcado no fim da Batalha de Salado com a vitória cristã dos reinos português e castelhano em 1340).

²⁰ COELHO, Luis Filipe Alves Guimarães. *Pedro Afonso e o Herói da Reconquista El Cid na Crônica Geral de Espanha*. Monografia. Universidade Federal do Paraná, 2009. 100 p.

E, em sua monografia, buscou responder tal questionamento utilizando outras obras sobre o *Cid*, como, por exemplo, *La España del Cid*, de Ramón Menéndez Pidal.

Ao final de sua pesquisa, Coelho encontrou respostas à aproximação de Pedro Afonso e a “lenda” do *Cid*. Mas, de certo modo, acabou por ser levado pela “visão romântica” do *Cid* lendário, “por ter sido um excelente guerreiro e estrategista”. Mesmo assim sua análise se tornou de suma importância, pois acabou fazendo um estudo comparativo da imagem do Rodrigo Díaz de Vivar em diferentes obras, como, por exemplo, a *Crónica Geral da Espanha*, o *Poema de Mio Cid* e *La España del Cid*. Fato que contribui para os “estudos cidianos” no Brasil.

Por fim, gostaríamos de apresentar duas dissertações de mestrado que utilizam o *Poema* como documento. A primeira intitulada *O Senhor da Guerra: relações políticas e sociais da vida do Cid Campeador*, redigida por Bruno de Melo Oliveira.²¹ E a segunda intitulada, *A construção das masculinidades em Castela no século XIII: um estudo comparativo do Poema de Mio Cid e da Vida de Santo Domingo de Silos*, escrita por Bruno Gonçalves Alvaro.²²

Oliveira buscou em sua pesquisa analisar a guerra como meio de vida de indivíduos “desenraizados” e utilizou o *Cid* como exemplo, já que este foi desterrado da região de Castela. O autor reconhece no cavaleiro castelhano menos o símbolo manifesto de uma nação do que um indivíduo, ainda que paradigmático, inserido de pleno em seu tempo, e sujeito a todas as contradições e matizes que se impõem aos sujeitos históricos.

Em sua dissertação, utilizou, principalmente, fontes literárias dedicadas às ações de Rodrigo Díaz de Vivar. Essas fontes dividem-se em dois grupos: as latinas e as fontes de língua “vulgar”. O *Carmen Campidoctoris* e a *Historia Roderici* são fontes latinas compostas durante a vida do “herói castelhano”. O *Cartulário Cidiano* composto pelo conjunto de documentos de doações de terras, de diplomas régios e documentos jurídicos nos quais Rodrigo figura ora como testemunha, ora como doador.

Podemos destacar que a principal contribuição deste autor foi sua análise a respeito do contexto político-social o qual o *Cid* estava inserido, isto é, século XI. Através disso, encaramos o *Cid* histórico e o ambiente que Rodrigo Díaz trilhava, para desvendarmos sua participação no “mundo castelhano”.

²¹ OLIVEIRA, Bruno de Melo. *O senhor da guerra: relações políticas e sociais da vida do Cid Campeador*. Dissertação (mestrado) – UFF/ Programa de Pós-Graduação em História, 2006. 226 p.

²² ALVARO, Bruno Gonçalves. op. cit., 174 p.

Demonstrando, ainda, o papel da guerra como uma agregadora, isto é, como um fenômeno central de articulação social e política. Na dissertação de Alvaro, o autor buscou perceber, à luz dos Estudos de Gênero e através do Método Comparativo em História, como foram construídas as masculinidades no medievo ibérico, através de casos específicos de Castela no século XIII, a partir da análise dos discursos de duas obras selecionadas, o *Poema de Mio Cid* e a *Vida de Santo Domingo de Silos*.

Segundo este pesquisador, ao caracterizar os protagonistas as obras apresentam um mesmo ideal de masculinidade, comum a leigos e religiosos, construído mediante qualificações positivas como coragem, bondade, fidelidade, compromisso com a fé cristã etc., e em seu relacionamento com outros homens e mulheres.

Sendo assim, a principal contribuição de Alvaro nos “estudos cidianos brasileiros” foi a percepção do *Poema de Mio Cid* como um “manual comportamental”, no qual um clérigo, isto é, representante de uma Ideologia Cristã vinculado aos ideais da monarquia, queria demonstrar modelos comportamentais a ser seguidos, tanto masculinos, quanto femininos, numa época em que a Igreja Ibérica enfrentada problemas, principalmente, com relação a obediência da classe denominada cavaleiros.

Nesse contexto, percebemos que são poucos os estudos que utilizam aspectos políticos como norteador da pesquisa. Principalmente, ao se tratar de relações de poder envolvendo a questão dos territórios. Lembrando que estamos tratando do período o qual a historiografia denominou, *grosso modo*, de Reconquista, em que foram agregadas “novas terras” à região de Castela, sendo assim, um aspecto que pode ser abordado utilizando o *Poema* como documento.

Com a apresentação dessas pesquisas acerca do *Poema de Mio Cid* no Brasil, procuramos demonstrar como existem lacunas a serem preenchidas na análise deste documento, pois se trata de uma fonte que pode ser abordada por diversas vertentes, desde aspectos econômicos e políticos, quanto culturais e sociais. Dito isso, enfatizamos que nossa pesquisa traz um novo tipo de análise, já que além de nosso objetivo ser a época em que o *Poema* foi produzido e transmitido (século XIII), utilizaremos como foco os discursos de negociação e legitimação do poder de Alfonso VIII, que além de utilizar do consentimento de senhorios para fortalecer seu poder, se utilizou da “literatura de corte” com ideais políticos.

Todavia, a investigação antropológica da política deve se concentrar não no isolamento de temas e fenômenos, mas no seu entrelaçamento e na multiplicidade de questões envolvidas. Como, por exemplo, a organização dos poderes locais, para além do

poder do rei, que podemos observar ao analisar os interesses da aristocracia castelhana. Segundo Ellen Wood,²³ se o século XIII trouxe uma maior consolidação das monarquias, e se este processo veio acompanhado de tentativas de construir um sistema administrativo mais centrado na figura do soberano, não foi o suficiente para alterar as relações de propriedade no Ocidente europeu. Porque esses poderes locais continuaram a ameaçar a autoridade dos monarcas com sua administração e jurisdição independente.

Ao analisar o contexto de Alfonso VIII frente a sociedade castelhana do século XIII, percebemos que ele possuía autoridade legítima, já que a monarquia hispânica, segundo Adeline Rucquoi,²⁴ outorgava o direito de comando ancorada na tradição, em que a noção de linhagem e mérito eram atributos da herança. Logo, se o monarca era reconhecido e aceito por seus súditos, a questão era: como o monarca, o corpo vivo da monarquia, realizava os esforços de conjugar as alianças necessárias para garantir a sua atuação?

Segundo Ignacio Álvarez,²⁵ a atuação de um monarca ao governar seu reino deveria se caracterizar por uma política de alianças com a aristocracia e os eclesiásticos, baseada em uma série de acordos e concessões. Nesse contexto, a partir do momento em que existem indivíduos/grupos que são induzidos a comportarem-se tal como um indivíduo deseja, entendemos que o monarca exerce seu poder por meio de instrumentos ou de coisas. No caso específico da aristocracia, o interesse por senhorios. Assim, entendemos que no *Poema de Mio Cid* há os discursos de negociação idealizados por Alfonso VIII, expostos na conturbada relação entre Rodrigo Díaz de Vivar e Alfonso VI.

Deste modo, é preciso destacar que não existia centralização do poder no reinado de Alfonso VIII. Podemos considerar, assim como afirmava Foucault,²⁶ a existência de “micropoderes”, no sentido de que necessariamente não são ligados ao poder monárquico, isto é, os demais poderes que exerciam influência na sociedade, tais como:

²³ WOOD, Ellen Meiksins. *Citizens to Lords: a social history of western political thought from antiquity to the middle age*. London: Verson, 2008. p. 74.

²⁴ RUCQUI, Adeline. *História Medieval da península Ibérica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 32.

²⁵ ÁLVAREZ, Ignacio Borge. *Cambios y alianzas: la política regia em la frontera del Ebro em el reinado de Alfonso VIII de Castilla (1158-1214)*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Biblioteca de Historia nº 66, 2008. p. 20.

²⁶ Conforme o autor, pode-se destacar “um conjunto de poderes senhoriais detidos por leigos, pela Igreja, por comunidades religiosas e corporações, poderes estes com autonomia e jurisdição próprias”. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 50.

os eclesiásticos, o clero, a aristocracia guerreira etc. Percebemos isso, por exemplo, na sociedade castelhana ao analisar o funcionamento dos senhorios, pois, nessas relações baseadas na feudalidade, um vassalo poderia servir a mais de um senhor.²⁷ O que nos leva ao questionamento de António Manuel Hespanha:²⁸ se a Monarquia enquanto instituição não é ignorada, como os poderes locais se relacionavam com este poder monárquico? Isto é, até que ponto a legitimidade desta monarquia conseguia ser reconhecida? Por isso, afirmamos que a aristocracia estaria inserida numa “horizontalidade” de poder, visto que, apesar de estar calcada numa “verticalidade” e se encontrar abaixo do monarca, ela era detentora do poder em seus senhorios.²⁹

Diferentemente de Kantorowitz, que afirmava que no pensamento político medieval, rei e súditos eram como um só corpo, argumentamos, baseados em Hespanha, que o rei era a cabeça do corpo, e precisaria desenvolver mecanismos para lidar com os demais membros do corpo político, estes que representariam as diversas parcelas da sociedade.

Segundo Julio Valdeón Baruque,³⁰ durante o cenário de *Reconquista* foi possível perceber um gradual processo de crescimento e de fortalecimento, se não de toda, pelo menos da alta aristocracia. Parte deste acréscimo de poder foi consequência direta do processo expansionista pelo qual o reino passou, o que ocasionou não somente uma aristocracia rica, mas também agraciada com extensos poderes e influência em diversas esferas da política do reino.

Ao buscar responder às questões acerca da análise da narrativa e do simbólico, nos valeremos dos estudos de Tzvetan Todorov³¹ que concerne ao estudo da estrutura da narrativa, sua natureza e seus princípios. E quanto à metodologia de análise do discurso, utilizaremos a proposta de Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva,³² isto é, consideraremos o *Poema* através de uma análise sincrônica e diacrônica. Método aplicável, sobretudo, a textos que seguem formas fixas de organização, como documentos

²⁷ BASCHET, Jérôme. op. cit., p. 115.

²⁸ HESPANHA, António Manuel. *Às Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político (Portugal, séc. XVII)*. Coimbra: Almedina, 1994. p. 15.

²⁹ ALVARO, Bruno Gonçalves. *As veredas da negociação: uma análise comparativa das relações entre os senhorios episcopais de Santiago de Compostela e de Sigüenza com a Monarquia Castelhana-Leonesa na primeira metade do século XII*. Tese (doutorado) – UFRJ-IH/ Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2013. p. 35.

³⁰ BARUQUE, Julio Valdeón. *El Feudalismo*. España: Alba Libros S. L., 2005. p. 27-28.

³¹ TODOROV, Tzvetan. *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 2003. p. 22-23.

³² SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão. Reflexões metodológicas sobre a análise do discurso em perspectiva histórica: paternidade, maternidade, santidade e gênero. *Cronos: Revista de História*, Pedro Leopoldo, n. 6, 2002. p. 194-223.

notariais e poemas, ou que apresentam o mesmo conteúdo narrativo, já que permite apontar as continuidades e as rupturas. O uso desta técnica demanda que um dado documento seja confrontado a outros que lhe são anteriores ou contemporâneos. Assim, com esta técnica, os documentos são analisados à luz de seu contexto literário em perspectiva sincrônica e diacrônica, ou seja, dos textos que lhe são contemporâneos, no nosso caso: o reinado de Alfonso VIII.

Em se tratando das relações de poder e interdependência, serão analisadas sobre os prismas expostos por Maria Filomena Pinto da Costa Coelho³³ e Bruno Gonçalves Alvaro, respectivamente.³⁴ O primeiro seria a definição de poder corporativista, ou seja, contribuiriam para uma visão de poder para além da noção idealizada de centralização, tão imposta aos reinados medievais. Eles quebrariam com este paradigma, pois argumentam que não se quer negar a importância do poder régio, nem se quer equipará-lo aos demais poderes. Pretende-se propor uma visão mais complexa e histórica do poder, que permita contemplar, por um lado, a existência de um princípio de unidade política (a monarquia, o reino) e, por outro lado, como esse princípio governava em um universo de poderes políticos que gozavam de autonomia relativa. Logo, a monarquia estava inserida em um sistema pluralista de poder.

E o segundo conceito nos remete à ideia de que existia uma dependência mútua entre as duas instâncias³⁵ de poder por nós analisadas nesta Dissertação, isto é, monarquia e aristocracia. Logo, “a busca pela percepção de uma interdependência mútua que visa a negociação para a obtenção dos interesses de seus participantes... A isso, podemos chamar, também, de horizontalidade”.³⁶ No entanto, esta não anularia a verticalidade nas relações presentes na aristocracia medieval. Logo, através da interdependência entre duas esferas primordiais há troca, que seria entendida como um mecanismo básico da ação social, por meio do qual se constituem vínculos e hierarquias sociais

Para fins organizacionais esta dissertação está dividida em três capítulos, além da introdução e conclusão. Nosso primeiro capítulo *O reinado de Alfonso VIII: poder e discurso político no Poema de Mio Cid*, abordará questões teóricas-metodológicas que

³³ COELHO, Maria Filomena. Revisitando o problema da centralização do poder na Idade Média. Reflexões historiográficas. In: ALMEIDA, Neri de Barros; NEMI, Ana Lúcia Lana; PINHEIRO, Rossana Alves Baptista. (Orgs). *A construção da narrativa histórica: Séculos XIX e XX*. Campinas, São Paulo: Ed. Unicamp/Fap-Unifesp, 2014. p.34-62.

³⁴ ALVARO, Bruno Gonçalves. op. cit., 2013. 280 p.

³⁵ Temos ciência das demais instâncias de poderes existentes no medievo, como, por exemplo: as eclesiásticas, mas em nossa análise nos limitamos apenas as relações do poder monárquico com a aristocracia. Interpretando-a sem a presença dos eclesiásticos.

³⁶ ALVARO, Bruno Gonçalves. op. cit., p35-36.

nortearão nossa pesquisa. Além de apresentarmos o *Poema de Mio Cid* de forma geral, nos debruçaremos sob o reinado de Alfonso VIII. Neste, vamos considerar a questão do Poder como objeto de estudo da História, enfocando as principais tendências da teoria política no medievo. Ressaltando que não existia uma teoria política concreta na Idade Média, nos valeremos de conceitos da contemporaneidade para tentar explicar e analisar o reinado de Alfonso VIII.

Por mais que nossa proposta se volte especificamente para o discurso político, mostraremos que a política não se limitava apenas ao aspecto discursivo, sendo também uma prática social. Apresentaremos, assim, as principais funções que a teoria política do monarca castelhano seguia, isto é, a tentativa de consolidar um *imperium*, assim como seu avô, Alfonso VII, e como este projeto de seu reinado esbarrou com a conturbada conjuntura de seu reino. Dessa forma, nosso objetivo neste Capítulo será explicar a noção de poder monárquico na Castela Senhorial, entre meados do século XII e princípio do XIII. Para que possamos compreender os problemas enfrentados pelo monarca castelhano no seu projeto de expansão, demonstraremos a importância das relações de negociação, pois, era necessário para a continuação de seus projetos políticos. Dessa forma, analisando como se desenvolveram as relações senhoriais entre o poder monárquico e a aristocracia, visto que a primeira concedia algo, e a aristocracia executava uma função em contrapartida. Reafirmando a relação de interdependência que possuíam, já que ambos dependiam um do outro.

O capítulo dois, intitulado *Características Propagandistas: uma porta para negociação no reinado de Alfonso VIII*, buscaremos argumentar o tipo de relação que se instaurava entre dois importantes grupos sociais: monarquia e aristocracia. Para nós, o tom que ditava os caminhos entre os dois era pautado por um certo tipo de interdependência que se definia por concessões do primeiro prevendo uma contrapartida de apoio do segundo.

Através da análise de versões que compõem o *Poema de Mio Cid*, destacaremos as características propagandistas, isto é, o que percebemos se tratar das “virtudes idealizadas” por Alfonso VIII. Que tinham como função a construção de qualidades para o “vassalo perfeito”: Equilíbrio, Lealdade, Cortesia, Generosidade Religiosa e Herói/Guerreiro. Estas que foram utilizadas para servir à teoria política de Alfonso VIII, cujo objetivo era mudar a realidade social e política a seu favor.

No terceiro e último capítulo, intitulado: *Poema de Mio Cid: Análise dos discursos de negociação e fortalecimento do poder no reinado de Alfonso VIII* nos debruçaremos

sob nossa principal fonte. Neste capítulo, daremos continuidade a análise do *Poema de Mio Cid*, sob ótica de caráter propagandístico, isto é, a partir do que consideramos ser a influência dos ideais de fortalecimento do poder de Alfonso VIII no documento. Assim, pretendemos visualizar a construção política e ideológica que o monarca castelhano buscou consolidar através do *Poema*, ou seja, como utilizou da literatura para fortalecer seu poder e distribuir mecanismos de negociação para a aristocracia guerreira e, desse modo, conseguir o apoio desta nas investidas contra os mouros. E converter seu programa de governo nos ideais da Reconquista.

Por fim, queremos demonstrar com nossa pesquisa que as conquistas culturais alcançadas no reinado de Alfonso VIII não são menores que as políticas. Segundo Carlos Alvar,³⁷ quando se fala de “poesia cortês” no reino de Castela, se pensa imediatamente em Alfonso X. É indubitável que na corte deste monarca o uso das letras e das ciências se intensificaram. Contudo, Alfonso X foi herdeiro de uma tradição estabelecida por seu avô, Alfonso VIII.

Com base em tudo que foi dito, argumentaremos como o *Poema de Mio Cid* foi utilizado como instrumento de propaganda política. Assim, perceberemos os princípios que nortearam Alfonso VIII na constituição de características propagandistas e discursos de negociação que os auxiliou em seu reinado, principalmente, na situação dos Almôadas. Logo, enfatizamos que nossa principal hipótese foi que o monarca castelhano utilizou da “literatura de corte” com finalidades políticas, e procurou legitimar-se utilizando os reinos passados.

³⁷ ALVAR, Carlos. Política y poesia: la corte de Alfonso VIII. Espanha: Universitat de Girona, *Revistes Catalanes amb Accés Obert (RACO)*, nº 1, vol. 1, 2002. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/Msr/article/view/254663>. Último Acesso em: 24/04/2019. p. 52-53.

CAPÍTULO I

O REINADO DE ALFONSO VIII: PODER E DISCURSO POLÍTICO NO *POEMA DE MIO CID*

Neste primeiro capítulo de nossa pesquisa de mestrado demonstraremos o que entendemos como “pensamento político” durante o reinado de Alfonso VIII. Para tal, analisaremos a teoria política deste monarca castelhano, nos baseando no contexto político de Castela no século XIII. Dessa forma, estabeleceremos a lógica político-social em que esse rei estava inserido para compreender, desta maneira, seu discurso político. Defendemos que essa discussão nos auxiliará no entendimento do período em que nossa fonte, o *Poema de Mio Cid*, foi produzida e transmitida.

Assim, nosso objetivo neste capítulo, além de tratar das questões acima destacadas, será evidenciar como através do *Poema de Mio Cid* podemos extrair informações acerca dos discursos de negociação de Alfonso VIII, principal foco de nossa investigação.

Entendemos que o poder monárquico procurava estar em consonância com as outras referências de poder existentes naquela sociedade, em particular, trataremos de sua relação com a aristocracia. Para tal, argumentaremos a hipótese de que o monarca castelhano utilizou da “literatura de corte” como uma espécie de espaço para divulgação de seus ideais e discursos políticos, sendo assim, uma ferramenta de fortalecimento do poder real.

Apesar da dificuldade em encontrar fontes para analisar o reinado de Alfonso VIII, nos deparamos com alguns estudiosos que nos auxiliaram bastante. Um deles foi Julio González (1876-1942), que teve o cuidado de editar todos os textos conhecidos que vieram da chancelaria de Alfonso VIII e publicá-los com edições críticas. A obra de González, além de chamar a atenção para um reinado que produziu elevado número de manifestações artísticas e culturais, possibilitou o surgimento de outros estudos que analisaram o contexto do reinado de Alfonso VIII, como, por exemplo, o de José Angel García de Cortázar (1939-) e o de Gonzalo Martínez Diéz (1924-2015).

Essas obras, além de passagens extraídas da *Primera Crónica General*,¹ são as que vamos recorrer na tentativa de analisar o reinado de Alfonso VIII, pois, acreditamos

¹ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón; SOLALINDE, Antonio G.; CORTÉS, Manuel Muñoz e PÉREZ, José Gómez (col.). *Primera Crónica General de España que mandó componer Alonso el Sabio e se continuaba*

que essas fontes fornecem a chave fundamental para que se possa interpretar a natureza política adotada pela corte do monarca castelhano. A respeito do contexto de Castela, também nos valeremos dos estudos de Adeline Rucquoi.²

1.1. O PENSAMENTO POLÍTICO NO MEDIEVO

Walter Ullmann³ abordou em seus estudos um âmbito mais geral dos principais elementos discursivos que, na Idade Média, projetavam-se no poder monárquico. Em sua obra *Historia del pensamiento político en la Edad Media*, ele analisou o pensamento político no medievo, identificando suas principais ideias e influências, abarcando desde as heranças gregas e romanas até chegar às raízes das teorias do absolutismo europeu.

Uma das principais teses deste autor é a de que a política medieval oscilou entre duas principais concepções acerca da origem do poder. A primeira, seria a noção de um “poder descendente”, que procedia diretamente das forças sobrenaturais, estas que poderiam ser derivadas do Deus cristão, ou de divindades pagãs. O indivíduo que governasse em nome da divindade não poderia ter seu poder contestado pelos súditos. A segunda concepção seria a noção de um “poder ascendente”, que emanaria diretamente da população, a qual escolheria seu próprio governante. Este receberia, por sua vez, sua autoridade legitimada pela população para garantir o bom funcionamento da sociedade, estando constantemente limitado ao pacto firmado entre eles e os demais membros da sociedade.

O *corpus* documental abordado por este autor variava entre a articulação de documentos oriundos do campo do direito e obras de famosos tratadistas políticos da Idade Média como, por exemplo, Tomás de Aquino e Santo Agostinho. Contudo, sua preferência era pelos documentos ligados à Lei e ao Direito.

Apesar das grandes contribuições trazidas pelos estudos de Ullmann, principalmente no que diz respeito às origens do poder régio, bem como a forma como se concebiam as relações entre o representante do poder monárquico e os demais membros da sociedade, não podemos deixar de criticar a análise do autor para com a jurisprudência

bajo Sancho IV en 1289. Madrid: Seminario Menéndez Pidal & Gredos. 2 vols. 1955. Tomo I. Disponível para consulta em: <https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/registro.cmd?id=16550>. Último Acesso: 22/02/2019.

² RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da península Ibérica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. 361 p.

³ ULLMANN, Walter. *Historia del pensamiento político en la Edad Media*. Madrid: Ariel, 1999. 240 p.

exercida pelos monarcas. Para ele, esta seria a forma mais fidedigna da demonstração do pensamento político de um determinado grupo social.

Segundo Ullmann,⁴ o pensamento político da Baixa Idade Média pode ser extraído das fontes oficiais dos governantes do mesmo processo histórico. Nós concordamos com esta afirmação e a completamos no sentido de que seria uma postura reducionista assumirmos que apenas os códigos legislativos podem nos dar pistas sobre as características da política daquela sociedade.

Acreditamos que, ao defender tal ideia, Ullmann⁵ parece ignorar a questão da própria aplicabilidade destes conjuntos normativos, como se a simples elaboração de regras para o convívio na sociedade significasse a sua imediata adesão por parte de todo corpo social. Com tal postura, se levava em consideração o fato de que o poder monárquico era centralizado. As crenças e as representações políticas de todo o tecido social não podem ser sintetizadas apenas sobre as expectativas e os desígnios de um grupo dirigente.

Para Marcelo Cândido da Silva,⁶ as mudanças sobre as perspectivas dos estudos acerca das sociedades medievais foram construídas a partir de um novo volume de fontes que permaneceu praticamente o mesmo desde o final do século XIX. Contudo, isso não significou a estagnação da História Política, visto que o cenário da emergência de novos estudos sobre o poder, o parentesco, as relações com os bens, as articulações entre o simbólico e as práticas sociais etc. contribuíram para uma paisagem em mutação. Assim, reforçaram a crença de que o Poder é um fenômeno privilegiado para a compreensão da dinâmica social.

Ainda segundo Silva, o novo cenário de pesquisas se tornou possível graças “à crise da História, dos paradigmas e dos objetos de estudo tradicionais do historiador”.⁷ Aliás, seria mais apropriado falarmos em uma crise da ‘História Científica’ e de seus instrumentos teóricos e metodológicos”.⁸ Esta crise proporcionou a abrangência do conceito de Poder e ampliou o leque das fontes históricas. Nesse sentido, os historiadores do medievo ficaram mais atentos aos critérios de escolha de suas fontes e nas releituras das grandes edições de documentos medievais,⁹ pois optaram por retornar aos textos narrativos e normativos escritos antes da criação dos tribunais da Inquisição.

⁴ Ibidem. p. 25-26.

⁵ Ibidem. p. 32.

⁶ SILVA, Marcelo Cândido da. A Idade Média e a Nova História Política. *Revista Signum*, vol. 14, n. 1, 2013. p. 92-102.

⁷ Ibidem. p. 97.

⁸ Ibidem. p. 99.

Dessa maneira, os binômios sobre os quais se fundavam as abordagens sobre o medievo (público/privado, racional/irracional, clérigo/laico, sagrado/profano, Estado/Igreja), se tornaram incapazes de atribuir significações à complexidade de um período que não era mais possível resumir através da fórmula “sociedade tradicional”.¹⁰

Além disso, o autor proporciona o debate de como, na Alta Idade Média, o estudo do consenso e dos conflitos demonstrou que o fenômeno da dominação nessas sociedades iria além do uso de força física ou da ameaça de destruição e aniquilamento. Visto que o emprego calculado da força, como também as estratégias de negociação e pacificação, estariam em evidência, a partir dos novos estudos acerca do pensamento político no medievo.

Nesse contexto, os historiadores se tornaram mais suscetíveis à possibilidade da utilização dos textos literários e dos mecanismos retóricos para o estudo do Poder e da sociedade medieval, mais atentos à dimensão literária das leis, das crônicas, dos poemas etc. No sentido de que as narrativas históricas ou as leis não seriam mais consideradas como reflexos da realidade social, “ainda que essa realidade seja uma das referências na elaboração desses textos”.¹¹ Demonstrando, contudo, “uma das referências, ao lado das idealizações políticas, da construção da memória e das identidades, dos imperativos ideológicos ou dos imperativos de transformação social”.¹²

Todavia, percebemos que o campo de estudo do poder no medievo foi ampliado para além dos domínios esperados, isto é, nada familiares à História Política. Sendo importante ressaltar, que a “Nova História Política” não enxergava o Poder no medievo somente como uma forma de controle sobre homens ou sobre estruturas. A compreensão do funcionamento do Poder se tornou estudo paralelo ao da administração e da distribuição de bens, materiais ou não. Silva afirma que os trabalhos sobre as transferências patrimoniais no medievo, demonstram isso.

Por fim, essas pesquisas enfatizam que os sujeitos não são os únicos produtores do simbólico, isto é, os historiadores do medievo passam “a considerar que as relações entre os sujeitos não são os únicos meios dos quais são produzidos os símbolos que compõem o edifício social”.¹³

⁹ Podemos citar como exemplo a “*Patrologia Latina*, o *Corpus Christianorum* e, sobretudo, os *Monumenta Germaniae Historica*”. In. SILVA, Marcelo Cândido da. op. cit., p. 97.

¹⁰ Ibidem, p. 99.

¹¹ Ibidem. p.100.

¹² Ibidem, p. 101-102.

Dessa forma, acreditamos que a Nova História Política procurou explorar na Teoria Política do medievo como as relações entre os homens e as coisas, ou melhor, entre os sujeitos e os bens, são também produtoras de símbolos e de sentidos que interferiam naquela sociedade.

1.2. O PODER E O DISCURSO POLÍTICO MEDIEVAL

Estabelecer diálogos acerca da história do discurso político de um determinado período não é novidade no campo da História. Ao nos debruçarmos sobre a Idade Média, é possível identificarmos grande arcabouço intelectual que se tornou referência para as pesquisas contemporâneas envolvendo esta temática. Podemos citar como exemplo as obras de Marc Bloch, *Os Reis Taumaturgos*, datada de 1924,¹⁴ e de Ernst Kantorowicz, *Os Dois Corpos do Rei*, de 1957.¹⁵

Destacamos esses dois autores porque, além de constituírem estudos pioneiros, também chamam a atenção o fato de ambos nos apresentarem um amplo quadro de problemáticas relacionadas ao poder, ao fugir do uso restrito de documentos de natureza oficial, utilizando-se como fontes a análise de rituais, a iconografia e, principalmente, a literatura.

Andréia Cristina Frazão da Silva¹⁶ demonstra que na Análise dos Discursos em História há que se levar em conta as particularidades do enunciado selecionado e as regras que o constituí, ou seja, o seu sistema abstrato de organização; os elementos extralinguísticos à enunciação; e por fim, a sua recepção, circulação e transmissão. É importante destacar que estamos cientes que os documentos por si só não são capazes de nos fazer reviver o que passou, mas estamos certos de que eles, como materializações discursivas, permitem uma aproximação com o passado.

Dessa maneira, Foucault¹⁷ define discurso como um conjunto de enunciados (não necessariamente verbais) que têm significam em uma dada formação discursiva, ou seja, discurso sempre em (trans)formação, em constante movimento, rede de outros discursos: interdiscurso. Sabemos que uma dada formação discursiva só se realiza em práticas discursivas que se submetem e, ao mesmo tempo, resistem às regulações impostas pelo

¹³ Ibidem, p. 101.

¹⁴ BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 536 p.

¹⁵ KANTOROWICZ, Ernst. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 552 p.

¹⁶ SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão. Reflexões metodológicas sobre a análise do discurso em perspectiva histórica: paternidade, maternidade, santidade e gênero. *Cronos: Revista de História*, Pedro Leopoldo, n. 6, 2002. p. 194-223.

¹⁷ FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 23-34.

momento histórico-social e geográfico, pelas convenções tácitas e anônimas de uma dada sociedade de discurso. Fazendo, assim, emergir a falta constitutiva, a estabilidade aparente, as resistências ao poder que procuram se impor em todas as relações sociais.¹⁸

É preciso lembrar que uma prática discursiva, inserida numa dada formação discursiva, define o que pode e deve ser dito, bem como o que não pode e não deve ser dito. Portanto, o que deve ser silenciado em uma dada conjuntura, em um dado espaço geográfico, num dado momento histórico-social (cultural), para um determinado grupo social, por interesses escusos, políticos ou individuais.

Em nossa pesquisa, optamos por priorizar um documento que não é de natureza jurídica, pois nosso objetivo é demonstrar como, através dele, podemos extrair informações acerca dos discursos inseridos nas relações de negociação entre o monarca e a aristocracia. Logo, entendemos que o poder monárquico, por não ser centralizado, procurava estar em consonância com as outras referências de poder existentes naquela sociedade. Por isso, se empenhava em produzir representações mentais comuns com o intuito de disseminar seu discurso político.

O discurso político, de certa forma, possuiu uma maior variedade ao longo de toda a Idade Média. Para o período histórico que estamos abordando, o reinado de Alfonso VIII, e para a região geográfica específica que é o nosso foco, o reino de Castela, o discurso político guardou características próprias, as quais serão abordadas posteriormente.

Nesse sentido, acreditamos que, para analisar a sociedade castelhana, é necessário perceber não somente o contexto intelectual no qual o autor do Poema estava inserido, Per Abbat, mas também as disputas sociais e as tensões de poder que envolviam toda a sociedade. Dessa maneira, apresentaremos nossa proposta teórica à luz de uma história social do pensamento político que nos auxiliará no entendimento da Castela Senhorial, entre meados do século XII e princípio do XIII.

1.2.1. O papel do saber no reinado de Alfonso VIII: o discurso do político e o uso do poder

Com o projeto político de expansão territorial e com a assimilação de novas terras, Alfonso VIII precisaria que a aristocracia o ajudasse a controlar e manter os territórios assimilados, pois o “perigo almôada” era real nas fronteiras. Por isso, necessitava negociar com eles, já que se instaurava no seu reino um ambiente de disputas e intrigas

¹⁸ Ibidem. p. 37-40.

que poderia enfraquecer a manutenção de seu poder, caso não fosse resolvido. Dessa forma, argumentamos que uma tática utilizada por este monarca castelhano foi investir em obras com discurso didático, cuja finalidade era política. Escolhemos o *Poema de Mio Cid* para defender esta hipótese.

Segundo Arizaleta e Jean-Marie,¹⁹ algumas obras²⁰ escritas durante o reinado de Alfonso VIII são de cunho didático e enumeram algumas virtudes específicas, mas, apesar do discurso clerical em torno do monarca, elas afirmam que o objetivo não era construir um modelo hagiográfico, mas sim um retrato moral com finalidades políticas. Por isso, os escritos não propuseram somente um modelo exemplar em torno de Alfonso VIII, mas também atribuíram a capacidade de reunir a cristandade e o consideraram como “encabeza del reino”, como o mais poderoso dos soberanos peninsulares. Assim, demonstravam tanto o rei perfeito, quanto a “realeza idealizada”.

A partir dessas obras escritas na primeira metade do século XIII, percebemos o intuito de construir uma figura cristã e guerreira com finalidades políticas. Nesse sentido, entendemos que o *Poema de Mio Cid* também teve sua contribuição para tal edificação moral do monarca. Podemos enumerar dois fatores que corroboram com nossa opinião: 1º- o fato de um clérigo ter escrito o documento; 2º- o *Poema* ter sido divulgado em um contexto conturbado do reinado de Alfonso VIII e entre as duas principais batalhas de seu reino (Alarcos e Las Navas de Tolosa).

Segundo Carlos Alvar,²¹ quando se fala de “poesia cortês” no reino de Castela, se pensa imediatamente em Alfonso X. É indubitável que na corte deste monarca o uso das letras e das ciências se intensificaram. Contudo, Alfonso X foi herdeiro de uma tradição estabelecida por seu avô, Alfonso VIII. O rei sábio ficou conhecido fora da Península por suas aspirações à coroa do Sacro Império, fato que o fez ser criticado por vários trovadores, visto que seu reino era visitado por vários poetas, principalmente vindos do sul da *Francia*.

¹⁹ ARIZALETA, Amaia; JEAN-MARIE, Stéphanie. *En el umbral de santidade: Alfonso VIII de Castilla*. Université de Toulouse – Le Mirail, 2006. p. 15.

²⁰ Podemos citar como exemplo, a “Chronicon Mundi” de Lucas de Tuy, a “Historia de Rebus Hispaniae sive Historia Gothica”, de Rodrigo Jiménez de Rada, e a “Chronica latina regum Castellae”, de Juan de Osma.

²¹ ALVAR, Carlos. Política y poesía: la corte de Alfonso VIII. Espanha: Universitat de Girona, *Revistes Catalanes amb Accés Obert (RACO)*, nº 1, vol. 1, 2002. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/Msr/article/view/254663>. Último Acesso em: 24/04/2019. p. 52-53.

Apesar disso, Alfonso VIII não era tão conhecido fora de Castela, mas, sem dúvida, há dados de que pelo menos oito trovadores “provenzales” estiveram em seu reino. Nesse sentido, a aristocracia disputava com o monarca a generosidade para com os trovadores, com o intuito de terem seus nomes lembrados no reino. Ainda segundo Carlos Alvar:

los datos son especialmente importantes por lo que nos revelan en un momento en que todavía no existe la literatura escrita en castellano: el interés de algunos nobles por los modelos poéticos llegados de fuera, la existencia de cortes en las que los trovadores eran bien recibidos, la posibilidad de que hubiera un nivel de conocimientos suficientes para disfrutar con los modelos poéticos; y todo ello antes de que Per Abbat escribiera o copiara el Poema del Cid.²²

Assim, além de ter sido conhecido por sua participação na *Reconquista*, Alfonso VIII também o foi por apreciar e incentivar a poesia em seu reino. Para Carlos Alvar, havia um provérbio antigo que exemplificava a situação “lee el rey, todos leemos”.²³ E este autor explica os dois principais motivos que impulsionaram os trovadores para a corte deste monarca. Primeiro, os notáveis avanços na Reconquista, o que supunha possibilidades de riquezas; segundo, a difícil situação do sul da Francia durante o século XII, devido às lutas religiosas e, principalmente, ao, início da Cruzada contra os albigenses.

Em Castela, os trovadores passam a se preocupar com a atividade política do rei, a quem recomendam a união militar com os outros monarcas peninsulares para acabar com a invasão árabe. Fato que acaba refletindo a preocupação da aristocracia. Logo, percebemos o uso dessa escrita trovadoresca como veículo para transmitir determinadas ideias, assim, se difundem nessas poesias intenções políticas.

A desunião dos reinos era evidente e os conflitos contínuos entre Aragão, Navarra e Castela ocasionavam no atraso na guerra de *Reconquista*. Além disso, havia a constante intimidação por parte dos Almôadas, que haviam tomado Sevilha em 1171, ameaçando conquistar Toledo, símbolo importante do poder cristão, e que acabaram conseguindo uma vitória importante, com a batalha de Alarcos (1195).

Com base em tudo que foi dito, argumentamos a necessidade do monarca castelhano em fortalecer o seu poder, pois, era ameaçado constantemente, sendo seu poder questionado frente esta conturbada situação. Por isso, ao financiar as obras de cunho didático, como o *Poema de Mio Cid*, e ao disseminar características propagandistas e

²² Ibidem, p. 53.

²³ Ibidem, p. 54.

discursos de negociação, as tensões, pelo menos, em sua corte, poderia diminuir. E ao despertar os sentimentos de lealdade e de força guerreira, poderia empreender luta contra os almôadas, que constituía seu principal objetivo político.

1.3. O POEMA DE MIO CID: POR TRÁS DOS IDEAIS DE ALFONSO VIII

O *Poema de Mio Cid*, escrito em “língua vulgar”, é a obra mais conhecida dentre as dedicadas a Rodrigo Diaz de Vivar.²⁴ Ele enquadra-se em um gênero literário medieval denominado “canção de gesta”, de narrativas cantadas que contavam as façanhas de reis e nobres, em especial daquela cuja memória vincula-se aos grandes feitos em combate.²⁵ O *Poema* como o conhecemos foi uma cópia de um manuscrito feita no século XIV. O manuscrito, em seu estado atual, é composto por 74 fólios num total de 3.733 versos e se encontra atualmente na Biblioteca Nacional de Madri. Sabemos que falta uma folha no início do manuscrito e mais duas no interior, desta maneira podemos supor que o *PMC* em seu estado original tinha, aproximadamente, 4.000 versos, ou um pouco menos.

Alguns autores publicaram versões críticas do *Poema* como, por exemplo, Archer Huntington (1897), Ramón Menéndez Pidal (1911), Ian Michael (1978). Contudo, nós optamos por utilizar a edição elaborada por Colin Smith (2008). Nossa preferência por esta edição baseou-se na dissertação do medievalista Bruno Gonçalves Alvaro,²⁶ nesta o autor ressalta a qualidade da edição elaborada por Smith e, ao compararmos com outras, inclusive a de Ramón Menéndez Pidal, observamos que as diferenças textuais são mínimas e, quando o há, no caso da de Smith, é ressaltado em notas informativas. As maiores discrepâncias entre as edições críticas do *PMC* não estão no texto desta obra, mas nos posicionamentos dos estudiosos quanto à datação e autoria da obra.

Para fins organizacionais, o *Poema* está dividido em três partes: Desterro do Cid (Cantar I), em que é exilado, injustamente, pelo monarca Alfonso VI; Bodas das Filhas do Cid (Cantar II), suas campanhas na região do Levante se intensificam e ocorre a conquista de Valência, além do matrimônio de suas filhas, pelas mãos de Alfonso VI; e

²⁴ Rodrigo Díaz de Vivar (Burgos, Espanha, 1043 - Valência, 10 de julho de 1099) morreu com 56 anos, chamado *El Cid* ("senhor") e de Campeador ("Campeão"), foi um "nobre guerreiro castelhano" que viveu no século XI, época em que a Espanha estava inserida num contexto conturbado entre cristãos e mouros (muçulmanos). In: MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *La España del Cid*. Madrid: Espasa-Calpe, 1947. p. 115-220.

²⁵ *Ibidem*, p. 223-230.

²⁶ ALVARO, Bruno Gonçalves. *A Construção das Masculinidades em Castela no Século XIII: Um Estudo Comparativo do Poema de Mio Cid e da Vida de Santo Domingo de Silos*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2008, 174 f

Afronta de Corpes (Cantar III), ocorre a restituição moral e financeira do *Cid*, já que suas filhas são afrontadas pelos Infantes de Carrion.

1.3.1. Questão da autoria

A autoria do *Poema de Mio Cid* é um dos temas mais controversos e recorrentes nos estudos da “historiografia cidiana”. Contudo, defendemos que sua autoria pertence ao clérigo Per Abbat, por dois principais motivos: primeiro, pela presença constante do espaço religioso, representado pelo mosteiro San Pedro de Cardeña; e em segundo, pela forte ligação histórica do protagonista da obra estabelecida com os monges desse mosteiro, sendo inclusive cultuado por eles em meados do século XIII.

O clérigo poeta, então, por ser castelhano quis, entre outras coisas, exaltar a ligação do “herói” com um mosteiro bastante conhecido em Castela, isto é, as temáticas apresentadas pelo autor podem ser vistas como inspiração artístico-política do contexto em que ele estava inserido, além de ser um ideólogo a serviço de Alfonso VIII.

Joseph Duggan²⁷ observa que o *Poema de mio Cid* dá grande importância à área geográfica a leste de Medinaceli.²⁸ Esta área correspondia ao domínio de um mosteiro cisterciense, favorecido por Alfonso VIII, e também pelos reis de Aragão, Santa María de la Huerta.²⁹ Para Duggan, o interesse da obra no domínio de Santa María de la Huerta deveria ser pelo fato da presença do abade Per Abbat nesse mosteiro, pois ele havia copiado e modificado o *Poema* para Alfonso VIII. Nesse sentido:

I suggest that the *Cantar de mio Cid* may have been performed at Huerta in the year 1199 or, more probably, at Huerta or Ariza in the year 1200 and then copied in May of 1207 by either Pedro, abbot of Huerta, or Pedro, abbot of Ovila, within the sphere of influence of Martín of Finojosa.³⁰

1.3.2. Problemática da datação

Sobre a controvérsia da datação do *Poema* e nas diferentes disputas sobre as origens da poesia épica medieval em geral, podemos afirmar que existem duas correntes críticas. Em primeiro lugar, há o que chamaremos de uma hipótese de datação antecipada, que geralmente data o documento de meados do século XII. Essa ideia é geralmente associada à escola neotradicionalista, liderada por Menéndez Pidal. Em segundo lugar,

²⁷ DUGGAN, Joseph J. *The Cantar de mio Cid. Poetic Creation in its Economic and Social Contexts*. Cambridge: Cambridge UP, 1989.

²⁸ *Ibidem*. p. 82.

²⁹ *Ibidem*. p. 84-85.

³⁰ *Ibidem*. p. 106.

há a hipótese da datação tardia, que tende a datar o *Poema do meu Cid* por volta de 1207, data que é indicada no manuscrito. Essa teoria é geralmente defendida pela escola individualista, representada por estudiosos como Ian Michael, Colin Smith e Alberto Montaner, a qual escolhemos seguir.

Este debate entre tradicionalistas e individualistas acaba sendo irrelevante para o estudo do *Poema*. Contudo, o importante é que os argumentos de Menéndez Pidal foram rebatidos por diversos estudiosos. Entre eles, podemos destacar Antonio Ubierto Arteta, com “Observaciones al Cantar de mio Cid”, de 1957, e com um estudo que compôs uma reelaboração e ampliação de seus argumentos anteriores: “El Cantar de mio Cid y algunos problemas históricos”, de 1972.

As obras de Ubierto Arteta dividiram a crítica em dois campos: os que seguiram as propostas de Menéndez Pidal e os que apoiaram sua hipótese da datação tardia. Muitos estudiosos continuaram aceitando a tese de Pidal, devido à enorme autoridade desfrutada pelo erudito na primeira metade do século XX. Em segundo lugar, porque os argumentos de Arteta e outros medievalistas eram fundamentalmente negativos, isto é, dedicados a refutar os estudos de Menéndez Pidal, para provar que, de fato, o *Poema de Mio Cid* tinha que ser composto em 1207 ou uma data próxima. Por esse motivo, Arteta fez um extenso estudo histórico e geográfico sobre aspectos relacionados a obra.

Nele, o medievalista defendeu com os seguintes argumentos, em torno da data do *Poema de Mio Cid*:

Es posterior a 1120-1121 por figurar la población de Medinaceli en manos cristianas. Es posterior a 1124, por citar a Monreal del Campo, que se repobló en ese año. Es posterior a 1157, por atribuir a Alfonso VII de Castilla el epíteto "bueno", que suena a elogio funerario. Es posterior a 1151-1157, por señalar que la comarca del Bajo Aragón era del Conde de Barcelona, ya que a partir de esos años es cuando Ramón Berenguer IV conquistó Huesa del Común, Montalbán y Monforte de Moyuela. Es posterior a 1151-1164 por hablar de Cetina, población aragonesa que se repobló entre esos años. Es posterior a 1162 por utilizar el nombre de “Navarra” para designar a la actual provincia, y aún muy posterior, ya que las gentes de Peralta o Tudela muy tardíamente no se consideraban dentro de Navarra. Es posterior a 1167 por suponer que las cartas de Alfonso VI estaban "fuertemente selladas", ya que los sellos en los mandatos reales son posteriores a ese año. Es posterior a 1179 porque la costumbre de usar sellos particulares se documenta a partir de ese año. Es posterior a 1189, por hablar de "Valencia la mayor" para distinguirla de Valencia de don Juan, población que em esse año tomó esa denominación, em vez de Coyanza. Es posterior a 1195 porque en la batalla de Alarcos, librada ese año entre Alfonso VIII de Castilla y los almohades, se cambió la

táctica guerrera medieval usada hasta entonces en España. Y el *Cantar* plantea las batallas cidianas de acuerdo con esa táctica. Es posterior a 1201 por aparecer los reyes portugueses com descendientes del Cid. Y es de 1207 porque el colofón del *Cantar* así lo dice, y no hay ningún argumento válido ni científico para rechazar esa fecha.³¹

Estes argumentos foram, pouco a pouco, confirmados e complementados por outros críticos. Assim, por exemplo, Peter E. Russel³² apontou que o autor do *Poema* estava atento aos selos, pois isso implicaria que ele estava familiarizado com a composição dos documentos das chancelarias reais. Segundo Russell, a condição dos selos que podemos encontrar no texto do *Poema*, que estão escritos com tanta precisão, o que indica que a obra deve datar necessariamente de princípios do século XIII.³³

Com um ponto de vista jurídico, Nilda Guglielmi³⁴ considera que a presença das cortes, descritas no *Poema*, indicariam uma referência ao reinado de Alfonso VIII. Pois, de fato, somente a partir do reinado desse monarca esses infanzones e fidalgos começariam a participar da “cúria total”, que antes era frequentada apenas pelos principais magnatas do reino.³⁵ Antes de Alfonso VIII, a situação descrita no *Poema* teria sido impensável.

Por sua parte, José Fradejas Lebrero³⁶ analisou a ideologia da obra em busca de indícios acerca do sentido dela. Lebrero concluiu em seu estudo que o *Poema* deveria ter sido usado para incitar a guerra e o heroísmo na fronteira.³⁷ Portanto, a obra dataria de 1195 a 1212, quando Alfonso VIII precisou reunir um grande exército para reativar a *Reconquista*.³⁸ Sendo importante ressaltar que em 1195 as tropas castelhanas sofreram uma grande derrota em Alarcos, fato que permaneceu por muitos anos no imaginário coletivo do reino e que causou mudanças em sua política.

De um ponto de vista histórico semelhante ao de Fradejas Lebrero, Maria Eugenia Lacarra, em um estudo sobre a obra identifica os interesses do *Poema de Mio Cid* com os da Corte de Alfonso VIII, afirma que:

Ambos aspectos [el interés en pregonar por la Península uma lucha contra musulmanes, y el enfatizar la ganancia que los castellanos

³¹ UBIETO ARTETA, Antonio. *El Cantar de mio Cid y algunos problemas históricos*. Valencia: Anubar, 1973. p. 188-189.

³² RUSSELL, Peter E. "Some Problems of Diplomatic in the *Cantar de mio Cid* and their Implications." *Modern Language Review* 47 (1952). p. 340-49.

³³ Ibidem, p. 344.

³⁴ GUGLIELMI, Nilda. *La curia regia en León y Castilla*. Cuadernos de Historia de España (1955). p. 116-267.

³⁵ Ibidem. p. 148.

³⁶ FRADEJAS LEBRERO, José. *Estudios épicos: El Cid*. Ceuta: Instituto Media, 1962. p. 50.

³⁷ Ibidem. p. 63.

³⁸ Ibidem. p. 52.

podrían extraer de ella] coinciden, pues, tanto con la política exterior de Alfonso VIII de unir a los reinos cristianos bajo el liderazgo castellano, como a su política interior de animar a sus propios vassallos a la lucha contra los morros.³⁹

Na verdade, para Lacarra, os “Vani-Gómez” do *Poema*, que atuam na obra como inimigos do “herói”, deviam ser entendidos na época como uma clara alusão à poderosa família Castro, que havia traído Alfonso VIII ao fazerem aliança com Leão e os Almôadas.⁴⁰ De fato, Lacarra descobriu que os “Vani-Gómez” eram ancestrais dos Castro, da mesma forma que Alfonso VIII e os Lara eram descendentes de Rodrigo Díaz.⁴¹ Para Lacarra, o *Poema* apresentava uma situação política e ideológica que só faz sentido se analisado o início do século XIII, isto é, o reinado de Alfonso VIII.

Outra contribuição decisiva foi a de Francisco J. Hernández. Para ele as Cortes/tribunais que ocorreram em janeiro de 1207 foram convocadas com a finalidade de legislar o preço das mercadorias no contexto de um período de escassez aguda.⁴² Para Hernández, essas cortes históricas correspondem às Cortes de Toledo que são narradas no *Poema de mio de Cid*:

Si uno de los propósitos de la épica era enardecer a los guerreros, ¿qué mejor manera de hacerlo que situándoles *dentro* del *Cantar fundiendo en una las Cortes de Toledo del Cid y las Cortes de Toledo de 1207?⁴³

A importante descoberta de Hernández parece ter decidido a disputa em torno da datação do *Poema de mio Cid*. Atualmente, a maioria dos estudiosos concorda em aceitar 1207 como a data de composição da versão conservada da obra. Isto é, durante o reinado de Afonso VIII. Além disso, como já antecipamos e como veremos mais adiante, a obra responde aos interesses ideológicos da corte deste monarca castelhano. Com isso, defendemos nossa escolha ao analisar este documento com o intuito de compreender parte deste reinado.

³⁹ LACARRA, María Eugenia. *El Poema de mio Cid: realidad histórica e ideología*. Madrid: Porrúa, 1980. p. 172.

⁴⁰ Ibidem. p. 174.

⁴¹ Ibidem. p. 159.

⁴² HERNÁNDEZ, Francisco J. Historia y etopeya. El Cantar del Cid entre 1147 y 1207. *Actas del III Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval* (Salamanca, 3 al 6 de octubre de 1989). Ed. María Isabel Toro Pascua. vol 1. Salamanca: U de Salamanca, 1994. p. 461

⁴³ Ibidem. p. 463.

1.4. CASTELA E O PERÍODO DA MENORIDADE DE ALFONSO VIII

Sancho III, pai de Alfonso VIII, governou apenas durante um ano, pois morreu na região de Toledo, em julho de 1158. Com isso, seu primogênito herdou o reino de Castela com apenas dois anos e nove meses de idade.⁴⁴

O reino de Castela incluía a própria cidade e uma série de territórios, inclusive a cidade de Toledo.⁴⁵ esta que diferia consideravelmente em sua configuração social do resto do reino, uma vez que, tendo sido conquistada através de tratados, a maioria da sua população moçárabe permaneceu no território.⁴⁶ Quanto ao reino de Castela, limitou-se a leste com Aragão, incluindo toda La Rioja, com o Ebro na fronteira de Haro, continuando para o sul com a atual separação. Pelo Oeste, limitava-se com Leão seguindo a linha do antigo condado de Castela, incorporando então Ávila e Segovia, formando depois a fronteira entre ambos os reinos até a antiga estrada romana da Prata.⁴⁷

Até que Alfonso VIII alcançasse a idade para governar, o reino ficou nas mãos de vários regentes. Como consequência a menoridade do monarca, ocorreu o enfraquecimento de Castela, já que os regentes se aproveitavam para perseguir seus inimigos, fato que causava inúmeros problemas para o reino.

O jovem rei ficou sob tutela, como era de costume nesses casos, de um importante membro da corte. A princípio, Gutierre Fernández de Castro foi o regente. É importante destacar que fazemos questão de enfatizar o nome completo deste, visto que “Castro” era o sobrenome de uma das famílias mais importantes de Castela, a qual possuía numerosas terras e castelos naquele reino.⁴⁸

Outra família importante eram os “Laras”, cujas posses mais importantes estavam nas regiões da Extremadura castelhana e em Toledo. A rivalidade entre os Castro e os Lara era lendária, de modo que não deveria surpreender que estas famílias contestassem duramente a custódia do jovem monarca, porque sabiam que isso poderia significar vantagens sobre seus rivais.

Nesse sentido, as disputas acerca da custódia de Alfonso VIII começaram imediatamente após a morte de seu pai. Provavelmente em 1158, os Lara obtiveram de Don Gutierre Fernández de Castro a custódia da criança, com a promessa de devolvê-lo

⁴⁴ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. *Alfonso VIII, Rey de Castilla y Toledo*. Burgos: La Olmeda, 1995. p. 14.

⁴⁵ Cidade de extrema importância para os monarcas castelhanos. Inclusive, posteriormente Alfonso VIII usará a cidade como base de suas campanhas contra os muçulmanos.

⁴⁶ GONZÁLEZ, Julio. *El reino de Castilla en la época de Alfonso VIII*. Madrid: CSIC, 1960. p. 70.

⁴⁷ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. *op. cit.*, 15.

⁴⁸ GONZÁLEZ, Julio. *op. cit.*, p. 75.

quando solicitado. Contudo, quando os Castro a requereram em 1160, os Lara se recusaram a cumprir o acordo. Por este motivo, os Castro pediram ajuda de Fernando II, rei de Leão. Juntos atacaram e derrotaram os Lara no território da “Tierra de Campos”.⁴⁹

Após o conflito, os Lara conseguiram convencer um dos Castro a cederem a custódia de Alfonso novamente a eles. Desta maneira, o jovem rei foi morar com Don Manrique Pérez de Lara, que passou a ser o regente do reino. Todavia, outro conflito entre as famílias rivais ocorreu em 1162 e o monarca leonês intervêm novamente em favor dos Castro. É indubitável que esta intervenção de Fernando II foi prejudicial para Castela, visto que o rei leonês ocupou a região da Segovia, algumas províncias da Extremadura e a cidade de Toledo.⁵⁰ Sobre este episódio a *Primera Crónica General* comenta:

Et ellos touieronle por loco, et sobresto ouieron lides muchas uezes los de Castro et los de Lara, et ouo y del una et de la outra part por esta razon muchas muertes et grandes omezillos, assi que por esso pudiera el rey de Leon tomar la mayor parte de Castiella et otrosi de Extremadura; et aun ueno y tanto que tomaron por este achaque los leoneses, podendo mas que los castellanos, uma parte de Castiella et outra de las Extremaduras de allenot Duero.⁵¹

Desse modo, Fernando II passou a deter a custódia de Alfonso VIII. Porém, através de uma estratégia, que posteriormente se tornou lendária,⁵² os Lara conseguiram afastar o jovem rei do poder leonês. Assim, teve início um intermitente período de paz e conflito entre os Lara e Fernando II. Nesse contexto, o regente do reino e tutor de Alfonso, Manrique Pérez de Lara, morreu em 1164 e a tutela do jovem monarca passou para outro membro desta família, Nuño Pérez de Lara.⁵³

Segundo a *Crónica de Veinte Reyes*, Nuño confiou a guarda da criança ao Conselho de San Esteban de Gormaz e Ávila, leais ao rei de Castela, durante o período de três anos, como intuito de manter o jovem monarca longe da tutela de Fernando II:

después lleuaron al rey para Avila e los de la villa reçibiéronlo muy bien a su señor e gozáronse con él e duró allí el rey tres años. Pasados esos tres años Alfonso VIII entonces ya de once años, por consejo de sus

⁴⁹ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. op. cit., p. 26-27.

⁵⁰ GONZÁLEZ, Julio. op. cit., p. 49.

⁵¹ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón; SOLALINDE, Antonio G.; CORTÉS, Manuel Muñoz e PÉREZ, José Gómez (col.). *Primeira Crónica General de España que mando componer Alfonso el Sabio e se continuaba bajo Sancho IV en 1289*. Madrid: Seminario Menéndez Pidal & Gredos. 2 vols. 1955. p. 669.

⁵² Nos referimos a estratagema conhecida por “la caballada de Atienza”, a qual se originou quando alguns tropeiros retiraram rei Afonso VIII da cidade quando seu tio a sitiara; isso aconteceu 4 anos depois, no dia de Pentecostes do ano 1162. Em gratidão, o Rei lhes concedeu um Fuero que regia as ordens da Irmandade da Santíssima Trindade por mais de oito séculos. Esta irmandade ficou responsável por manter e lembrar os fatos. “La Caballada de Atienza” foi declarada um Festival de Interesse Turístico Nacional no ano de 1980. Para mais informações ler Francisco Layna Serrano.

⁵³ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. op. cit., p. 19-23.

magnates comenzó a recorrer el reino e diéronle los de Avila çiento e çinquenta caualleros muy bien guisados quel guardasen e andudiesen con él.⁵⁴

O conflito entre os Lara e Leão teve continuidade. Contudo, os Lara conseguiram recuperar Toledo, em 1166. Este clima de constante conflito continuou até 11 de novembro de 1169, quando Alfonso VIII completou quatorze anos e atingiu a maioridade.

Interessante destacar que, segundo Martínez Díez, o adolescente já demonstrava sinais de poder tomar conta do reino, pois, alguns meses antes havia ordenado o cerco a Zorita com o intuito de liberar seu guardião. Inclusive, havia pego em “armas cavalheirescas ciñendose la espada con su propia mano, en una solemne ceremonia que teve lugar em Carrión de los Condes”.⁵⁵

A respeito desta cerimônia, sabemos que foi a primeira cúria completa, ou seja, importante reunião da grande aristocracia do reino. Sendo necessário frisar que não foi convocada nenhuma reunião deste porte durante os onze anos da minoridade do rei.⁵⁶

Após atingir a maioridade e passando por um momento sem conflitos internos em seu reino, por volta de 1170, Alfonso VIII “concierta” seu matrimônio com Leonor Plantageneta. Filha de Henrique II da Inglaterra e Eleanor de Aquitânia, estes “titulares de una de las cortes más brillantes del continente, y notorios mecenas de la literatura y las artes”.⁵⁷

Posteriormente, Alfonso VIII procurou formas para recuperar o território castelhano que estava sob posse dos Almôadas e através de negociações e concessões tentou o apoio dos vizinhos de Castela para conseguir tal empreitada, esse assunto que abordaremos no próximo tópico.

1.5. ELEMENTOS GERAIS DA “TEORIA POLÍTICA” DE ALFONSO VIII

Logo após os primeiros anos do reinado de Afonso VIII, poucos apostariam que esse rei seria aquele que por mais tempo (56 anos) governaria o reino de Castela. De fato, em meados do século XII, Castela tinha acabado de se separar de Leão, porque com a

⁵⁴ CRÓNICA DE VEINTE REYES. Ed. Fernando Ruiz Asencio. Burgos: Ayuntamiento de Burgos, 1991. p. 272.

⁵⁵ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. op. cit., p. 37-38.

⁵⁶ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. Curia y cortes en el reino de Castilla. In. Las cortes de Castilla y León en la Edad Media. Actas de la Primera Etapa del Congreso Científico sobre la Historia de las Cortes de Castilla y León. Vol 1. Valladolid: Cortes de Castilla y León, 1988. p. 105-151.

⁵⁷ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. op. cit., 1995. p. 43

morte de Alfonso VII, o imperador,⁵⁸ em 1157, os reinos peninsulares foram divididos entre seus filhos. Castela e Toledo, os mais ricos e mais importantes, ficaram com seu primogênito, Sancho III, pai de Afonso VIII.⁵⁹

Como visto anteriormente, após a morte de Sancho III, o jovem rei Alfonso VIII serviu de joguete nas mãos das duas grandes famílias aristocráticas que disputavam o poder em Castela, essencialmente, os Lara e os Castro.⁶⁰ Além disso, o seu tio Fernando II reclamava igualmente a regência do reino, situação que quase conduziu a uma guerra civil. Logo, o monarca estava inserido num conturbado contexto social e político. Por isso, o prestígio e poder de Alfonso VIII estavam bastante condicionados a assumir seu reinado.

Nesse sentido, é interessante destacar como o processo de senhorização teve por consequência uma aristocracia laica e eclesiástica detentora de uma grande quantidade de terras que lhes conferia poder e riqueza.⁶¹ Sendo que, a fidelidade à monarquia por parte destes era sempre duvidosa.

Por isso, após alcançar a maioridade, Alfonso VIII teve que se dedicar a recuperar os territórios tomados de Castela por seus vizinhos nos anos anteriores. Assim, pela primeira vez, ele enfrentou a “ameaça” muçulmana. Para isso, renovou a aliança com o rei lobo⁶² da Múrcia, rei muçulmano da Taifa, mas um inimigo ferrenho dos Almôadas. Contudo, aliados aos leoneses reagem rapidamente ante à ameaça representada pela Entente de Castela com o rei da Múrcia. Deste modo, os Almôadas, sob o comando de seu califa Abu Yaqub, atacam as terras de Toledo e da Múrcia e vencem o rei Lobo.⁶³

Além disso, os Almôadas sitiaram Huete, no reino de Castela, em 1172. Felizmente para os castelhanos, Alfonso VIII veio em socorro e juntos conseguiram retomar a região. No ano seguinte, as hostilidades continuaram entre Castela e os Almôadas, com um “tremendo revés” para os cristãos.⁶⁴

Durante uma expedição do “concejo de Ávila” pelo Al-Andaluz, os Almôadas conseguiram matar o líder de Ávila, Sancho Jiménez, que havia se rebelado contra os

⁵⁸ Segundo Rucquoi, a adoção do título de “imperador” por Alfonso VI (1072-1109), e por seu neto Alfonso VII (1126-1157), indicavam o programa político dos monarcas castelhanos. Sendo que este título não era só simbólico, pois os reis que o reivindicavam pretendiam exercer efetivamente esse *imperium* sobre todo o território ibérico. In: RUCQUOI, Adeline. op. cit., p. 110.

⁵⁹ GONZÁLEZ, Julio. op. cit., p. 106.

⁶⁰ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. op. cit., 1995. p. 26-27.

⁶¹ BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: globo, 2006.

⁶² Muhammad ibn Mardani's, monarca muçulmano aliado aos cristãos no Levante, “a quem os cronistas chamam el rey Lobo” In: RUCQUOI, Adeline. op. cit., p. 169.

⁶³ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. op. cit., 1995. p. 112-113.

⁶⁴ GONZÁLEZ, Julio. op. cit., p. 75.

muçulmanos. Como o conflito estava sendo muito mais complicado do que os cristãos castelhanos haviam imaginado, e estes ainda tinham outros inimigos para lidar, Alfonso VIII solicitou um “cessar-fogo”. Os Almôadas concederam, em 1173, por um período de sete anos.⁶⁵

Após a assinatura dessa trégua, o monarca castelhano e seu aliado Alfonso II de Aragão, voltaram a se concentrar na região de Navarra. É fato que o rei de Navarra, Sancho VI, avançou sua fronteira invadindo Castela, aproveitando-se da minoridade de Alfonso VIII. Portanto, era previsível que este tentasse se vingar e recuperar os territórios perdidos.

O ataque planejado em conjunto entre castelhanos e aragoneses foi devastador, uma vez que não somente conseguiram recuperar os territórios em Bureba, la Rioja, Vizcaya e Alava, como também ameaçaram a própria integridade do reino navarro. Por esta razão, Sancho VI recorreu à arbitragem de Enrique II da Inglaterra, sogro de Alfonso VIII.⁶⁶ Porém, em 1177, a sentença deste não satisfazia nenhuma das partes. Assim, a decisão não foi respeitada por nenhum dos reis. Contudo, as negociações começadas resultaram na trégua, em 1179.⁶⁷

Após ter assinado com Sancho VI o acordo de trégua (“el compromiso arbitral”), Alfonso VIII se preparou para enfrentar novamente os almôadas. Como o califa Abu Yakub ibn Abd al-Mumin estava certo da trégua que havia assinado com o monarca castelhano, tinha embarcado para Marrocos, em 1176. Com os muçulmanos despreparados, Alfonso VIII “emprende tranquilo el sitio de Cuenca”.⁶⁸ Conforme a *Primera Crónica General*:

Agora torna ell arçobispo en la estoria a razonarsse con Cuenca, et llamala et diz assi: <<Cuenca, miembrate de los dias del tu prinçep, en la remembrança del esclareçe tu toda et alumbra la tu faç; el nombre dell en las tus alabaças, la gloria del sea la tu remembrança; ell ennadio deffendimiento a los tus terminos, et enssancho el derecho de la tu cathedra, esto es la tu eglesia catedral>>. Aun ua la estoria contando en los fechos deste muy noble don Alffonssso, rey de Castiella, et dize.⁶⁹

Assim, com vinte e dois anos o monarca castelhano garantiu, com esta conquista, o flanco oriental do reino de Toledo.

⁶⁵ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. op. cit., 1995. p. 120.

⁶⁶ Ibidem p. 150.

⁶⁷ RUCQUOI, Adeline. op. cit., p. 113.

⁶⁸ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. op. cit., 1995. p. 123.

⁶⁹ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón; SOLALINDE, Antonio G.; CORTÉS, Manuel Muñoz e PÉREZ, José Gómez (col.). *Primeira Crónica General de España que mando componer Alfonso el Sabio e se continuaba bajo Sancho IV en 1289*. Madrid: Seminario Menéndez Pidal & Gredos. 2 vols. 1955. p. 679.

Um fato que merece destaque sobre a investida de Cuenca foi que o rei Alfonso II de Aragão, ajudou o monarca de Castela. Isso fez com que a aliança dos dois reinos fosse estreitada e algumas diferenças resolvidas.⁷⁰ Posteriormente, foi assinado um tratado entre Aragão e Castela, no qual Alfonso VIII anulava a vassalagem que, em teoria, Alfonso II lhe devia. Fato que incomodava bastante os aragoneses. Em contrapartida, as investidas contra o reino de Navarra prosseguiram e terminaram em conquistas territoriais.⁷¹ Por isso, além deste, outro Tratado foi assinado pelos monarcas, em 1179. Nele, se fazia uma divisão planejada do reino de Navarra, pois “se planeava conquistar em campanhas futuras”.⁷²

Quando não precisava mais se preocupar com a ameaça Almôada, Alfonso VIII, pelo menos nesse período, decidiu se vingar dos leoneses que tanto interferiram em seu território na época da sua minoridade. Inclusive, se aliaram por várias vezes aos inimigos muçulmanos. Por isso, o monarca organizou uma campanha para recuperar as posses que Castela havia perdido. O monarca castelhano conseguiu mais do que alcançar seus objetivos depois de derrotar Fernando II em Castrodeza, no ano de 1178. Segundo Jiménez de Rada⁷³, Alfonso VIII conseguiu reconquistar todo território que havia perdido, inclusive “el Infantado”, que não se sabia bem a quem realmente pertencia.

Dessa forma, a campanha contra Leão durou de 1178⁷⁴ a 1181, quando a paz foi finalmente assinada. Com isso, se devolvia aos leoneses a situação fronteiriça que Alfonso VII havia determinado ao dividir os reinos de Castela e Leão. Contudo, as hostilidades recomeçaram no ano seguinte, o que resultou na assinatura de um novo Tratado.⁷⁵

Pacificada a fronteira leonesa, Alfonso VIII se colocou, em 1182, frente a seu exército e dirigiu uma expedição de punição contra os Almôadas. Durante esta campanha, o monarca de Castela conquistou alguns territórios dos inimigos, inclusive, acampou na fronteira com Córdoba.

⁷⁰ O apoio oferecido ao rei de Castela pelo rei de Aragão não era o apoio de um vassalo ao seu imperador, mas o de um rei a outro. Isso demonstrou que “os príncipes ibéricos eram ainda capazes de se aliar para levarem a bom termo uma operação de Reconquista”. In: RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da península Ibérica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 174.

⁷¹ RUCQUOI, Adeline. op. cit., p. 76.

⁷² MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. op. cit., 1995. p. 229.

⁷³ JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los Hechos de España*. Madrid: Alianza Universidad, 1989. p. 288.

⁷⁴ Antes de sua Campanha, Alfonso VIII havia convocado sua segunda “cúria plena”. In: MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. op. cit., 1995. p. 137.

⁷⁵ GONZÁLEZ, Julio. op. cit., p. 360.

No natal de 1182, Alfonso VIII celebrou sua terceira corte⁷⁶ plena em Medina de Rioseco.⁷⁷ Sem descanso, “las algaras dirigidas contra Al-Andaluz continuaban durante los veranos, hasta 1189. Sin embargo, sólo en 1186 se ocupó Alfonso VIII de la dirección personal de la expedición”.⁷⁸ Essas expedições resultaram em enormes riquezas para os castelhanos, durante os vários anos de lutas no território “andaluces”.

Nesses anos de prosperidade, o monarca castelhano convocou mais duas cortes. A de número quatro se reuniu em Nájera e a quinta foi em San Esteban de Gormaz, em 1187. Esta última deve ter sido uma das celebrações mais luxuosas do reinado de Alfonso VIII. Nessa ocasião foi discutido o possível matrimônio entre Conrado, filho do imperador alemão Federico I, e dona Berenguela, a primogênita do rei de Castela.

Em 1188, com a morte de Fernando II de Leão, seu filho, Alfonso IX, o sucede. No entanto, o novo rei teve sérios problemas com alguns membros de sua família. Por isso, o monarca leonês recorreu ao apoio do poderoso Alfonso VIII. E marcou um encontro que ocorreu na região da Extremadura da Abadia, ao norte de Plasencia⁷⁹. Nele foi acordado a realização de outra reunião formal, que ocorreu no final daquele mesmo ano em “Carrión de los Condes”. Então, Alfonso VIII convocou uma sexta cúria, na igreja de Sen Zoilo. Lá o monarca castelhano “armó caballero al leonês, y éste besó su mano em vassallaje”.⁸⁰

Com esta submissão, Alfonso IX tinha por interesse ser nomeado herdeiro de Castela, caso houvesse morte do rei castelhano sem deixar filhos varões. Todavia, é necessário lembrar que Alfonso VIII já havia prometido sua filha ao príncipe alemão. Com isso, Berenguela e Conrado haviam sido nomeados herdeiros do reino de Castela, na ausência de filhos varões. Assim, Alfonso IX se declarou vassalo castelhano sem ter conseguido nenhuma vantagem, fato que causou enorme mal-estar ao monarca leonês.⁸¹

Conseqüentemente, o monarca leonês marchou de volta para seu reino indignado e procurou fazer alianças contra Castela. Nesse sentido, se aliou a Portugal, em 1190, e com Aragão no ano seguinte. Com isso, Castela se encontrava isolada dos seus vizinhos, sobretudo devido a um pacto que havia firmado contra Leão, Navarra e Aragão.⁸²

⁷⁶ Espaços de negociação, no qual monarquia e aristocracia lidavam com suas questões políticas.

⁷⁷ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. op. cit., 1988. p. 145.

⁷⁸ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. op. cit., 1995. p. 132.

⁷⁹ Ibidem. p. 70.

⁸⁰ Ibidem, p. 71.

⁸¹ GONZÁLEZ, Julio. op. cit., p. 238.

⁸² MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. op. cit., 1995. p. 231.

Respondendo a este pacto, os exércitos de Aragão e Navarra invadiram as terras da Soria, em 1191. Como represália, as tropas castelhanas atacaram Teruel, no reino de Aragão.

Diante deste cenário, Alfonso VIII recorreu a via diplomática. Este monarca apresentou seus problemas ao papa Celestino III, descrevendo o estado da situação como perigoso ante a ameaça muçulmana. Então, em 1192, o Papa enviou à Península seu sobrinho, o cardeal Gregório. Seu representante conseguiu evitar que a guerra se instaurasse entre os reinos peninsulares, fazendo ainda com que os leoneses e castelhanos se reunissem para tentar resolver suas diferenças. Esses concordaram em assinar um tratado contra os muçulmanos, em 1194.⁸³ Assim, Navarra, Aragão e Castela assinaram outra trégua que pôs fim às hostilidades entre eles.

Dessa forma, defendemos que a teoria política de Alfonso VIII apontava para a mesma direção que a de seu avô, Alfonso VII: obter uma unificação sobre seu reino, na tentativa de constituir um *imperium*. Contudo, esta imagem de uma monarquia cujos poderes pareciam apontar no sentido de uma centralização esbarrou na própria realidade que configurava a sociedade castelhana daquele período.

1.5.1. A queda de Alarcos

Fiel ao novo tratado com Leão e respondendo aos conselhos de Celestino III, Alfonso VIII resolveu atacar os almôadas, já que havia expirado o tratado de trégua e não houve renovação. “Así, em 1194 el castellano envía al sur una enorme algara, encabezada por el arzobispo de Toledo, don Martín López de Pisuerga”.⁸⁴ Essa expedição devastou o território da Andaluzia, chegando até Sevilha e ocasionou na conquista de muitos espólios.⁸⁵

Contudo, o sucesso desta expedição foi prejudicial para os cristãos, uma vez que alertou aos muçulmanos da enorme ameaça representada pelos castelhanos. Como consequência, em 1195, o califa Abu Yusuf ibn Yakub chamou para a “Guerra Santa” os povos do Império Almôada, inclusive os povos espalhados pelo norte da África. Assim, conseguiu juntar um enorme contingente contando com os zenetes, masmudíes, gamaras, agzases, negros sudaneses, tuaregs etc.⁸⁶ Segundo a *Primera Crónica General*:

Et leuantosse esse príncep con grand muchadumbre, et enlleno las campinnas dell Andaluzia con uozes de muchas guisas: et las yentes

⁸³ Ibidem. p. 71-73

⁸⁴ CRÓNICA DE VEINTE REYES. Ed. Fernando Ruiz Asencio. Burgos: Ayuntamiento de Burgos, 1991. p. 28.

⁸⁵ GONZÁLEZ, Julio. op. cit., p. 951-952.

⁸⁶ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. op. cit., 1995. p. 142-143.

eran turcos, alaraues, affricanos et eziopianos de amas las Eziopias, et almohat que es ya outra yent, et de los Montes Claros uinieron en la hueste de aquel Mazemust, et ell andaluç de tierra de Guadalqueuir a su mandado ueno alli.⁸⁷

O enorme exército muçulmano se dirigiu para Toledo, onde acamparam no limite do reino de Castela, próximo à região de Alarcos. Alfonso VIII que havia convocado seus exércitos em Toledo, marchou para o sul sem esperar as tropas de Alfonso IX. Segundo Martínez Díez: “las tácticas usadas en la enorme batalla que siguió fueron fundamentales en el desarrollo de la misma, y impresionaron la imaginación medieval durante muchos años”.⁸⁸

Assim que chegou em Alarcos, Alfonso VIII enviou suas tropas ao campo de batalha, pois acreditava que os muçulmanos o atacariam naquele mesmo dia. Contudo, isso não aconteceu. Ao invés disso, os Almôadas passaram o dia descansando em suas tendas. Enquanto os castelhanos os aguardavam fadigando ao sol, praticamente o dia todo.

Os muçulmanos atacaram na manhã seguinte, em 18 de julho de 1195. Esse ataque causou “certa sorpresa y desconcierto” nos cristãos, que não conseguiram organizar suas defesas”.⁸⁹ Quando os castelhanos começaram a se recuperar, graças à intervenção do próprio Alfonso VIII e de seus guerreiros pessoais, o califa “lanzó su propia reserva” e a batalha rapidamente se inclinou favorecendo o lado Almôada.⁹⁰ O séquito do monarca castelhano foi obrigado a fugir do campo de batalha em direção a Toledo com cerca de vinte homens. Conforme completa a *Primera Crónica General*:

Et desque se ayuntaron amas las huestes, lidiaron, et fue uençuda la hueste de los cristianos, et el noble rey don Alffonsso sacado de la batalla por fuerça de los suyos, et por la noble sabiduria de los suyos fue el saluo et libre de muerte et de prision aquel dia.⁹¹

Dessa maneira, a vitória muçulmana foi esmagadora. Porém não há consenso nas Crônicas de ambos os lados e elas divergem com relação a quantidade dos mortos. O fato consistiu que o exército castelhano foi praticamente destruído. Os mortos incluíam

⁸⁷ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón; SOLALINDE, Antonio G.; CORTÉS, Manuel Muñoz e PÉREZ, José Gómez (col.). *Primeira Crónica General de España que mando componer Alfonso el Sabio e se continuaba bajo Sancho IV en 1289*. Madrid: Seminario Menéndez Pidal & Gredos. 2 vols. 1955. p. 681.

⁸⁸ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. op. cit., 1995. p. 144.

⁸⁹ Ibidem, p. 148.

⁹⁰ Ibidem, p. 149.

⁹¹ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón; SOLALINDE, Antonio G.; CORTÉS, Manuel Muñoz e PÉREZ, José Gómez (col.). *Primeira Crónica General de España que mando componer Alfonso el Sabio e se continuaba bajo Sancho IV en 1289*. Madrid: Seminario Menéndez Pidal & Gredos. 2 vols. 1955. p. 681.

três bispos (de Ávila, Segóvia e Sigüenza), o conde Ordoño García de Roda e os seus irmãos, os condes Pedro Ruiz de Guzmán e Rodrigo Sánchez, além de Sancho Fernández de Lemus da Ordem de Santiago, e Gonçalo Viegas da Ordem de Évora. Ainda como consequência, a fronteira de Castela recuou cerca de oitenta quilômetros ao norte, deixando a cidade de Toledo exposta aos ataques Almôadas.

Além disso, os inimigos cristãos de Alfonso VIII, Leão e Navarra, romperam a trégua com o objetivo de tirarem proveito do enfraquecimento do monarca castelhano. Assim, “et librado ya el roydo de la batalla, a pocos dias despues desso, començaron aquellos dos reyes, el de Leon et el de Nauarra, a guerrear et correr el regno de Castiella como hueste de enemigos”.⁹²

Nesse contexto, em 1196, Almôadas e leoneses concordaram em invadir ao mesmo tempo o território castelhano. Os leoneses devastaram a Tierra de Campos e os muçulmanos as regiões de Montánchez, Trujillo, Plasencia e os campos de Maqueda, Escalona e Toledo.⁹³

Alfonso VIII voltou a utilizar de táticas diplomáticas e conseguiu assegurar a neutralidade de Sancho VII de Navarra, além de obter uma aliança com o novo rei de Aragão, o jovem Pedro II. O monarca aragonês enviou cerca de mil cavaleiros a Toledo. Com essa ajuda, o exército castelhano conseguiu recuperar os territórios perdidos na região toledana. Os castelhanos contra-atacaram com sucesso em Tierra de Campos aproveitando o fato de que os portugueses também estavam investindo contra Leão. Assim, “de hecho, las tropas castellanas, mandadas por los reyes aliados, Alfonso VIII y Pedro II, llegaron a assaltar la propia ciudad de León”.⁹⁴

1.5.2. Ordens militares e guerra santa: mito da *Reconquista*

Segundo Carlos de Ayala Martínez, desde Sancho III existia um “projeto cruzadista”. Sendo que, após a morte deste rei, a monarquia castelhana teve que realizar ações importantes para reconstruir as ordens militares hispânicas. Nesse sentido, Alfonso VIII foi responsável por “captar la rentabilidad politico-ideologica de la naciente espiritualidad militar enarbolada por un sector minoritário del movimiento

⁹² Ibidem, p. 681-682.

⁹³ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. op. cit., 1995. p. 74.

⁹⁴ Ibidem, p. 75.

cisterciense”.⁹⁵ Assim, despertar a “espiritualidade militar”, através da construção da identidade castelhana foi a saída que encontrou para envolver leigos armados em seu projeto expansionista.

Ainda segundo Martínez, a atuação de Alfonso VIII foi importante, no sentido de “su papel fue también decisivo a la hora de construir un sistema de mediación disciplinaria que no permitiera que las nuevas órdenes escaparan a su control”.⁹⁶ Defendemos que este “sistema de mediação”, se tratavam das cortes, local onde poderia negociar com a aristocracia em que, na tentativa de “controlar” esses homens, o monarca criou qualidades específicas para a construção do “vassalo perfeito”, que trataremos melhor no Capítulo II.

Nesse sentido, é preciso tratar que o processo de *Reconquista* consistiu, *grosso modo*, na retomada dos territórios conquistados pelos mouros na Península Ibérica é o principal cenário para nossa análise, pois reafirmava as relações de interdependência entre o rei, Alfonso VIII, e seus vassallos. Uma vez que, podemos destacar como o poder monárquico, através de “suas formas de negociação”, conseguia lidar, com a aristocracia, principalmente, em se tratando do povoamento dos novos territórios anexados no contexto da *Reconquista*, importante ressaltar, que somente no final do reinado de Alfonso VIII que assume este caráter. Mas essas conquistas são de extrema importância, pois, marcam o programa próprio de governo, diferente do projeto anti-islâmico, disseminado por seu pai.⁹⁷

Não há consenso a respeito do conceito de *Reconquista*. Este continua sendo alvo de discussões e problematizações por uma Historiografia Hispânica que tem procurado não somente determinar uma terminologia que abarque com mais precisão as características do período em questão, como também da necessidade de problematizar tal conceito histórico, pondo em relevo o contexto de sua produção e a ideologia que perpassa a sua utilização.

Contudo, nos interessa compreender o contexto de *Reconquista* como:

a um proceso clave en la Edad Media peninsular, como fu ela expansión militar a costa del Islam occidental, que estuvo revestido e impulsado por una ideologia militante basada en los principios de guerra santa y

⁹⁵ MARTÍNEZ, Carlos de Ayala. Guerra Santa y Órdenes militares en la época de Alfonso VIII. In.: DÍEZ, Carlos; RUIZ, Maria Antonia (coords.). La Península Ibérica en tiempos de Las Navas de Tolosa. Monografías de la Sociedad Española de Estudios Medievales. Madrid, 2014. p. 111.

⁹⁶ Ibidem. p. 117.

⁹⁷ Ibidem. p. 118.

de guerra justa, y que además tuvo una incidencia decisiva en la conformación de una sociedad de frontera.⁹⁸

Segundo Souza Junior, é preciso mencionar que, a respeito da suposta hegemonia castelhana nesse processo de *Reconquista*:

o desejo de justificar tal supremacia caminhava em paralelo com o próprio processo de afirmação de suas forças perante os reinos muçulmanos e cristãos. Na medida em que as fronteiras do território se dilatavam.⁹⁹

Observamos como foi se tornando cada vez mais necessário reforçar o discurso propagado pelos “ancestrais”, mostrando o reino tanto como herdeiro das antigas tradições, como uma espécie de entidade predestinada a assumir um papel de superioridade na região.

A base destas sucessivas conquistas militares, obtidas durante meados do século XII e princípio do XIII, são encontradas no fato de que se tratava de uma “sociedade de fronteira”¹⁰⁰. Assim, a participação em conflitos bélicos comportava um atrativo à vista daqueles homens, que procuravam nesta, a concretização das possibilidades de ganho material que a mesma anunciava. Como consequência deste processo, evidenciou-se a formação e consolidação de:

Una sociedad organizada para la guerra. Pero también una sociedad moldeada por la guerra. Pero también una guerra que, en el contexto europeo de la época, presentaba caracteres específicos: la guerra contra el Islam. Afín de maximizar las chances de éxito en tales empreitadas.¹⁰¹

Dessa forma, o uso da violência, ou seja, da força armada correspondia diretamente a necessidade de atender aos anseios da coroa Castelhana que se envolvia, ao mesmo tempo, em uma série de disputas no próprio território cristão e, de outro lado, frente aos inimigos muçulmanos, procurava legitimar por meio da supremacia militar, o seu papel como liderança política e militar no processo de *Reconquista*.

⁹⁸ GARCÍA FITZ, Francisco. La Reconquista: un estado de la cuestión. *Clio & Crimen*, Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango, n. 6, 2009, p. 201.

⁹⁹ SOUZA JUNIOR, Almir Marques. As duas faces da realeza na Castela do século XIII: os reinados de Fernando III e Afonso X. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, 2009. p. 89.

¹⁰⁰ Segundo Angus Mackay: “la existencia de una frontera militar permanente significaba, virtualmente, que a España medieval era una sociedad organizada para la guerra”. MACKAY, Angus. *La España de la Edad Media*. Desde la frontera hasta el Imperio (1000-1500). Madrid, 1980, p. 12.

¹⁰¹ GARCÍA FITZ, Francisco. *Castilla y León frente al Islam: estrategias de expansión y tácticas militares (siglo XI-XIII)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2005, p. 71.

Segundo Adeline Rucquoi,¹⁰² os reis da Península Ibérica no medievo não pensavam no poder em termos de fixação territorial, como o fizeram seus vizinhos do Norte. O poder para os hispânicos provinha, sobretudo, de uma missão divina, a da reconquista do território cristão que os infiéis haviam usurpado. Logo, justificam a tarefa de reconquista e a extensão de seu território, com a retomada das terras dos muçulmanos, como uma prova da sua submissão a Deus e aos seus mandamentos.

Nesse contexto, podemos afirmar que a “guerra contra o infiel”, isto é, a *Reconquista*, que se tornou uma guerra santa a partir de fins do século XII foi, necessariamente, um mito que baseou a justificação do poder dos monarcas e tinha uma função unificadora. Logo,

a Reconquista, mito e realidade, fundou assim ao mesmo tempo um conceito de poder e uma prática deste, uma hierarquização da sociedade em função de critérios militares, a organização de um espaço que não era fechado, e uma visão específica das relações entre o cristão e o seu Criador, que colocava a igreja numa situação de sujeição ao poder civil.¹⁰³

1.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Neste capítulo apresentamos as principais funções que a teoria política associava aos monarcas e a relação que existia entre este tipo de discurso e a conturbada conjuntura política de Castela. Sendo assim, nosso objetivo neste Capítulo foi explicar a noção de poder monárquico que utilizamos para tratar da Castela Senhorial, entre meados do século XII e princípio do XIII. Além disso, introduzir a discussão acerca do uso do *Poema de Mio Cid* como uma estratégia de Alfonso VIII em reforçar a manutenção da hierarquia e os discursos idealizados de negociação para com a aristocracia, a qual enfatizaremos posteriormente.

Contudo, podemos adiantar que a resolução destas tensões não se deu nem pela vitória do poder local sobre a autoridade da Monarquia, e nem do oposto. O desenvolvimento das relações políticas na Castela medieval nos mostra que estas duas forças legítimas que se consolidaram em íntima articulação neste período desenvolveram mecanismos de coexistência entre elas. Ao invés de se consolidarem como instâncias concorrentes, monarquia e aristocracia estabeleceram uma parceria em que o “poder público” funcionava com o auxílio das instâncias locais de poder.

¹⁰² RUCQUOI, Adeline. op. cit., p. 200.

¹⁰³ Ibidem, p. 216.

Todavia, mesmo trabalhando em conjunto, não significava que a relação existente fosse pautada pela estabilidade. Por isso, defendemos que o *Poema de Mio Cid* foi utilizado como uma espécie de instrumento político que auxiliasse no fortalecimento do poder monárquico de Alfonso VIII, e facilitasse a negociação entre monarquia e aristocracia, como veremos nos próximos capítulos.

CAPÍTULO II

CARACTERÍSTICAS PROPAGANDISTAS: UMA PORTA PARA A NEGOCIAÇÃO NO REINADO DE ALFONSO VIII

Neste capítulo procuraremos demonstrar como o poder monárquico se relacionava política e cultural com uma parcela do reino, isto é, aristocracia. Nosso objetivo será analisar o tipo de relação que se instaurava entre esses dois grupos sociais: monarquia e aristocracia. Para nós, o tom que ditava os caminhos entre os dois era pautado por um certo tipo de interdependência que se definia por concessões do primeiro prevendo uma contrapartida de apoio do segundo.

Para tal, utilizaremos como suporte neste capítulo, as teses de Antonio Sanchez Jimenez¹ e Bruno Gonçalves Alvaro². A primeira nos auxiliou a destacar as qualidades propostas por Alfonso VIII. Sendo que, através da análise das características propagandistas, isto é, das “virtudes idealizadas” percebemos como Alfonso VIII se baseava no uso da “literatura de corte” para atingir a parcela da sociedade que consumia este tipo de cultura (a aristocracia). E com relação a segunda tese, nos amparou na discussão de relação de interdependência entre a monarquia e aristocracia.

Assim, nos debruçaremos sobre os versos que compõem o *Poema de Mio Cid*, com o intuito de defender como as características de alguns personagens foram criadas para servir a teoria política de Alfonso VIII, cujo objetivo era mudar a realidade social e política a seu favor. Logo, destacamos: equilíbrio, lealdade, cortesia, generosidade religiosa e herói/guerreiro, como as principais virtudes idealizadas para corte desse monarca castelhano.

¹ JIMÉNEZ SÁNCHEZ, Antonio. *La Literatura en la corte de Alfonso VIII de Castilla*. Tese (doutorado). Departamento de Lengua Española, Universidad de Salamanca, 2001. 506 f.

² ALVARO, Bruno Gonçalves. *As Veredas da Negociação: Uma Análise Comparativa das Relações entre os Senhorios Episcopais de Santiago de Compostela e de Sigüenza com a Monarquia Castelhana-Leonesa na Primeira Metade do Século XII*. Tese (doutorado) – UFRJ/IH/ Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2013. 280 f.

2.1. ALFONSO VIII E O USO DA LITERATURA DE CORTE COM O INTUITO DE FORTALECER O PODER MONÁRQUICO

Através da pesquisa sobre a política no reinado de Alfonso VIII realizada no Capítulo I desta dissertação, podemos averiguar que ele se diferenciava de outros reis do século XIII, como Alfonso X, por exemplo. Alfonso VIII não proclamou nenhum código legal no estilo das “Siete Partidas”. Apesar de não existir escrito nos documentos da época que havia o interesse do monarca castelhano fortalecer seu poder, acreditamos na hipótese de que ele pretendia reforçar seu poder monárquico e para tal utilizou da literatura de corte e das negociações, este último analisaremos no próximo capítulo.

Embora a ideologia política da corte de Alfonso VIII não tenha se materializado em instituições ou compilações legais específicas, ele tentou criar uma espécie de “propaganda” com o objetivo de mudar a situação política a seu favor.³ Nesse sentido, é importante lembrarmos o que foi discutido no Capítulo I, enquanto analisamos o projeto cruzadista de Sancho III, e como não houve uma continuidade deste devido a precoce morte do monarca que acarretou em problemas e instabilidades na Castela deixada ao herdeiro, ainda de menoridade. Assim, quando assumiu o reinado, o projeto anti-islâmico de Alfonso VIII não foi semelhante ao de seu pai, isto é, que se baseava em uma reação a ofensiva previsível dos Almôadas, mas segundo Carlos de Ayala Martínez, “como la calculada acción de un ataque expansivo, y ese ataque se produciría en 1177 con motivo de la tomada de Cuenca”.⁴ Como já visto, este episódio foi bastante importante, pois marca o início de um programa próprio de governo, que posteriormente se converteu nos ideias da guerra de Reconquista, como um dos suportes essenciais do reinado de Alfonso VIII.

Ainda sobre este assunto, Carlos de Ayala Martínez ressalva:

Su programa era una decidida apuesta por la territorialidad del reino y la especificidad de su capacidad expansiva frente al islam, desde luego no incompatible con su pertenencia a una Cristiandad que daba sentido a todo. De lo que Alfonso VIII huía es de explícitas dependencias espirituales que, interpretadas en clave política, pudieran dar lugar a equívocos. Del mismo modo que reclamaba para sí el control del reino y sus instituciones, exigía la sumisión de la Iglesia como respuesta a su protección y a un decidido compromiso de conquista que la beneficiaba directamente.⁵

³ NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XVI)*. Madrid: Eudema, 1988. p. 41-45.

⁴ MARTÍNEZ, Carlos de Ayala. Guerra Santa y órdenes militares em época de Alfonso VIII. In: DÍEZ, Carlos Estepa; RUIZ, Maria Antonia Carmona (coords.). *Monografías de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, nº 5. Madrid, 2014. p. 118.

⁵ *Ibidem*. p. 119.

Dessa forma, defendemos a hipótese de que Alfonso VIII seguia a ideologia política de seu avô, Alfonso VII, e procurou consolidar a ideia de “*imperium*”, contudo esbarrou-se contra uma realidade social e política castelhana que não permitiu a consagração desta ideia.

Segundo Julio González,⁶ através tanto da análise de documentos da chancelaria real de Alfonso VIII, como da produção artística de sua corte, a sua política legal ou o que sabemos de sua política interna e externa apontavam fortemente para essa direção, isto é, que Alfonso VIII e sua corte castelhana promoveram uma política de reforço do poder real, através da “literatura de corte”.

Assim, analisaremos como o *Poema de Mio Cid* foi patrocinado por Alfonso VIII e que, portanto, responde à sua ideologia política monárquica. Ou seja, o monarca castelhano se utilizou de certas obras literárias como ferramentas para mudar a realidade social a seu favor e, dessa forma, fortalecer seu poder. Para isso, desenvolvemos um esboço das virtudes que fizeram parte da figura modelo que foi disseminada por sua corte, com a ajuda da análise feita por Antonio Sanchez Jimenez.⁷

2.2.DISCURSOS DE AUTORIDADE E PODER NO *POEMA DE MIO CID*: CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE CASTELHANA

A motivação e as circunstâncias para a construção de um produto intelectual parecem ser tão ou mais esclarecedoras do que o próprio relato produzido. Através disso, entendemos a nossa fonte literária como um produto de intelecto que tinha como função construir um manual destinado à sociedade castelhana. Segundo Orlandi,⁸ a análise do discurso implica em perceber o lugar de onde se fala, a pessoa que fala, logo, o que “esse lugar”, esse sujeito, representam na sociedade. Com base nisso, é necessário nos atentar para compreender o “não-dito”, o que precisou ser omitido, mas que revela muito do discurso. É a partir daí que poderemos compreender as contradições da fala. A essência por trás da aparência percebida.

⁶ GONZÁLEZ, Julio. *El reino de Castilla en la época de Alfonso VIII*. Madrid: CSIC, 1960. p. 11-15.

⁷ JIMÉNEZ SÁNCHEZ, op. cit., p. 49-62.

⁸ ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso*. Campinas, SP: Pontes Livros, 2012. p. 46.

Todavia, é preciso fazer uma análise científica do texto literário, buscando-o não como um reflexo das ideologias, mas como um produtor dessas. Porque, na análise do discurso, é preciso nos atentar para o autor, isto é, o sujeito que fala. Este que não está deslocado do mundo, mas sim pertence a um tempo, um lugar, um espaço determinado e representa, portanto, uma determinada classe. Por isso, não está “sozinho” em sua fala. E em seu discurso estão implicados interesses e ideologia de um determinado grupo social. Por isso, concordamos com o fato de que o discurso pode servir de tática para o controle social em que podemos encontrar estratégias para que os sujeitos legitimem como verdadeiro aquilo que o discurso dominante repete.⁹

Nesse sentido, é necessário abordar a importância da relação entre ideologia e discurso, já que a ideologia é antes uma questão de discurso do que de linguagem – mais uma questão de certos efeitos discursivos concretos que de significação como tal.¹⁰ Ainda segundo Orlandi, havia uma dupla determinação da Ideologia: primeiro, a perspectiva que o seu estudo tenta resgatar as condições em que as ideais foram produzidas; segundo, demonstra como as ideologias são discursos que se relacionam com o poder.

Dessa forma, ao atribuir a autoria do *Poema de Mio Cid* ao clérigo poeta Per Abbat, entendemos que por trás de seu discurso existia uma Instituição Eclesiástica que estava de acordo com os ideais da Monarquia. Logo, o poder monárquico se aproveitava dessa outra esfera de poder existente para disseminar, de forma camuflada, seu discurso político. Nesse sentido, acreditamos que a monarquia e a Igreja Medieval tinham interesses em comum ao produzir o *Poema*. Sendo que, através deste, a Igreja atribuiu modelos comportamentais, como por exemplo, o ideal do cavaleiro cristão a ser seguido e inspirado no *El Cid*. E a Monarquia apresentaria suas ideias de negociação, para com a aristocracia castelhana.

Por meio do estudo dos versos que compõem a obra, consideramos que os aspectos envolvendo o monarca Alfonso VI e o protagonista Rodrigo Díaz de Vivar podem contribuir para um melhor entendimento dos tensionamentos travados no contexto social de produção da obra. Através disso, compreenderemos a relação entre monarquia e aristocracia durante o reinado de Alfonso VIII. Assim, buscaremos comprovar como este monarca castelhano buscou moldar a sociedade segundo suas concepções políticas e sociais, através do uso do *Poema*.

⁹ Ibidem. p. 55.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 2004. p. 41-43.

Ao analisar o interesse da aristocracia castelhana, pois, mesmo se o século XIII trouxe uma maior consolidação das monarquias ibéricas e se este processo veio acompanhado de tentativas de construir um sistema administrativo centrado na figura do soberano, não foi o suficiente para alterar as relações de propriedade no Ocidente europeu, percebemos como havia uma organização de poder fora do “Estado”.¹¹

Ao analisarmos nossa principal fonte, percebemos que, durante o período de desterro, *El Cid* desencadeou diversas empreitadas militares, extorquindo *parias* das *taifas* do leste da península e lutando como mercenário a serviço dos muçulmanos, feito que desagradou seu senhor, Alfonso VI. Apesar disso, quando Rodrigo Díaz conquistou a região de Valência, o monarca permitiu que o *Cid* governasse a região, desde que lhe jurando lealdade. Ele participou de um ritual de adubamento, em que beijava a mão de Alfonso VI e lhe jurava fidelidade, o que nos permite analisar a importância das terras nas relações de negociação que enfatizaremos posteriormente.

Assim, o conjunto destas relações sociais da aristocracia, no reinado de Alfonso VIII, não se resumia apenas a um vínculo vertical entre senhores e camponeses. Havia relações contratuais entre os próprios aristocratas. Estes laços geralmente impunham a prestação de um tipo de serviço – o mais comum era o de natureza militar – em troca de sustento material. Segundo Ellen Wood,¹² a multiplicação destes laços ocorreu em um contexto bem específico da dinâmica das forças políticas no Ocidente, marcando bastante aquela sociedade como uma de suas características principais.

A divisão do poder político nas mãos dos senhores de terra permitiu que eles se apropriassem de uma parcela do poder. Neste contexto, a autoridade exclusiva do monarca, que deveria representar o poder central, mantinha-se frequentemente em choque com as lideranças locais, mostrando-nos uma das principais características da instituição régia em Castela, que era sua relação de tensão com os poderes senhoriais. Talvez esse choque fosse resultado do fato de que o monarca estivesse indo além do que era

¹¹ É preciso explicar a inaplicabilidade da noção moderna de “Estado” durante a Idade Média. Todavia, conforme o medievalista Jean Flori, quando nos referimos à noção de uma vida desprovida de um pertencimento a algum “Estado”, devemos considerar que durante o Medievo, aqueles homens entendiam a noção de pátria como algo mais abstrato, algo que se aproximava do “sentimento comum de pertencer a uma mesma comunidade de vida, de costumes, diríamos hoje de cultura”. FLORI, Jean. *A Cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média*. São Paulo: Madras, 2005. p. 57.

¹² WOOD, Ellen M. *Citizens to Lords: a social history of western political thought from antiquity to the middle age*. London: Verso, 2008. p. 32.

tradicionalmente reconhecido como seu espaço “legítimo” de atuação. Assim, quebrava as negociações costumeiras e abria espaço para a contestação de sua autoridade.

O desenvolvimento dessas relações demonstra como duas forças legítimas desenvolveram mecanismos de coexistência entre elas, baseados na negociação. Percebemos isso ao analisar o *Poema*, no sentido de que, mesmo exilado, o *Cid* não estava apartado do convívio com o rei. Inclusive, recebeu missões de relevância. Dessa forma, entendemos como a guerra, além de cumprir sua função econômica, também fazia parte do jogo político medieval ibérico.¹³

Outro ponto que merece destaque é o processo de formação das identidades nos reinos ibéricos e, especificamente, em nossos estudos, o surgimento de fatores que indicam uma embrionária consciência local/regional em Castela, a partir do século XI.¹⁴ Por isso, é necessário desenvolver esta questão frente ao contexto *Reconquista*. Segundo Francisco García Fitz,¹⁵ este é um conceito carregado de valores morais, políticos e religiosos, que foi bastante utilizado durante o período franquista para amparar o discurso da nacionalidade espanhola, isto é, quando se procurava construir uma Espanha unida e católica.

Todavia, para compreender os ideais por trás da construção da identidade castelhana, nos valeremos do *Poema de Mio Cid*, que nos possibilita analisar um documento com elementos próprios, isto é, sem a exaltação de agentes externos à Castela. Podemos citar Francisco Bautista Pérez,¹⁶ que observou ser a partir do século XI que as narrativas épicas ibéricas começaram a destacar “heróis de linhagem local” em oposição aos que circulavam na mentalidade peninsular.

Ainda segundo este autor, estas narrativas inauguraram não apenas um momento em que novos personagens cristãos conquistavam espaço na cultura peninsular, como também significava uma nova identidade para a narrativa épica, pois se baseavam na exaltação de personagens locais. Assim, se afastavam da tradicional influência dos francos na mentalidade ibérica. Para José Rivair Macedo,¹⁷ possivelmente, essas

¹³ MINGUEZ, José Maria. *Las sociedades feudales*. Madrid: Nerea, 1994. p. 20-21.

¹⁴ PAULA, Ronison Penha de. *A literatura épica e os princípios da “identidade” Castelhana*. Dissertação (Mestrado em História Ibérica) – Universidade Federal de Alfenas/MG, 2016. p. 35-42.

¹⁵ GARCÍA FITZ, Francisco. La Reconquista: un estado de la cuestión. *Clio & Crimen. Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango*, n. 6, 2009. p. 45.

¹⁶ BAUTISTA PÉREZ, Francisco. Memoria de Carlomagno: sobre la difusión temprana de la materia carolingia em España (Siglos XI-XIII), *Revista de poética medieval*, n. 25, 2011. p. 15.

¹⁷ MACEDO, José Rivair. Mouros e Cristãos: a ritualização da conquista no Velho e no Novo Mundo. In: ALVES, Francisco das Neves. *Brasil 2000. Quinhentos anos do processo colonizatório: continuidade e rupturas*. Rio Grande: RS Fundação Universidade Rio Grande, 2000. p. 22-24.

modificações atendiam a demandas específicas do confronto entre cristãos e muçulmanos que teriam levado os ibéricos a designarem heróis locais, que os auxiliaria na guerra contra os muçulmanos e reconquistar os territórios perdidos.

Em se tratando especificamente do *Poema de Mio Cid*, percebemos a criação do herói cristão, contudo apontava indícios de uma sociedade que convivia, ou pelo menos tolerava, o outro. Logo, havia certa “diplomacia” nas relações entre cristãos e muçulmanos. Podemos utilizar, como exemplo, a amizade que o personagem principal do *Poema*, Rodrigo Díaz de Vivar, possuía com o mouro Abengalbón,¹⁸ Através disso, são divulgados elementos que provavelmente demarcam a mudança nas perspectivas narrativas difundidas na Península Ibérica, com a criação de obras que apresentam um viés castelhano e com elementos que demarcam certa identidade com a região.

Por fim, queremos demonstrar que este sentimento local/regional nos remete a ideia de um processo da identidade, mesmo que em um estágio embrionário. Essas narrativas épicas castelhanas, ao apresentarem figuras de heróis locais, criavam uma distinção marcante e fortalecedora do reino, cujo principal objetivo seria anunciar a figura do cavaleiro cristão idealizado. Este fator é importante em nossa pesquisa, pois demonstra que havia diversas perspectivas locais e que o monarca, ao se deparar com isso, precisava de mecanismos para negociar com esses poderes locais. Logo, a disseminação de virtudes idealizadas na construção da identidade de um vassalo perfeito castelhano. Este, que deveria servir ao seu monarca e possuir o sentimento de pertencimento à Castela, pois, isso seria primordial no processo de *Reconquista*.

2.3. QUALIDADES IDEALIZADAS PARA ARISTOCRACIA ATRAVÉS DO *POEMA DE MIO CID*

Procuramos demonstrar as qualidades idealizadas para a aristocracia, através de uma análise da figura de Rodrigo Díaz, no *Poema de Mio Cid*. Estas, que defendemos compor a “figura exemplar” da corte de Alfonso VIII: Moderação, lealdade, gentileza, piedade religiosa, e força bélica foram a marca da “propaganda” de Alfonso VIII.

Enfatizamos como os confrontos políticos ocorridos na Península Ibérica eram intimamente dependentes das práticas sociais correntes entre a aristocracia e monarquia. E podemos observar claramente este contexto ao analisar o reinado de Alfonso VIII, frente ao *Poema de Mio Cid*. Já que no interior do aparato estatal castelhano esse conflito

¹⁸ PIÑERO VALVERDE, María de la Concepción, o Mouro Amigo do Cid. *Caligrama* - Belo Horizonte, v. 3 – novembro/1998. p. 15-23.

apresentou-se sob forma do descontentamento por parte da aristocracia para com o rei. Assim, o *Cid* seria exemplo desta situação, tratado como uma ameaça à preservação da ordem acabou sendo exilado.¹⁹

Desse modo, percebemos como foi idealizado um papel que Rodrigo Díaz encarnou fielmente no *Poema de Mio Cid*, servindo como um paradigma para a aristocracia, que ouviam narrativas de seus valorosos feitos militares, de sua incansável resistência à adversidade, da sua fidelidade ao seu monarca e da sua preocupação com o bem-estar familiar. E podemos ver estas combinações de “virtudes” nos personagens descritos no *Poema de Mio Cid*, isto é, o tipo de “figura modelo” que era proposto para a corte deste monarca castelhano.

2.2.1. “Virtudes” impostas: análise das características propagandistas:

a) Equilíbrio:

O *Poema do mio Cid* é apresentado como um documento diferenciado se comparado a qualquer outro produzido no reinado de Alfonso VIII, isto se tratando tanto das canções orais castelhanas, quanto das canções de gesta. Neste sentido, Colin Smith apontou como o *Poema*²⁰ está longe dos estereótipos épicos. Estes, citados pelo autor, tratariam de qualidades que o “herói” possuiria e certos esquemas narrativos que geralmente constituíam o que foi chamado de “canção de vassalo rebelde”. Segundo Antonio S. Jiménez²¹, neste tipo de Cantar os vassalos eram caracterizados como imprevisíveis, arrogantes e violentos, em que tinham por objetivo confrontar seus senhores feudais. Jiménez cita como exemplo, *Mocedades de Rodrigo*, datado de início do século XIV; e o *Poema de Fernán González*, escrito na segunda metade do século XIII.

Apesar de grande parte das canções de gesta retratarem o *Cid* como um “vassalo rebelde”,²² esta não é a imagem transmitida no *Poema* que analisamos. Por isso, atualmente não se reconhece o personagem assim, porque estamos familiarizados com a caracterização oferecida pelo *Poema de Mio Cid* em que ele possui qualidades muito

¹⁹ Expulso injustamente, o *Cid* procuraria formas de agradar e reconquistar a confiança de seu Senhor. Logo, como um bom-cristão e vassalo, representou a figura idealizada, tanto pela Igreja Medieval, quanto pela Monarquia.

²⁰ SMITH, Colin. *The Making of the Poema de mio Cid*. Cambridge: Cambridge UP, 1983. p. 21.

²¹ JIMÉNEZ SÁNCHEZ, op. cit., p.311.

²² Podemos citar como exemplo: *la Jura de Santa Gadea* e a *Historia Roderici*, que retratam a imagem mais comum do *Cid* conhecida durante a Idade Média, isto é, o vassalo rebelde, violento e agressivo para com seu rei. Cf. JIMÉNEZ SÁNCHEZ, op. cit., p. 326.

diferentes. Desse modo, a primeira aparição de Rodrigo Díaz no *Poema* é bastante relevante para esta análise, pois a reação deste “herói” é contrária ao do “vassalo rebelde”. Ao invés de agir com raiva e confrontar seu senhor, este *Cid* aceita a situação e age com moderação:

Sospiro mio Çid, / ca mucho avie grandes cuidados. / Ffablo mio Çid / bien e tan mesurado: / ‘¡Grado a ti, señor, / padre que estas em alto! / ¡Esto me na buelto / mios enemigos malos!’ (PMC, 1:6-9).

Dessa forma, entendemos que o equilíbrio é a qualidade mais característica nessa nova representação do *Cid*, a qual é percebida em numerosas ocasiões ao longo do *Poema*. No entanto, a reação ao exílio e aos maus presságios que o acompanharão não é o ponto culminante da moderação do *Cid*. O clímax desta ocorre no Terceiro Cantar, quando ele recebeu a notícia de que os Infantes de Carrion atacaram brutalmente suas duas filhas e depois as abandonaram. Foi um momento de grande suspense, cuidadosamente preparado pelo autor. Anteriormente, o poeta apresentou o *Cid* como “um homem que ama suas filhas com ternura”. Isso pode ser percebido, por exemplo, no Primeiro Cantar, em que ele se despede de *Dona Jimena* e de *Doña Sol e Elvira*:

El Çid a doña Ximena / iva la abraçar, / doña Ximena al Çid / la manol va besar, / lorando de los oios / que non sabe que se far. / Y el a las niñas / torno las a catar: / ‘A Dios vos acomiendo, fijas / e a la mugier e al Padre spiritual; / agora nos partimos, / Dios sabe el ajuntar.’ / Lorando de los ojos / que non viestes atal, / asis parten unos d’otros’ / como la uña de la carne (PMC, 18:368-375).

Voltando a análise do episódio, conhecido como “Afronta de Corpes”, o poeta repetiu três vezes, com pouquíssimos versos intercalares, que os Infantes deixaram as filhas do *Cid* quase mortas:

Hya non pueden fablar / don Elvira e doña Sol, / por muertas las dexaron / en el Robredo de Corpes (PMC, 128:2747-2748) / ... Por muertas la[s] dexaron / sabed, que non por bivas (PMC, 129: 2752) / ... en el Robredo de Corpes / por mertas las dexaron / que el una al outra / nol torna recabdo (PMC, 130:2755-2756).

Por vezes, o autor do *Poema* afirmava que se “o *Cid* aparecesse no momento em que suas filhas foram ultrajadas, daria o devido castigo aos Infantes”. Logo espera-se que o *Cid* queira uma “vingança sangrenta”, assim como exposto no contemporâneo *Cantar de los Siete Infantes de Lara*.²³ Contudo, a reação dele surpreendeu e por mais uma vez é demonstrado o equilíbrio emocional:

Van aquestos mandados/ a Valençia la mayor; / quando gelo dizem / a mio Çid el Campeador / uma grand ora / pensso e comidio; / alço la su mano, / a la barba se tomo: / ‘¡Grado a Christus / que del mundo es

señor / quando tal ondra me na dada / los ifantes de Carrio! /¡Par
aquesta barba /que nadi non messo /non la lograrian /los ifantes de
Carrion, /que a mis fijas /bien las casare yo!’ (PMC, 131:2826-2834).

Como já dito, a atitude do *Cid* se destacou fundamentalmente por seu cometimento. O “herói castelhano” não reagiu imediatamente às más notícias. Primeiro, pensou em silêncio e sozinho por muito tempo. Depois, ele usou uma expressão semelhante a utilizada na situação do exílio, quando agradeceu a Deus por seu infortúnio “¡Grado a Christus/ que del mundo es señor/ quando tal ondra me an dada/ los ifantes de Carrión!” (PMC, 131:2830-31). Portanto, podemos concluir que a reação do *Cid* às terríveis notícias dos maus-tratos sofridos por suas filhas foi recebida como igualmente moderada na obra. Em suma, devemos concordar com Francisco Rico,²⁴ que sustentou a caracterização de contenção deste novo *Cid* retratado no *Poema* de Per Abbat, em oposição consciente às canções do “vassalo rebelde” espanhol. A imagem do *Cid* equilibrado, moderado e cometido acabou sendo, portanto, a principal qualidade proposta pelo *Poema de mio Cid*.

Sendo importante mencionar que a moderação produzia um resultado prático para o líder. Por exemplo, em uma ocasião, depois de tomar a cidadela de Alcocer, o *Cid* possui equilíbrio e clemência com os mouros derrotados:

Fablo mio Çid Ruy Diaz / el que en buen ora fue nado: / ‘¡Grado a Dios del çielo / e a todos los sos santos: / ya mejoraremos posadas / a dueños e a cavallos! / ¡Oid a mi, Albar Fañez / e todos los cavalleros! / Eneste castiello / grand aver avemos preso; / los moros yazen muertos, / de bivos pocos veo. / Los moros e las moras / vender non los podremos, / que los decabeçemos / nada non ganaremos; / cojamos los de dentro, / ca el señorío tenemos, / posaremos en sus casas / e dellos nos serviremos.’ (PMC, 30: 614-622).

Essa decisão do *Cid* é bem-sucedida e prática. Em primeiro lugar, ele conseguiu um bom alojamento para ele e seus homens “en todos los sos/ non fallariedes un mesquino. / Qui a buen señor sirve/ siempre bive en deliçio” (PMC, 45: 848-50), algo muito importante para um grupo que estava em campanha contínua. Em segundo lugar, o *Cid* ganhou com seu comportamento a apreciação dos mouros:

Quando mio Çid /el castiello quiso quitar / moros e moras / tomaron se a queixar: / ‘¿Vaste, mio Çid? / ¡Nuestras oraçiones vayante delante! / Nos pagamos finca[m]os / señor, de la tu part.’ / Quando quito a Alcoçer / mio Çid el de Bibar / moros e moras /compeçaron de lorar. (PMC, 46:851-56).

²³ PORTERA, Juan. La venganza en los Infantes de Lara y en el Cid. *La juglaresca: Actas del I Congreso Internacional sobre la Juglaresca*. Ed Manuel Criado de Val. Madrid: EDI-6, 1986. 247-252.

²⁴ RICO, Francisco. La clerecía del mester. *Hispanic Review*, Philadelphia, PA. v. 54, n. 3, 1985. p. 127-50.

Em segundo lugar, o *Cid* ganhou com seu comportamento a apreciação dos mouros:

Quando mio Çid /el castiello quiso quitar / moros e moras / tomaron se a queixar: / ‘¿Vaste, mio Çid? / ¡Nuestras oraçiones vayante delante! / Nos pagamos finca[m]os / señor, de la tu part.’ / Quando quito a Alcoçer / mio Çid el de Bibar / moros e moras /compeçaron de lorar. (*PMC*, 46:851-56).

Sem dúvida, essa amizade com os mouros, por incrível que pareça, foi vista como muito útil dentro do contexto da obra. Sendo importante ressaltar que Rodrigo Díaz tinha um mouro que era seu “mio amigo es de paz” (*PMC*, 83:1464), Abengalvón, guardião de Medina. O que nos mostra que o *Cid* não hesitava em usar essas alianças, já que viver na fronteira era difícil. Contudo, a interação do *Cid* com os mouros não era tão simples, principalmente, devido à religião de Rodrigo Díaz.

Voltando ao equilíbrio como principal qualidade exposta no *Poema*, este foi utilizado quando o *Cid* escolheu o tipo de vingança que iria desencadear contra o Infante, isto é, a recuperação de sua honra (*PMC*, 137:3104-3201), seu dote (*PMC*, 137:3202-3249), e na derrota e desonra dos Infantes de Carrion (*PMC*, 138:3253-3697). Portanto, podemos perceber que Rodrigo gozava de uma restrição política e por isso precisava se reunir com o monarca e negociar.

Nesse sentido, o autor do *Poema de mio Cid* destacou mais a moderação quando aplicada como um elogio não só ao “herói principal”, mas também a outros personagens da obra. É o que acontece quando ele descreveu os habitantes de San Esteban de Gormaz, que trataram tão bem as filhas do *Cid*. No entanto, quando algum personagem apresentava o oposto desta qualidade, há nitidamente desaprovação. Podemos usar como exemplo o personagem Asus González, membro de destaque do clã inimigo dos Vani-Gómez:

Asus González / entrava por el palácio / manto arminho/ e un brial rastrando;/ vermejo viene,/ ca era almorzado;/ en lo que fablo/ avie poco recabdo. (*PMC*, 147: 3373-3376).

Como podemos demonstrar, a desaprovação ocorre tanto de maneira explícita quanto implícita nesse trecho. A discordância é explícita no último verso da citação, que qualifica como imprudente as palavras do nobre de Leão. Além disso, uma série de indicações importantes ajudam a identificar a desproporção que as palavras de Asur González implicam: a aparência física desalinhada (“e un brial rastrando”) e seu hábito de comer antes de ir a corte. De fato, um dos homens do *Cid*, Muño Gustioz, o repreendeu por este ato. Para isso, Muño Gustioz utilizou argumentos educados e religiosos. Assim, Asur González é apresentado como um personagem desagradável: os arrotos incomodavam aqueles que estavam perto dele. Como indicado acima, esta “descortesia”

demonstrada pelo autor, tratado como “desmoderado” é justamente o oposto da maneira de falar sobre o *Cid*.

Com base no que foi dito, podemos concluir que o equilíbrio proposto no *Poema de Mio Cid* era uma qualidade de característica cortesã, que proporia o autocontrole representado por Rodrigo Díaz, contrapondo o descontrole de Asus Gonzalez e dos Infantes de Carrión. Contudo, o autor do documento, deixa entrelinhas que esta não era uma característica dos monarcas. Essa qualidade aparece insistentemente na obra, em clara e consciente oposição ao que aconteceu nas canções de “vassalos rebeldes”. Isso indica que o autor do *Poema*, de certo modo, alterou suas fontes para construir uma obra cortesã, que se encaixaria no contexto da corte castelhana de Alfonso VIII, o que utilizamos para defender a hipótese de que este monarca castelhano utilizou-se desta obra e possa ter influenciado na sua construção, já que um fator interessante é que ela foi escrita em língua “vulgar”, isto é, para que atingisse um número maior de “ouvintes”.

b) Lealdade

Ao analisar o *Poema de mio Cid*, percebemos que ele propõe outro tipo de comportamento que deveria ter sido muito útil para o reinado de Alfonso VIII: a ênfase na lealdade do ‘herói’. O que explicaria a mudança na construção do *Poema*, visto que, segundo Jiménez, os “vassalos rebeldes” eram caracterizados por confrontarem agressivamente seus respectivos reis²⁵.

Diante desta tradição, o novo *Cid*, apresentado pelo clérigo poeta da corte de Alfonso VIII, é indubitavelmente leal ao seu rei. Basta fazer uma breve análise da relação entre Rodrigo Díaz e Alfonso VI no *Poema* para observarmos esta relação. Em primeiro lugar, vemos que o *Cid* nunca culpou Alfonso VI pelo seu exílio injusto, e que ele não ficou zangado com o monarca, pelo contrário, aceitou a situação com humildade. Além disso, o autor do *Poema* não parece representar Afonso VI negativamente, em contraste com o que aconteceu no caso do autor da *Historia Roderici*, que acusou o rei de Leones de ser injusto e excessivo, e até mesmo de invejoso.²⁶

É indubitável que essa visão negativa descrita na *Historia Roderici* não poderia ser apreciada por Alfonso VIII, que patrocinou o *Poema de mio Cid*. Pois, este monarca identificava-se com Afonso VI e a aristocracia com o *Cid*. Por esta razão, o poeta castelhano teve o cuidado de alterar certas motivações, que provavelmente transmitiram

²⁵ JIMÉNEZ SÁNCHEZ, op. cit., p.50.

²⁶ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *La España del Cid*. vol 2. Madrid: Espasa- Calpe, 1947. p. 923.

uma visão negativa, e tentou apresentar o rei Alfonso VI sob uma visão positiva no *Poema de Mio Cid*. A atitude respeitosa mostrada ao rei tanto pelo autor da obra quanto pelo caráter do próprio *Cid*, é um exemplo claro da fidelidade à monarquia proposta por Per Abbat. Fato que beneficiaria a imagem de Alfonso VIII, pois mesmo quando um rei agia de forma negativa não poderia ser visto de forma ruim, no Poema utilizamos o caso do *Desterro do Cid*, quando Alfonso VI não foi culpado por ter desterrado e expulsado injustamente Rodrigo Díaz, mas foi influenciado negativamente por uma aristocracia que não possuía estas características que Alfonso VIII tentou disseminar.

Por isso, mesmo no exílio, o *Cid* é extremamente fiel a Alfonso VI, e ainda se considerava seu vassalo, como explica Albar Fáñez ao rei Alfonso VI. No *Poema* é posto “razonas por vuestro vassallo e a vos tiene por señor” (*PMC*, 68:1139). Depois, Rodrigo Díaz enviou para seu rei ótimos presentes em três ocasiões (*PMC*, 40:810-98; 77:1270-384; 96:1804-914), apesar do seu *status* de exilado, e não ter mais nenhuma obrigação com o monarca.

Outra situação que podemos ver a lealdade do *Cid*, foi quando ele conseguiu alcançar seu objetivo de provar sua inocência e obter o perdão de Alfonso VI. Ao se encontrar com este, o “herói” age de forma leal e respeitosa:

como lo comidia/ el que en buen ora naçio;/ los inojos e las manos/
en tierra los finco,/ las yerbas del campo/ a dientes las tomo/ lorando de
los ojos,/ tanto avie el gozo mayor, / asi sabe dar omildança/ a Alfonso
so señor./ De aquesta guisa/ a los pies le cayo. (*PMC*, 104:2020-25).

Assim, percebemos que o comportamento do *Cid* no *Poema* se destacou pela lealdade e respeito pelo poder real, ao contrário do que acontecia nas canções de “vassalo rebelde”.

Como no caso do equilíbrio, o autor do *Poema de mio Cid* defendeu a virtude da lealdade ao rei através de exemplos positivos: o do *Cid* e seus homens, e vários exemplos negativos: atribuídos aos de Vani-Goméz. De fato, os vassalos do *Cid* também se caracterizaram por serem fiéis ao seu senhor, Rodrigo. Podemos perceber esta atitude em uma ocasião de grande perigo, quando, estando em Valência, o leão do *Cid* escapa, então:

En grant miedo se vieron / por medio de la cort;/ enbraçan los mantos/
los del Campeador/ e çercan el escaño/ e fincan sobre so señor. (*PMC*,
112:2283-85).

Os vassalos do *Cid* rodearam imediatamente seu senhor, dispostos a defendê-lo, deixando evidente sua fidelidade. Acreditamos se tratar de um episódio modelo, isto

é, em que se evidenciou a atitude que um “vassalo perfeito” deveria possuir perante seu senhor. Nesse sentido, se esta cena do leão caracterizava os vassalos do *Cid*, também fazia o mesmo com os Infantes de Carrión. Pois estes, como parte do clã dos Vani-Gómez, são os representantes do negativo no *Poema*.

Portanto, quando o leão escapou, Diego e Fernando fugiram aterrorizados, o que não só constitui covardia, mas também uma traição: os vassalos são obrigados a defender seu senhor e vice-versa. Não o fazer, estando ciente disso, significa traição. Assim, observamos que a reação do autor do *Poema* ao comportamento dos Infantes é negativa:

Ferran Gonçalez non vio alli dos alçasse, / nin camara abierta nin torre,
metios so'l escaño/ tanto ovo el pavor” (*PMC*, 112:2285-88).

A reação de Fernando é humilhante, pois um nobre guerreiro como ele não deveria fugir diante do perigo e, principalmente, perante os vassalos de seu sogro. Além disso, seu esconderijo era particularmente degradante: embaixo do escaño do cavaleiro que deveria protegê-lo. Porém, a reação do seu irmão foi pior que a dele – Diego fugiu:

Diego Gonçalez/ por la puerta salio/ Dizendo de la boca:/ ‘¡Non vere
Carrion!’ (*PMC*, 112:2288-89).

Aterrorizado, Diego escolheu um lugar sujo e indigno a um cavaleiro:

Tras uma viga lagar/ metios com grant pavor, / El manto y el brial/ todo
suzio lo saco. (*PMC*, 112:2290-91).

Como podemos observar, o autor do *Poema* incidiu a respeito do modo que o medo afetou Diego e as consequências indignas de sua ação. Assim, a sujeira de seu traje serviu ao autor para expressar a falta de dignidade moral da traição de Diego. A vestimenta luxuosa do símbolo leonês de seu status social é profanada por sua covardia, que contradiz a dignidade e a função principal de seu estamento. Este episódio não os serve como lição, e, pelo contrário, os Infantes buscarão vingança por esta vergonha. Em um primeiro momento, conspiram para trair o “amigo da paz” de *El Cid*: o Mouro Abengalvón:

Ellos veyen la riqueza/ que el moro saco, / entramos Hermanos/
consejaron traçion (*PMC*, 126:2659-60).

No entanto, seu plano foi interrompido por um “moro latinado” (*PMC*, 126:2667), que contou imediatamente ao seu senhor (*PMC*, 126:2668-70). O poeta não escondeu seu desprezo pelo plano dos Infantes, que abertamente qualifica como “falsidade” (*PMC*, 126:2666). Além disso, o autor do *Poema* narrou como Abengalvón

ameaçou punir os Infantes (*PMC*, 127:2671-85). Assim, o autor demonstra novamente sua intolerância incondicional à traição.

Essa conclusão é a que também pode ser extraída de um episódio que já comentamos: “A afronta do Corpes”. Como indicado anteriormente, o poeta comenta diretamente sobre essa outra traição dos Infantes com menções repetidas e um caráter emocional (*PMC*, 128:2741-42, 2753). Mais uma vez, a punição dos traidores é narrada em detalhes. Os Infantes, depois de terem ultrajado as filhas do *Cid*, viveriam aterrorizados, desde o momento em que chegaram à sua terra de Carrion, até os versos finais do *Poema*.

Hya les va pesando/ a los ifantes de Carrion/ por que em Tolledo/ el rey
fazie cort;/ miedo han que i verna/ mio Çid el Campeador (*PMC*,
135:2985-87).

Nol pueden catar de verguença/ ifantes de Carrion (*PMC*, 137:3126).

mucho eran repentidos los ifantes/ por quanto dadas son (*PMC*,
150:3557).

Hya se van repintiendo/ ifantes de Carrion,/ de lo que avien fecho/
mucho repisos son;/ no lo querrien aver fecho /por quanto ha em
Carrion (*PMC*, 150:3570).

Sendo que o autor deixa claro que Diego e Fernando receberam um castigo sangrento e exemplar, pois ao violentar as filhas do *Cid* estariam cometendo traição direta para com Alfonso VI, que foi o responsável pelo matrimônio.

Fernando foi ferido mortalmente pelo impetuoso Pero Vermúez, sobrinho do *Cid*:

Ferran Gonçalez a Pero Vermuez/ el escudol passo,/ prisol en vazio,/ en
carne nol tomo,/ bien em dos logares/ el astil le quebro./ Firme estido
Pero Vermuez, / por esso nos encamo;/ un golpe reçibiera/ mas outro
firio,/ quebranto la b[l]oca del escudo,/ apart gela echo,/ passo gelo
todo/ que nada nol valio,/ metiol la lança por los pechos/ que nada nol
valio;/ tres dobles de loriga tiene Fernando,/ aquestol presto,/ las dos le
desmanchan/ e la terçera finco;/ el belmez con la camisa/ e con la
guarnizon/ de dentro en la carne/ una mano gelo metio, /por la boca
afuera/ la sangrel salio, /quebraron le las çinchas, / ninguna nol ovo pro,/
Assi lo tenien las yentes/ que mal ferido es de muert./ El dexo la lança/
e al espada mano metio;/ quando lo vio Ferran Gonçalez/ conuvo a
Tizon,/ antes que el golpe esperasse/ dixo ‘¡Vençudo so!’/ Atorgaron
gelo los fieles,/ Pero Vermuez le dexo (*PMC*, 150:3626-45).

E, sem dúvida, o castigo de Diego acabou sendo mais humilhante. Este que consistiu com a imagem passada anteriormente, quando foi se esconder em um lugar atípico para um nobre guerreiro, no episódio de leão:

Martin Antolinez e Diego Gonçalez/ firieron se de las lanças,/ tales fueron los golpes/ que les quebraron amas./ Martin Antolinez/ mano metio al espada,/ relumbra tod el campo/ tanto es linpia e clara;/ diol un golpe,/ de traviessol tomava,/ el casco de somo / apart gelo echava,/ las moncluras del yelmo/ todas gelas cortava,/ alla levo el almofar/ todo gelo levava,/ raxol los pelos de la cabeça,/ bien a la carne legava;/ lo uno cayo en el campo/ e lo al suso fincava./ Quando este golpe a ferido/ Colada la preçiada/ vio Diego Gonçalez/ que no escaparie com el alma;/ bolvio la rienda al cavallo/ por tornasse de cara./ Essora Martin Antolinez/ reçioliol com el espada,/ un colpel dio de lano, / con lo agudo nol tomava;/ Dia Gonçalez espada tiene en mano mas no la ensayava;/ esora el ifante/ tan grandes voces dava;/ ‘¡Valme, Dios glorioso, señor, / e curiam deste espada!’/ El cavallo asorrienda/ e mesurandol del espada/ sacol del mojon;/ Marton Antolinez en el campo fincava./ Essora dixo el rey:/ ‘Venid vos a mi compañã;/ por quanto avedes fecho/ vençida avedes esta batalla.’/ Otorgan gelo los fieles/ que dize verdadera palabra. (PMC, 151:3646-70).

Portanto, o comportamento dos *Infantes de Carrion* serviriam como um contraexemplo no *Poema*. O autor reprova cada uma de suas traições, e também se preocupou em puni-las, seja de maneira humilhante ou sangrenta. Nesse sentido, os *Infantes de Carrion* seriam uma espécie de anti-heróis, ou seja, os verdadeiros “vassalos rebeldes” do *Poema*, com a exceção de que seus planos foram descritos como fracassos e intoleráveis, e não positivamente, como nas verdadeiras canções de “vassalo rebelde”²⁷. Logo, percebemos uma alteração considerável do modelo das canções de vassalo rebelde: o *Poema de mio Cid* propõe a lealdade ao monarca, e não a rebelião e a traição.

Em suma, o documento representou um “herói leal” ao seu senhor, e um monarca muito poderoso. Essa imagem contrastava nitidamente com a oferecida pelas canções de gesta mais conhecidas na Castela de Alfonso VIII e seus predecessores: as canções de “vassalo rebelde” francesas e castelhanas. Alfonso VIII e seus conselheiros provavelmente viram nessas canções um obstáculo à política de reforço da monarquia castelhana a qual se esforçavam tanto ao nível da política interna como da política externa. Portanto, frente a estes, o *Poema de mio Cid* foi uma tentativa da corte de Alfonso VIII de criar uma canção que funcionasse como uma ferramenta ativa para mudar a realidade social em favor da monarquia. O poeta castelhano apresentou um texto que incentivava uma série de qualidades. Assim, ao patrocinar a escrita do *Poema de mio Cid*, este diferente da literatura que predominava, Alfonso VIII e seus conselheiros procuravam impor esse modelo monárquico à realidade de seu tempo.

²⁷ JIMÉNEZ SÁNCHEZ, op. cit., p.311-315.

c) Cortesia

Seguindo essa linha de raciocínio devemos observar o restante das “virtudes idealizadas” que aparecem descritas no *Poema*. A representação do *Cid* como um herói cômico foi uma grande novidade em relação às canções de “vassalo rebelde”. Como vimos, essas virtudes formam um todo multiforme que Alfonso VIII usou numa tentativa de consolidar seu poder, isto é, uma espécie de características propagandísticas. Nesse sentido, o *Poema de mio Cid* serviria também para moldar atitudes da aristocracia.

Portanto, o aparecimento das virtudes cortesias no *Poema* castelhano deve ser entendido como mais um passo neste projeto de alterar a realidade social e política da Castela daquela época em favor do poder monárquico, e além de distribuir modos a ser seguidos, apresentavam discursos de negociação que poderiam ser utilizados com o monarca.

Nesse contexto, a gentileza/cortesia fazia parte das virtudes desejadas de Alfonso VIII. Logo, o *Cid*, um herói modelo, saberia como ser gentil e alegre, como a cortesia do tempo determinava. Então, o narrador enfatizou o fato de que quando ele recebia boas notícias ou as coisas iam bem, Rodrigo demonstrava ser um personagem gentil e alegre:

Alegros mio Çid,/ fermoso sorrriendo. (*PMC*, 119:2442).

(...) alegre va mio Çid/ com todas sus compañías (*PMC*, 125:2614).

Mio Çid a sus fijas/ iva las abraçar,/ besando las a amas/ tornos de sorrisar (*PMC*, 132:2888-89).

Sendo que o *Cid* também sabia empregar a gentileza para recompensar seus vassallos mais valiosos, como Minaya Albar Fañez, que tratava sempre com muita cortesia:

Los braços abiertos,/reçibe a Minaya:/ ‘¿Venides, Albar Fañez,/ uma fardida lança?/ ¡Do yo vos enbias/ bien abria tal esperança!’ (*PMC*, 23:489-90).

De modo semelhante, Alfonso VI tratou seus bons vassallos. Por exemplo, este monarca tratava Rodrigo de forma gentil uma vez que se esclareceram as diferenças entre ambos. Dessa forma, quando o *Cid* pretendia se humilhar para o rei, Alfonso VI o impede muito gentilmente:

Quando lo [vio] el rey/ por nada non tardo:/ ‘¡Par Sant Esidro/ verdade non sera oy!/ Cavalgad, Çid; si non,/ non avria dend sabor;/ saludar nos hemos/ d’alma e de coração./ De lo que a vos pesa/ a mi duele el

coraçõ;/ ¡Dios lo mande que por vos/ se ondre oy la corti’ (PMC, 135:3027-32).

O autor dedica um espaço considerável para descrever este tipo de detalhes a respeito da gentileza/cortesia que têm seus personagens modelo. Portanto, devemos entender que o autor do *Poema* considera que esta também seria uma qualidade importante. Além disso, é necessário acrescentar que os antimodelos que compõem o *Poema*, os de Vani-Gómez, não eram gentis e afáveis. Por exemplo, frente ao comportamento cortes de Alfonso VI, o conde Garci Ordóñez se mostrou pouco afável com Albar Fáñez, quando este chegou a Castela como embaixador do *Cid*:

Mager plogo al rey/ mucho peso a Garci Ordoñez:/ ‘¡Semeja que en tierra de morros/ non a bivo omne/ Quando assi faze a su guisa/ el Çic Campeador!’ (PMC, 82:1345-47).

O poeta demonstrou sua desaprovação ao comportamento, descrevendo como Alfonso VI repreendeu o leonês, humilhando-o diante de toda a corte:

Dixo el rey al conde:/ ‘Dexad essa razón,/ que en todas guisas/ mijor me sirve que vos’ (PMC, 82:1348-49).

Desse modo, Per Abbat apresentou mais uma característica da corte de Alfonso VIII em que utilizou o *Cid*, seus homens e Alfonso VI, como possuidores das qualidades positivas; e por um contra-exemplo, interpretado pelos de Vani-Gómez. Assim, a gentileza/cortesia, portanto, mereceu destaque entre as virtudes idealizadas propostas pelo documento.

d) Generosidade Religiosa

Podemos observar que o *Poema de mio Cid* também propõe um “herói” bastante piedoso, em diversas ocasiões na obra:

lego a Santa Maria,/ luego descavalga,/ finco los inojos,/ de coraçõ
rogava (PMC, 4:52-53).

Rodrigo Díaz mostrava sua generosidade, principalmente, com a Igreja Ibérica. No que parecia ser uma extensão da relação que mantinha com seus homens e seu senhor: Alfonso VI. O *Cid* parecia levar presentes à Igreja para “pagar” por serviços recebidos por ela, ou seja, prestados pelos representantes dela na terra. Por exemplo, sabemos que ele prometeu uma compensação ao abade don Sancho, caso este cuidasse bem de sua esposa e filhas:

Non quiero fazer en el monesterio/ un dinero de daño (PMC, 15:252).

Al abbat don Sancho/ tornan de castigar/ commo sirva a doña Ximena/
e a la[s] fijas que ha,/ e a todas sus dueñas/ que con ellas estan; /bien
sepa el abbat/ que buen galardón dello prenda. (PMC, 18:383-86).

Depois que o abade cumpriu com sua palavra, Rodrigo recompensou-o generosamente, enviando mil marcos de prata (PMC, 77: 1285). Além disso, o *Cid* pareceu usar o mesmo método com entidades divinas. Com efeito, o “herói” pediu ajuda divina antes de sair para o exílio, na igreja de Santa Maria, em Burgos.

Ya lo vee el Çid/ que del rey non avie graçia./ Partios de la puerta,/ por
Burgos aguijava,/ lego a Santa Maria,/ luego descavalga,/ finco los
inojos,/ de coraçon rogava./ La oraçion fecha/ luego cavalgava;/ salio
por la puerta/ e (en) Arlançon p[a]sava. (PMC, 4:50-55).

Sendo que o *Cid* também voltou a solicitar esta proteção divina quando saiu da cidade de Burgos:

Mio Çid e sus conpañas/ cavalgan tan aina./ La cara del cavalo/ torna a
Santa Maria./ alço su mano diestra,/ la cara se santigua:/ ‘¡A ti lo
gradesco, Dios,/ que çielo e tierra guias!/ ¡Valan me tus virtudes/
gloriosa Santa Maria!/ D’aquí quito Castiella/ pues que el rey he en ira;/
non se si entrare i mas/ en todos los mios días./ ¡Vuestra virtud me vala/
Gloriosa, en mi exida,/ E me ayude e(l) me acorra/ de noch e de dia!/ Si
vos assi lo fizieredes/ e la ventura me fuere complida/ mando al vuestro
altar/ buenas donas e ricas;/ esto e yo en debdo/ que faga i cantar mill
missas’ (PMC, 12:214-25).

Importante ressaltar que Doña Jimeña, também implorou a Deus por seu esposo, em uma longa oração (PMC, 18:330-365). O que seria um recurso bastante utilizado nas *canções de gesta*, segundo Antonio Jiménez.²⁸

Novamente o *Cid* recebeu a ajuda divina que tanto pediu, quanto Jimeña solicitou seu retorno à Castela (PMC, 12:219-20; 18:364-65). Além disso, o poeta deixou evidente que Deus estava do lado do *Cid*, ao narrar como o arcanjo Gabriel apareceu nos sonhos do “herói” castelhano:

I se echava mio Çid/ despues que fue çenado./ Un sueño l priso dulce,/
tan bien se adurmio./ El angel Gabriel/ a el vino em [vision]:/
‘Cavalgad, Çid,/ el buen Campeador,/ ca nunca en tan bueno punto/
cavalgo varon;/ mientras que visquieredes/ bien se fara lo to.’ Quando
desperto el Çid/ la cara se santigo;/ sinava la cara,/ a Dios se acomendo./
Mucho era pagado/ del sueño que a soñado (PMC, 19:404-12).

²⁸ JIMÉNEZ SÁNCHEZ, op. cit., p.62-64.

Agradecido pela ajuda recebida, o *Cid* mandou dinheiro para a Igreja de Burgos, em que havia rezado:

‘Evades aqui/ oro e plata,/ una uesa leña,/ que nada nol minguava:/ en Santa María de Burgos/ quitedes mill missas (PMC, 41:820-22).

Novamente percebemos a presença da generosidade, mas desta vez atrelada a piedade religiosa. Com efeito, o *Cid* extraiu grandes benefícios desta última virtude. Em primeiro lugar, como vimos, ele recebeu ajuda divina. Em segundo lugar, o herói também usou a religião como um estímulo ideológico para suas tropas. É o caso da ordenação de Don Jerônimo, bispo de Valência, que estimulou os homens do *Cid*:

A los mediados gallos/ antes de la mañana/ el obispo don Jheronimo/ la missa les cantava:/ la missa dicha/ grant sultura les dava:/ ‘El que aqui muriere/ lidiando de cara/ prendol yo los pecados/ e Dios le abra el alma. (PMC, 94:1701-05).

Neste sentido, parece que a religião foi utilizada de uma maneira conscientemente prática. Esta seria uma visão utilitarista da religião que se repetiu em outras passagens da obra. Podemos citar o episódio em que o *Cid* chegou as cortes de Toledo. O “herói” encontrou-se com o rei Afonso VI e este o convida para passar pelo região do rio Tejo. No entanto, o *Cid* rejeita a oferta do monarca:

Pora Tolledo/ el rey tornada da./ Essa noch mio Çid/ Tajo non quiso/ passar:/ ‘¡Merçed, ya rey;/ si el Criador vos salve!/ Pemssad, señor/ de entrar a la çibdad,/ e yo com los mios/ posare a San Servan./ Las mis compañías/ esta noche legaran;/ terne vigília/ en aqueste santo lugar./ Cras mañana/ entrare a la çibdad/ e ire a la cort/ enante de yantar’ (PMC, 135:3043-51).

Rodrigo justifica seu comportamento perante o rei, citando seu desejo de rezar a noite toda na capela do castelo. É um propósito legítimo: ele quer orar a Deus para que a difícil jornada que o aguarda no dia seguinte corra bem. De fato, o poeta especifica que o *Cid* passou a noite acordado rezando, como havia dito ao rei:

(...) mio Çid Ruy Diaz/ en San Servan posado./ Mando fazer candelas/ e poner en el altar;/ sabor a de velar/ en essa santidade/ al Criador rogando/ e fablando en poridad (PMC, 36:3054-57).

No entanto, esta não é a única motivação que levou o *Cid* a ficar em San Serván. Ele também tinha interesses por trás do religioso, isto é, sua tropa ainda não havia chegado a Toledo e ele estava sozinho com poucos guerreiros. Isso faria dele vulnerável dentro da cidade de Toledo se os de Vani-Gómez decidissem atacá-lo. Por esta razão, ele permaneceu seguro no castelo de San Serván, enquanto esperava seus homens chegarem.

Desse modo, podemos perceber que a adição da generosidade religiosa na lista das virtudes do personagem modelo e o utilitarismo que implica esta piedade são características propagandísticas da corte de Alfonso VIII, de finais do século XII e início do século XIII. Sabemos que Alfonso VIII havia sofrido uma terrível derrota, pelos Almôadas, em Alarcos, em 1195. Após essa batalha, a documentação da chancelaria castelhana, segundo Julio González²⁹ revelou a existência de determinadas alterações na política de Alfonso VIII. Nos documentos que seguem o desastre de Alarcos, enfatizava-se que o rei de Castela personificaria a qualidade do cristianismo.³⁰ O momento em que esta mudança ocorreu implicou que Alfonso VIII adicionou a generosidade religiosa à lista de virtudes propostas por sua corte com o intuito de reviver a guerra contra os invasores Almôadas.³¹

Além disso, para o caso específico do *Poema de mio Cid*, podemos especificar uma série de coincidências entre a situação descrita no episódio do cerco de Valência e a situação política de Castela após a derrota de Alarcos. Sem dúvida, o episódio do cerco de Valência refletia o espírito religioso que Alfonso VIII buscou promover após sua derrota. Antes de chegar ao cerco de Valência, o *Cid* se portou de maneira gentil com os mouros peninsulares. No entanto, o rei Yúcef representava uma ameaça para os homens de Rodrigo, com um enorme exército de cento e cinquenta mil homens.

Esta situação se assemelhava com a vivida por Castela no final do século XII e início do século XIII, entre as grandes batalhas de Alarcos e Las Navas de Tolosa. Como Rodrigo Díaz, Afonso VIII também tinha aliados mouros peninsulares, como o “rei Lobo” da Múrcia. Além disso, Alfonso VIII havia sido ameaçado por um enorme exército norte-africano, liderado por um rei também chamado Yusuf (Yúcef no *Poema do meu Cid*): o califa Abu Yusuf ibn Yakub³². Sabemos que Alfonso VIII foi derrotado em Alarcos, e que ele pensou que para derrotar os almôadas teria que recorrer à Cruzada, isto é, enfatizar o lado religioso da luta, para estimular a aristocracia guerreira na guerra de *Reconquista*.

Isto é precisamente o que acontece no *Poema mio Cid*. O autor apresentou a luta em termos religiosos, assim os cristãos do *Cid* enfrentaram “las yentes descreídas” do Marrocos (*PMC*, 89:1631). É também nesta época que são mencionados os guerreiros

²⁹ GONZÁLEZ, Julio. Op. cit., p. 12-15.

³⁰ LINEHAN, Peter. *History and the Historians of Medieval Spain*. Oxford: Oxford UP, 1993. p. 292.

³¹ JIMÉNEZ SÁNCHEZ, op. cit., p. 450.

³² MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. *Alfonso VIII, Rey de Castilla y Toledo*. Burgos: La Olmeda, 1995. p. 142-143.

ultramontanos, como aqueles que chegaram à cruzada de *Las Navas*, e incorporam o “espírito de cruzada”. Podemos citar o caso do bispo Don Jerônimo, que foi a Valência porque desejava se ver “com morros em el campo” (*PMC*, 78:1293), e que absolveu os guerreiros *Cid* que morressem na luta contra Yúcef, um recurso típico da cruzada.

Portanto, o *Poema do mio Cid* utilizou o cristianismo no estilo alfonsino, tanto em geral (propondo a generosidade religiosa como uma virtude fundamentalmente útil), e em particular (especificando os benefícios da exacerbação da piedade na guerra santa). Em ambos os aspectos, a obra se mostrou como um perfeito produto ideológico político da corte de Afonso VIII, isto é, foi uma obra desenvolvida a partir da confluência de interesses e baseada na necessidade do monarca castelhano.

e) Heroi/Guerreiro

Por fim, destacaremos outra virtude exemplar, isto é, algo que destacaria um herói e guerreiro extraordinário: sua força. E o autor do *Poema* se dedicou a exemplificar a força, bravura, coragem e firmeza cada vez que o “herói” entrava em confronto:

Mio Çid Ruy Diaz/ por la puertas entrava,/ en mano trae/ desnuda el espada,/ quinze moros matava/ de los que alcançava (*PMC*, 23:470-72).

¡Qual lidia bien/ sobre exorado arzon/ mio Çid Ruy Diaz/ el buen lidiador! (*PMC*, 37:733-34).

Mio Çid enpleo la lança./ Al espada metio mano,/ atantos mata de moros/ que non fueron contados,/ por el cobdo ayuso/ la sangre destellando. (*PMC*, 95:1722-24).

De fato, tão importantes são as proezas guerreiras de *Cid* que freqüentemente serviam para decidir a batalha ao lado de seus homens:

Mio Çid Ruy Diaz/ el que en buen ora nasco/ al rey Fariz/ .iii. golpes le avie dado,/ los dos le fallen/ y el unol ha tomado,/ por la loriga ayuso/ la sangre destellando;/ bolvio la renda/ por ir se le del campo./ Por aquel golpe/ rancado es el fonssado (*PMC*, 38:759-64).

(...) en las azes primeras/ el Campeador entrava,/ abatio a .vii./ e a .iiii. matava./ Plogo a Dios/ aquesta fue el arrancada (*PMC*, 117:2396-98).

Alcançolo el Çid a Bucar/ a três braças del mar,/ arriba alço Colada,/ un grant golpe dadol ha,/ las carbonclas del yelmo/ e – librado todo lo hal / fata la cintura/ el espada legado ha (*PMC*, 118:2420-24).

Nas duas primeiras citações, o autor descreveu que a ação do *Cid* provocou a “fuga” do lado oposto. Quanto a terceira, não indicou que a ação do *Cid* foi decisiva para a batalha, na verdade, descreveu a perseguição que se seguiu. No entanto, foi importante

porque nela o *Cid* eliminou o líder do exército adversário, o que foi uma enorme prova do heroísmo do guerreiro. Além disso, era interessante citar que Rodrigo matou o mouro com um golpe épico, cortando-o ao meio de cima para baixo, o que o autor considerou extraordinário para demonstrar a força do *Cid*.

No entanto, a natureza do esforço do *Cid* nem sempre era idêntica à dos “vassalos rebeldes”, sejam eles das canções francesas ou castelhanas³³. Percebemos que, às vezes, as ações do *Cid* pareciam ter uma direção deliberada, isto é, aparentava seguir um plano para decidir a disputa favorável aos seus. Nesse sentido, o herói descrito no *Poema* se mostrava esforçado sem cair no furor cego da guerra que caracterizava numerosos heróis épicos, como Aquiles, por exemplo. Além disso, em outras ocasiões, o autor descreveu como o *Cid* usava sua força heroica contra os inimigos a fim de ajudar seus vassalos. Assim, em um determinado momento, o fiel Minaya Albar Fáñez precisou de ajuda numa batalha:

A Minaya Albar Fañez/ mataron le el cavallo,/ bien lo acorren/
mesnadas de christianos;/ la lança a quebrada,/ al espada metio mano,/
mager de pie/ Buenos golpes va dando (*PMC*, 38:744-47).

A situação era crítica, mas o *Cid*, muito atento no decorrer da batalha, decidiu intervir:

Violo mio Çid/ Ruy Diaz el Castellano:/ acostos a un aguazil/ que tiene
buen cavallo,/ diol tal espadada/ con el so diestro braço/ cortol por la
cintura/ el medio echo en campo./ A Minaya Albar Fañez/ ival dar el
cavallo:/ ‘¡Cavalgad, Minaya,/ vos sodes el mio diestro braço!/ Oy en
este dia/ de vos abre grand bando;/ firme[s] son los moros,/ aun nos van
del campo’ (*PMC*, 38:748-55).

Como podemos perceber, o poeta demonstrou que o esforço de Rodrigo não era uma “fúria cega”. As ações do *Cid* corresponderiam às de um capitão atento, pois ele analisou a situação e agiu de acordo, ajudando assim seu melhor vassalo.

Em suma, consideramos que a ênfase no esforço do herói guerreiro no *Poema*, respondia à situação fronteiriça e bélica da Castela de Alfonso VIII, na qual necessitava que um personagem modelo exibisse esta virtude bélica. Além disso, a contenção relativa dos atos guerreiros do *Cid* tornava legítimo que seu esforço era o de um herói basicamente equilibrado, e oposto aos “vassalos rebeldes”. Por outro lado, no caso particular do *Poema de mio Cid*, o esforço do protagonista também correspondia às necessidades concretas da corte de Alfonso VIII. Assim, acreditamos que um dos propósitos do autor do *Poema de*

³³ JIMÉNEZ SÁNCHEZ, op. cit., p. 552.

mio Cid era motivar os castelhanos, a fim de reativar a *Reconquista*,³⁴ Por esta razão, se o *Poema de mio Cid* foi uma obra de “incitamento heróico e bélico”,³⁵ o esforço bélico do herói tornava-se uma qualidade cuja promoção é indispensável no contexto do corte de Alfonso VIII.

2.4. UMA PORTA PARA NEGOCIAÇÃO

Como já dito no Capítulo I desta dissertação, Adeline Rucquoi³⁶ atribuiu a forte influência romano-germânica/visigoda na idealização de um modelo e aspiração imperial que rodeava os monarcas castelhanos, que se consolidou com Alfonso VII. Nesse sentido, seguindo os passos desta ideologia política de seu avô, Alfonso VIII tinha o intuito de conquistar as terras que estavam em posse dos Almôadas e expandir o território de Castela. Porque acreditava que com o título de *imperador*, sua condição de autoridade frente aos outros reinos ibéricos seria reforçada.

Contudo, ao iniciar tal empreitada o monarca castelhano se esbarrou com uma realidade política e social que não condizia com seus planos. Esta que foi materializada com a derrota na batalha de Alarcos. Por isso, com o objetivo de recuperar os ideais “conquistadores”, Alfonso VIII sugeriu a escrita do *Poema de Mio Cid* recomendando virtudes que deveriam ser atribuídas ao personagem, Rodrigo Díaz, para que os leitores, isto é, a aristocracia guerreira, se identificasse e seguissem estas características impostas.

Dessa forma, seria disseminado discursos que facilitariam a relação do monarca castelhano com sua aristocracia. Visto que, Alfonso VIII já havia percebido que não seria possível seu ideal de centralização, porque estava inserido num contexto de “concepção de corpo político”. Nesse sentido, conforme Bruno Gonçalves Alvaro, a monarquia não podia marcar presença constante em seus territórios que, naquele período, eram mais nominais que efetivamente domínios próprios. Por isso, a negociação era o principal meio para amenizar as tensões que poderiam surgir. Dessa maneira, “a negociação, tendo as complexas doações senhoriais como principal tática política e institucional de pano de fundo, foi a saída mais constante e segura da qual recorrem os monarcas”.³⁷

³⁴ HERNÁNDEZ, Francisco J. Historia y etopeya. El Cantar del Cid entre 1147 y 1207. *Actas del III Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval* (Salamanca, 3 al 6 de octubre de 1989). Ed. María Isabel Toro Pascua. vol 1. Salamanca: U de Salamanca, 1994. p. 463.

³⁵ FRADEJAS LEBRERO, José. *Estudios épicos: El Cid*. Ceuta: Instituto Media, 1962. p. 63.

³⁶ RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da península Ibérica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 42-56.

³⁷ ALVARO, Bruno Gonçalves. op. cit., p. 239.

Assim, como demonstra Bruna Oliveira Mota, em sua dissertação de mestrado, ao tratar da relação entre monarquia e aristocracia, ela percebe que a negociação estava intimamente ligada a relação de interdependência, pois:

tal conceito implicava uma nação de unidade, sendo esta estabelecida pela interdependência dos membros desse corpo político, onde se por um lado o rei tinha a autoridade de advogar pelos seus súditos, estes sabiam que o rei necessitava da sua colaboração para o bem comum.³⁸

Tendo ciência de estar inserido em uma sociedade senhorial, o monarca castelhano precisava de uma aristocracia condizente com seus ideais e que apresentasse as características que o *Cid* possuía. Por isso entendemos a sugestão e interesse de Alfonso VIII na produção do *Poema*, sendo que este foi ao mesmo tempo um instrumento para trazer o sentimento de Reconquista. Isto pode ser comprovado pelo fato de que o *Poema* foi produzido entre as *Batalhas de Alarcos* e de *Las Navas de Tolosa*, a qual o monarca castelhano saiu vencedor.

Assim, com o intuito de disseminar características propagandistas de seu reinado, com as virtudes impostas no *Poema*, que foram analisadas neste capítulo. O *Poema* teve outro objetivo primordial: oferecer métodos de negociação entre a aristocracia e a monarquia, isto é, Alfonso VIII, influenciou a inserção dos discursos de negociação no *Poema*, para que a aristocracia o seguisse de modo que favoreceria seus ideais políticos. Sobre isso nos aprofundaremos no próximo capítulo.

2.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Neste capítulo, analisamos que o *Poema de mio Cid*, composto em Castela, nos últimos anos do reinado de Alfonso VIII apresentou modelos e antimodelos a serem seguidos pela corte deste monarca castelhano. Logo, a obra demonstrou que havia uma inspiração ideológica e política por trás da construção da obra, isto é, características propagandísticas de comportamento para a aristocracia. De fato, o *Poema de mio Cid* foi uma reformulação de materiais anteriores, as canções de “vassalo rebelde”, cuja finalidade corroborava com a política da corte de Alfonso VIII.

Em primeiro lugar, o fato de alterar o material original às canções de um vassalo rebelde e apresentar um *Cid* caracterizado por lealdade ao seu rei, e não por sua arrogância

³⁸ MOTA, Bruna Oliveira. *E por esta razon conuino que fuessen los reyes, e lo tomassen los omes por señores; uma análise da legitimidade, autoridade e poder no reinado de Alfonso X através das suas redes de negociações senhoriais (1252-1284)*. – Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão 2018. p. 16.

e rebelião, demonstrava que o *Poema de mio Cid* estava imbuído de um ideal monárquico, que pode ser atribuído à ideologia política de Alfonso VIII.

Além disso, o conjunto de virtudes, cortesias e não cortesias, do “herói”, também coincide com as da figura modelo proposta por esta corte castelhana. O *Poema* é cortês à maneira dos trovadores alfonsinos, isto é, apresenta as características que condizem com as convenientes a corte de Alfonso VIII: equilíbrio, lealdade, cortesia, generosidade religiosa e o ideal de herói/guerreiro. Este *Cid* cortês contrastaria bastante com o Rodrigo Díaz descrito nas canções de vassalo rebelde, que são as possíveis fontes do *Poema*. Em suma, defendemos que o dito herói do *Poema de Mio Cid* constituiu uma figura modelo proposta para a aristocracia guerreira da corte de Alfonso VIII.

Por fim, observamos também que o *Poema* apresentou figuras contramodélicas que foram demonstradas com uma má cortesia muito peculiar, estas ligadas aos personagens membros do clã Vani-Gómez, e apresentados como o oposto às características propagandísticas que o *Cid* possuía. Nesse sentido, demonstramos como o *Poema de mio Cid*, escrito por Per Abbat, sofreu modificações para se adaptar às necessidades da política de Alfonso VIII e seu contexto castelhana. Em suma, consideramos que o *Poema de mio Cid* foi um produto da ideologia política da corte de Alfonso VIII, e por isso não pode ser analisado sem levar em conta o contexto político e social do reinado deste monarca castelhana.

CAPÍTULO III

POEMA DE MIO CID: ANÁLISE DOS DISCURSOS DE NEGOCIAÇÃO E FORTALECIMENTO DO PODER MONÁRQUICO NO REINADO DE ALFONSO VIII

Neste último capítulo, daremos continuidade a análise do *Poema de Mio Cid* sob ótica de caráter propagandístico, isto é, a partir do que consideramos ser a influência dos ideais de fortalecimento do poder de Alfonso VIII. Assim, pretendemos visualizar a construção política e ideológica que o monarca castelhano buscou consolidar através do *Poema*, ou seja, como utilizou da literatura para fortalecer seu poder e distribuir mecanismos de negociação para a aristocracia guerreira e, desse modo, conseguir o apoio desta nas investidas contra os mouros.

Para tal, manteremos a metodologia de análise dos versos que compõem o *Poema*, buscando aspectos que envolveram a relação do monarca Alfonso VI e Rodrigo Díaz que possam contribuir para um melhor entendimento dos tensionamentos travados no contexto social de produção da obra, logo, entre Alfonso VIII e a aristocracia.

Por fim, analisaremos o que entendemos pelos discursos de negociação de Alfonso VIII no documento, a fim de comprovar as relações que se estabeleceram no reinado deste monarca. Dessa forma, avaliaremos também, como o uso da literatura de corte o auxiliou na concepção de poder compartilhado, sendo esta a explicação dele buscar transmitir seus discursos para a aristocracia guerreira.

3.1. A CORTE CASTELHANA: FINAIS DO SÉCULO XII E PRINCÍPIO DO XIII

Além de repassar os acontecimentos históricos do reinado de Alfonso VIII é preciso entender aspectos sociais para que possamos contextualizar adequadamente o estudo da produção literária em sua corte e a utilização desta sob viés político.

Desse modo, consideramos necessário explicar a noção do termo “corte” àquela época. Segundo Evelyn Procter¹ “corte” seria o termo vernáculo correspondente ao latim “curia regis”, “curia romana”, que havia sido imposta em Castela e Leão durante o século XI. A corte ou “curia regis”, era uma instituição política e se tratava do “organo recto del

¹ PROCTER, Evelyn S. *Curia and Cortes in León and Castile 1075-1295*. Cambridge: Cambridge UP, 1980. p. 8-9.

reino”, ou seja, corpo governante do reino, formado pelo monarca e uma assembleia de “magnates e funcionários”.²

No entanto é preciso distinguir entre a “*curia regis* extraordinária” da “*curia* ordinária”. A primeira consistiria em um encontro de “*magnates*” leigos e eclesiásticos de todo reino, além dos membros da corte do rei. Uma vez que esta reunião era bastante complicada e pouco prática para conduzir e resolver assuntos do cotidiano, ela só era convocada de vez em quando, em ocasiões especiais. Esta cúria extraordinária é o que os romances denominavam “cortes/tribunais”, predecessor dos atuais parlamentos.

Segundo Julio González,³ Alfonso VIII convocou a “*curia regis*” em várias ocasiões durante seu reinado, inclusive citamos as mais importantes no Capítulo II. Como visto anteriormente, a primeira destas ocorreu em Burgos, quando o monarca atingiu a maioridade. Sendo que, em janeiro de 1178, ele voltou a se reunir no mesmo lugar; em 1182, ocorreu a reunião em Medina de Rioseco e, em 1185, em Nájera. Houve outro encontro, em maio de 1187, na região de San Esteban de Gormaz, no qual Alfonso VIII tratou com o embaixador do imperador, da região que hoje corresponderia a Alemanha, a respeito do matrimônio de sua filha Berenguela. Em 1188, houve outra reunião importante em Cárrion, em que diversos assuntos foram discutidos, inclusive, nesta ocorreu o episódio em que Alfonso IX se submeteu a vassalagem do monarca castelhano. Já a “*curia* ordinária”, era a encarregada da administração diária do reino.

Contando com a participação de uma série de “funcionários habituales”.⁴ Este tipo de “cúria”, por ser menor que a “*curia* extraordinária”, era mais rápida e eficaz para lidar com os assuntos do cotidiano social. Interessante destacar que os monarcas medievais não designavam uma capital administrativa para seu reino. Desse modo, a “*curia* ordinária” tinha que seguir o rei em suas viagens, logo, era considerada uma instituição móvel.

Assim, a “*curia* ordinária” de Alfonso VIII pode visitar diversos lugares do reino de Castela, desde Burgos e Toledo, até Vitoria, Cuenca e Plasencia, ou seja, teve contato com a cultura que esses locais possuíam. Em todo caso, é preciso entender que as “*curia regis*”, tanto ordinária, quanto extraordinária não eram instituições diferentes, mas sim manifestações da monarquia, que ocorriam de acordo com as circunstâncias que as exigiam.

² Ibidem, p. 15.

³ GONZÁLEZ, Julio. *El reino de Castilla en la época de Alfonso VIII*. Madrid: CSIC, 1960. p. 100-119.

⁴ Ibidem, p. 150.

Como podemos perceber, o conceito de corte, ou de “*curia regis* ordinária”, é um tanto peculiar e designava uma realidade concreta e característica dos séculos XII e XIII: “um conjunto móvil y cosmopolita de personas de muy diversa condición, desde graduados universitarios a caballeros de órdenes religiosas, escanciadores, nobles, o judíos”.⁵ Como sua função era auxiliar a administrar o reino, o caráter fundamental dessa instituição era político, embora também desempenhasse uma função jurídica, bem como cultural.

Com base no que foi dito, podemos perceber que ocorria no reinado de Alfonso VIII a concessão de poder político compartilhado, isto é, corporativo. Pois a aristocracia compunha essas cúrias e negociava diretamente com o monarca. Desse modo, mesmo o rei sendo “a cabeça do corpo”, ele dependia dos “membros” (aristocracia) para que seu reino funcionasse. Segundo Maria Filomena Pinto da Costa Coelho, não se quer negar a importância do poder régio, nem sequer equipará-lo aos demais poderes. Concordamos com a afirmação da autora quando diz que é preciso:

propor uma visão mais complexa e histórica do poder, que permita contemplar, por um lado, a existência de um princípio de unidade política (a monarquia, o reino) e, por outro, como esse princípio governava em um universo de poderes políticos que gozavam de autonomia relativa.⁶

Assim, a relação de negociação vai se concretizar como espaço de disputas e diálogos nestas cúrias. E percebemos a importância dessas negociações para o bom funcionamento do reino. E no caso específico de Alfonso VIII, manter apoio nas investidas contra os almôadas.

3.1.1. Monarquia e a Aristocracia

O estudo da história do reinado de Alfonso VIII, ou seja, a particular estrutura de sua corte, e das produções culturais nos proporciona indícios que apontam para uma política de natureza monárquica: o fortalecimento do poder real. Ao analisar a história deste reinado, podemos levantar hipóteses, uma vez que não há em nenhum documento da época provas de que o monarca castelhano desenvolveu essa política específica. Nesse sentido, duas situações são relevantes para nossa análise: a

⁵ Ibidem, p. 89.

⁶ COELHO, Maria F. Revisitando o problema da centralização do poder na Idade Média: reflexões historiográficas. In. ALMEIDA, Néri; NEMI, Ana Lúcia; PINHEIRO, Rossana. (orgs.). *A construção da narrativa histórica: séculos XIX e XX*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, São Paulo: Fap-Unifesp, 2014. p. 04.

recente separação dos reinos de Castela e Leão e o período da menoridade do monarca castelhano.

Como já dito, Alfonso VIII reinou em uma Castela recentemente separada do reino de Leão. Portanto, apesar do fato de que Castela era mais rica e mais poderosa que sua vizinha ocidental, o monarca castelhano deve ter sentido a pressão da situação de primazia dos leoneses. Pois, em teoria, o trono leonês era herdeiro do *status imperial* dos monarcas visigodos, isto explicava o fato de que os reis leoneses eram ungidos pela Igreja, em uma cerimônia que enfatizava seu poder imperial.

Durante o reinado de Alfonso VIII, os castelhanos recordavam que, em sua origem, seu reino tinha sido um condado que possuía uma relação considerada humilhante de vassalagem com Leão. Sendo que, durante a menoridade de Alfonso VIII seu reino estava sob tutela e Leão se aproveitou da fraqueza administrativa castelhana, mantendo o infante sob sua custódia e conseqüentemente obteve domínio sob Castela, fato que causou uma série de conflitos na região de “Tierra de Campos”.

Após a maioridade, Alfonso VIII manteve uma longa rivalidade e períodos de conflito direto com Leão, para recuperar os territórios perdidos e obter uma retaliação. Sobre isso, lembramos o que foi citado no Capítulo II, quando o monarca castelhano devolveu o *status* de seu vassalo à Leão, forçando o jovem Alfonso IX a se tornar seu subordinado. Contudo, este episódio provocou uma nova rivalidade entre Castela e Leão, e numerosos conflitos entre os dois reinos recomeçaram. Por isso era necessário negociar, já que o apoio de Leão era importante na luta contra os mouros.

Juntando este contexto ao fato de que houve uma mudança na literatura castelhana, acreditamos que a intenção de competir com a produção literária de Leão e o desejo de vingar sua interferência nos assuntos castelhanos durante a menoridade do rei, se tornaram motivações que levaram Alfonso VIII a promover uma política de reforço do poder monárquico.

Conforme José Manuel Nieto Soria,⁷ as representações do poder real seriam expressões de uma ideologia cuja finalidade era a de garantir a ação do governante sobre sua população. Para isso, ela produziria “deformações da realidade” a fim de tornar aquilo que era duvidoso – a autoridade do rei – em algo inquestionável.

⁷ NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos Ideológicos del Poder Real en Castilla* (siglos XIII – XIV). Madrid: EUDEMA: 1988. p. 48.

Assim, alguns ideólogos a serviço de Alfonso VIII, como, por exemplo, o arcebispo de Toledo, Rodrigo Jiménez de Rada,⁸ tentaram neutralizar o prestígio de Leão com a ênfase na posse da cidade de Toledo, ou seja, a cidade imperial dos visigodos. Apesar disso, não se pode negar que o rei castelhano não foi ungido pela Igreja, nem se ancorava em uma poderosa tradição de propaganda como a existente em torno de San Isidoro de Leão.

Além disso, a instabilidade do período da menoridade de Alfonso VIII deve tê-lo instigado a procurar fortalecer sua autoridade dentro de seu próprio reino. De fato, deve ser lembrado que os problemas do rei enquanto criança não foram causados exclusivamente pelo rei de Leão. Em vez disso, os leoneses haviam se aproveitado de uma situação de guerra civil em Castela para interferir nos assuntos do reino. Esse conflito que eclodiu devido às disputas das duas grandes casas, como já visto em outro Capítulo desta Dissertação. Os Lara e os Castro competiram violentamente pela tutela do infante, porque essa posição concedia supremacia política. As disputas entre Castro e Lara minaram a ordem do reino de Castela por muitos anos.

Por isso, acreditamos que esta situação histórica vivida durante sua menoridade, e a análise das consequências que teve tanto para o reino como para sua pessoa, devem ter motivado Alfonso VIII a fortalecer sua autoridade diante da grande aristocracia castelhana.

Nesse contexto, é preciso frisar que o poder monárquico se mantinha frequentemente em choque com as lideranças locais, mostrando-nos uma das principais características da instituição régia em Castela, que era sua relação de tensão com os poderes senhoriais.⁹ Talvez esse choque fosse resultado do fato de que o monarca estivesse indo além do que era tradicionalmente reconhecido como seu espaço “legítimo” de atuação. Assim, quebrava as negociações costumeiras e abria espaço para a contestação de sua autoridade.

Conforme José Maria Mínguez,¹⁰ o desenvolvimento da relação entre o rei e a aristocracia demonstra como duas forças legítimas poderiam criar mecanismos de coexistência entre eles. Em nosso estudo utilizaremos a negociação entre o monarca e a

⁸ JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. Jiménez de. *Historia de Rebus Hispaniae sive Historia Gothica*, en *Corpus Christianorum. Continuatio Mediaevalis*, ed. J. Fernández Valverde; trad. castellana del mismo autor, 1987. p. 429.

⁹ RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da península Ibérica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. p. 36-39.

¹⁰ MINGUEZ, José Maria. *Las sociedades feudales*. Madrid: Nerea, 1994. p. 24.

aristocracia guerreira como exemplo. Dessa forma, podemos destacar que a guerra, além de cumprir uma função econômica, também fazia parte do jogo político medieval ibérico. Nesse sentido, as negociações que Alfonso VIII fez, expostas no Capítulo II, para conseguir a vitória na Batalha de Las Navas pode ser utilizado como exemplo.

3.2. O USO *POEMA DE MIO CID* NA CORTE CASTELHANA DE ALFONSO VIII

No que diz respeito ao contexto em que o *Poema de Mio Cid* foi produzido, há o fato de que se a guerra de Reconquista era sobre poder e posses de terras contra os muçulmanos, ela foi combatida tanto no sentido político, quanto no cultural. Como já dito no Capítulo II desta dissertação, reafirmamos a hipótese de que ao produzir um “herói local”, a monarquia, tinha o intuito criar uma “identidade castelhana” com o objetivo de estimular a participação da aristocracia guerreira e cristã contra os mouros infiéis e assim assimilar novos territórios à Castela, fato que seria primordial nas relações de negociação, uma vez que estas se baseavam no consentimento de senhorios.

Por isso, defendemos que através de uma alegoria o clérigo poeta Per Abbat se utilizou de um contexto afastado para tratar do reinado de Alfonso VIII. Nesse sentido, entendemos alegoria como um discurso que, de acordo com Du Marsais *apud* Todorov:

é, primeiro apresentado como sentido próprio, que parece uma coisa completamente diferente daquela que pretendemos fazer entender, e que, no entanto, não serve senão de comparação para dar a entender um outro sentido que não exprimimos. [...] Na alegoria todas as palavras têm primeiro um sentido figurado: quer dizer, todas as palavras de uma frase ou de um discurso alegórico formam primeiro, um sentido literal que não é aquele que desejamos dar a entender.¹¹

Todavia, analisamos o *Poema* tendo como base a teoria semiótica apresentada por Todorov que nos auxilia a compreender:

o fato de analisarmos utilizando um discurso cujo objeto é o conhecimento (e não a beleza poética ou a pura especulação) e o fato de o seu objeto ser constituído por signos de espécies diferentes (e não unicamente por palavras, por exemplo).¹²

Ao tentar compreender o poder simbólico legado do *Poema de Mio Cid*, levamos em consideração o “simbólico” exposto por Tzvetan Todorov,¹³ este não seria apenas o que postulam as palavras, ou seja, “o símbolo é definido como sendo mais lato que a

¹¹ TODOROV, T. *Teorias do Símbolo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977, p.85.

¹² *Ibidem*, p. 15.

¹³ *Ibidem*. p. 16-18.

palavra”. Nesse contexto, o problema essencial a que nos referimos estaria ligado ao discurso do poder monárquico, ao querer legitimar seu poder frente uma parcela da sociedade que havia enriquecido bastante e detinha o *status* de poder local. Desse modo, o *Poema* nos apresenta um par, “texto-imagem”, cuja relação se mostra como produto do poder monárquico que tinha como propósito “convencer o público a realizar alguma ação”.¹⁴

Reforçamos, assim, a intencionalidade do que foi escrito no *Poema*, visto que não há nada sem intencionalidade, sem uma necessidade, sem um caráter persuasivo. Por isso que não podemos analisar o *Poema* sem seu contexto de produção, isto é, a força persuasiva por trás da “encomenda” do documento.

Reafirmamos, aqui, a citação de Todorov que trata da questão da “comparação para dar a entender um outro sentido que exprimimos”,¹⁶ ou seja, o *Poema* serviria a esse papel alegórico. De acordo com Todorov, “na alegoria é, próprio pensamento que não deve ser tomado por aquilo que parece ser” e que, portanto, “se insiste na presença de dois sentidos”¹⁷ que devem ser entendidos através do *Poema* como uma alegoria dos discursos de poder e fortalecimento do mesmo por Alfonso VIII.

Consideramos, igualmente a Todorov, o par “símbolo-alegoria” como complementares, sendo “o símbolo um produtor, intransitivo, motivado” que “realiza a fusão dos contrários e exprime o indizível” e em contraste a alegoria, “transitiva, arbitrária, simples significação, expressão da razão”.¹⁸ Logo, o conteúdo do *Poema* faz parte de um jogo de poder e persuasão através do par “símbolo-alegoria”, exposto por Todorov.

Segundo Julio Escalona Monge:

por una parte, entraña un discurso moral, legitimador del poder regio, que tiende a elevar a la condición de realidad histórica el cliché de los «nobles egoístas» – movidos sólo por ambiciones personales y carentes de miras o concepciones políticas más elevadas – frente al de una monarquía preocupada por hacer valer una autoridad y unos derechos cuya bondad y legitimidad se dan por supuestas. Por otra parte, asumir

¹⁴ BURKE, Peter. *O que é história cultural?* 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 21.

¹⁶ TODOROV, T. *Teorias do Símbolo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977. p. 203-224.

¹⁷ *Ibidem*, p. 87.

¹⁸ *Ibidem*, p. 210.

y hacer propios los discursos emanados de la monarquía conduce en último término a establecer una relación inversamente proporcional entre poder regio y poder nobiliario y a reducir las dinámicas políticas de la Castilla plenomedieval a la alternancia entre dos «estados fundamentales»: «orden» vs «caos»; «monarquía fuerte = nobleza sometida» vs «monarquía débil = nobleza levantisca». Se impone así una visión unidireccional de los hechos: un poder monárquico y unas políticas regias cuya bondad se asume, bien se imponen sobre una nobleza carente de otro programa político que no sea su interés inmediato (estado de «monarquía fuerte»), bien fracasan en ese intento (estado de «monarquía débil»), en perjuicio de la comunidad del reino.¹⁹

Nesse sentido, entendemos, que, assim como as mentalidades remetem à lembrança, à memória, às formas de resistência, o *Poema* faz com que debatamos a importância da memória, coletiva e histórica numa tentativa de “criar” reinados modelares. No caso específico de Alfonso VIII, sua tentativa de manipular a realidade, para distribuir discursos de negociação que favoreceriam sua relação com a aristocracia guerreira, no intuito de fortalecer seu poder para buscar o ideal de “*imperium*”.

Conforme Souza Junior os registros do passado serviam como elementos ideológicos na construção de uma memória social sobre a qual era reforçada a imagem real do monarca, que pretende projetar no passado as expectativas e anseios que guardavam para seu próprio presente.²⁰ Por isso, como afirma Schmitt:

Compreender a função das obras (as obras, em si, são “arte”), como uma dimensão essencial de seu significado histórico (seu papel “cultural” e, também político, jurídico, ideológico), é seguramente uma das tarefas mais difíceis, mas das mais urgentes reservadas atualmente aos historiadores.²¹

Por fim, reafirmamos que para uma análise dos discursos de negociação no *Poema* devemos levar em conta as relações que constituíam sua estrutura e caracterização, que são próprios de uma cultura e uma época específica, cujo interesses são limitados. Nesse sentido, podemos perceber tanto o aspecto literal como o discursivo nas narrativas presentes no *Poema* que buscaremos demonstrar, de uma forma alegórica, através de aspectos que envolveram a relação do monarca Alfonso VI e Rodrigo Díaz.

¹⁹ Cf. ESCALONA MONGE, Julio. Misericordia regia, es decir, negociemos: Alfonso VII y los Lara en la "Chronica Adefonsi imperatoris". In: ALFONSO ANTÓN, María Isabel; ESCALONA MONGE, Julio; MARTIN, Georges. (Coord.). *Lucha política: condena y legitimación en la España medieval*. Lyon: ENS Éditions, 2004. p. 101-152. p. 102 e 103.

²⁰ SOUZA JUNIOR, A. Marques. O passado a serviço do poder: Castela e Leão na segunda metade do século XIII. Semana de Estudos Medievais, 10, Rio de Janeiro, 04 a 06 de junho de 2013. SILVA, Andréia C. Lopes Frazão da; SILVA, Leila Rodrigues da; RAFAELLI, Juliana Salgado (org.). *Atas online* Rio de Janeiro: PEM, 2014. p. 93.

²¹ SCHMITT, J. C. op. cit., p. 44-45.

3.3. TÁTICAS DE ALFONSO VIII: UM IDEAL DE NEGOCIAÇÃO E FORTALECIMENTO DO PODER ATRAVÉS DO *POEMA DE MIO CID*

Após analisarmos as virtudes que comporiam as características propagandistas do reinado de Alfonso VIII no Capítulo II desta Dissertação, passaremos para as situações que possuem o discurso de negociação. Isto é, entendemos por negociação como um aspecto comum a política. No sentido de que, se por um lado o poder monárquico necessitava da colaboração da aristocracia, tanto relacionado militarmente, quanto no apoio aos diversos organismos de governo; por outro lado, a aristocracia ao ceder seu apoio conseguia melhorias sociais, como por exemplo o consentimento de senhorios. Dessa forma, percebemos como o senhorio era um elemento primordial de articulação política entre as mais variadas instituições do período. E como a negociação era necessária, porque beneficiaria ambas as partes. Segundo Maria Filomena Pinto da Costa Coelho:

o poder régio consolida-se à medida que possibilita que a nobreza governe com o rei, no interior do Estado. Esta situação de condomínio corporativo é benéfica tanto para o monarca, como para a nobreza. Sua situação de ordem superior privilegiada é mais bem dimensionada ao abrigo de uma monarquia estruturada e fortalecida, que garante a ordem e uma canalização das riquezas de maneira mais eficiente.²²

Vimos que o *Poema* foi composto entre guerras (Alarcos e Las Navas). Por isso, acreditamos que o patrocinador queria resgatar os ideais de luta para a aristocracia guerreira. Assim, com os objetivos de fortalecer a autoridade do poder real, ao distribuir virtudes idealizadas que comporiam a corte de Alfonso VIII; e de distribuir discursos para negociação dessa aristocracia, logo mecanismos que auxiliassem o rei nos tensionamentos sociais travados.

Na tentativa de analisar o *Poema* como detentor de discursos da negociação, selecionaremos núcleos que nos auxiliarão a perceber situações em que disponham dos ideais de Alfonso VIII. Assim, utilizaremos a divisão dos Cantares já existentes e ponderaremos sobre duas situações de cada um.

3.3.1 Cantar I

Até a morte do rei Sancho, Rodrigo Díaz de Vivar serviu ao rei Alfonso VI, legítimo herdeiro do império, e este lhe encarregou a arrecadação das parias da Sevilha. Após seu regresso, seus inimigos acusaram-no de ter ficado com uma parte do arrecada-

²² COELHO, Maria F. op. cit., p. 05.

mento daquele tributo. Assim, o *Cid* “caiu em desgraça” e foi desterrado pelo rei Alfonso.

À frente de uma *mesnada*²³ em 1080, o *Cid* passou a formar parte do exército do rei sarraceno de Saragoça. Contudo, em duas ocasiões, o rei Alfonso VI recebeu o *Cid*, mas voltou a desterrá-lo. Dessa forma, o *Cid Campeador* atacou o rei moro de Leida e passou a formar parte, nessa ocasião, do exército do rei de Valência, em cujo nome venceu em Tévar (1090) o conde de Barcelona, Ramon Berenguer II, aliado do rei de Leida.

Como o primeiro núcleo de análise deste Cantar, utilizaremos o episódio conhecido como “Desterro do Cid”. Interpretamos que nesta situação o monarca Alfonso VI, por ter sofrido uma má influência da aristocracia, acabou exilando, injustamente, um de seus melhores vassalos. Segundo Fletcher, o personagem principal do *Poema* havia feito inimigos na corte de Alfonso VI: “em parte por culpa destes, em parte por causa de ações impensadas, Rodrigo incorreu no desfavor do rei, sendo exilado no verão de 1081”²⁴.

Contudo, o *Cid* não fica revoltado com seu senhor porque sabia que aquilo havia acontecido devido parte da aristocracia que cobiçava seus feitos e queria lhe prejudicar, por isso influenciaram negativamente o monarca Alfonso VI. Assim, o *Cid* agradece a situação e parte para o exílio, após deixar sua esposa e filhas sob cuidados do monastério de Cardeña.

De los sos ojos/ tan fuerte mientras lorando/ tornava la cabeça/ y estava los catando./ Vio puertas abiertas/ e uços sin cañados./ alcandaras vazias/ sin pieles e sin mantos/ e sin falcones/ e sin adtores mudados./ Sospiro mio Çid/ ca mucho avie grandes cuidados./ Ffablo mio Çid/ bien e tan mesurado: ‘¡Grado a ti, señor, padre que estas em alto!/ ¡Esto me na buelto/ mios enemigos malos!’ (PMC, 1:1).

Acreditamos que o autor do *Poema* tentou expor que existiam intrigas aristocráticas, provavelmente, devido a falta de cortesia, ou das outras características que Alfonso VIII financiou na construção do documento. Dessa forma, por não possuírem tais características e movidos por ganância e inveja, colocaram Alfonso VI contra Rodrigo Díaz. Contudo, este último, claramente possuidor das características propagandísticas de Alfonso VIII,²⁵ soube lidar com a situação, sem culpar o monarca, inclusive quando as pessoas que o observam deixando a cidade com seu séquito, indagam “¡Dios, que buen

²³ Grupo de soldados assalariados.

²⁴ FLETCHER, Richard. *Em busca de El Cid*. Trad. Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 171.

²⁵ Equilíbrio, Lealdade, Cortesia, Generosidade Religiosa, Herói/Guerreiro, estas que foram devidamente expostas no Capítulo II desta Dissertação.

vassallo! / ¡Si oviesse buen señor!” (PMC, 3:20). Mas ele não se deixa influenciar por tais afirmações e aproveitou para tirar o melhor possível das circunstâncias que lhes foi imposta, inclusive, procurando beneficiar seu senhor, pois sabia que ele não era o culpado por sua situação e o considerava um bom senhor.

Inclusive, em sua última noite em Castela, o *Cid* se deitou bastante preocupado e em um sonho o anjo Gabriel lhe aparece para tranquilizar de que ele deva partir, e que as coisas ficaram bem: ‘Cavalgad, Çid,/ el bueno Campeador,/ ca nunca en tan bueno punto/ cavalgo varon;/ mientras que visquieredes/ bien se fara lo to.’ (PMC, 19:407).

Assim, consideramos que a negociação foi o melhor diálogo que o *Cid* poderia encontrar para melhorar sua relação com o monarca. E esta se deu, em um primeiro momento pelo modo com que ele representava seu senhor perante os mouros: “Mio Çid Ruy Diaz/ por las puertas entrava, / em mano trae/ desnuda el espada, / quinze moros matava/ de los que alcançava” (PMC, 23:470). Logo, consegue que os mouros lhes paguem tributos:

Por todas esas tierras/ Ivan los mandados/ que el Campeador mio Çid/
alli avie poblado,/ venido es a moros,/ exido es de christianos./ En la su
veninzad/ non se treven ganhar tanto./ Agardando se va mio Çid/ com
todos sus vassallos;/ el castiello de Alcoçer/ en paria va entrando.
(PMC, 28:564).

Nesse contexto, através do exílio o *Cid* procurou maneiras de conquistar territórios para anexar aos de Alfonso VI e provar sua fidelidade. Assim, podemos observar o que Richard Fletcher denominou de “situação militar fluida”,²⁶ no sentido de que ao ser “desterrado”, Rodrigo passou anos como soldado mercenário a serviço do governante muçulmano de Saragoça.

Estando alli/ mucha tierra preava, el [val] de rio Martin/ todo lo metio
en paria. / A Saragoça/ sus nuevas legavan,/ non plaze a los moros,
firme mientras les pesava. Ali sovo mio Çid/ conplidas .xv. semanas
(PMC, 49: 903).

Podemos compreender este fato, quando analisado sob perspectiva do reinado de Alfonso VIII, que também era possível negociar com os muçulmanos. Logo, esta era uma relação prudente com os mouros, no sentido de que seria sábio entrar em acordo, enquanto um bem poderia ser obtido. E assim, se evitaria o conflito direto e obteria a vantagem financeira.

²⁶ FLETCHER, Richard. Op. cit., p. 176.

Durante o primeiro Cantar, observamos como o *Cid* passou por vários territórios pertencentes aos mouros, e como ele chega a conquistar alguns, e assim se indispor com eles. Um desses casos é a situação da região de Alcocer, já mencionada acima. Na tentativa de recuperar esta região, o rei de Valência reuniu um exército contra o *Cid*: “Tres mil moros cavalgan/ e pienssan de andar;/ ellos vinieron a la noch/ en Sogorve posar” (*PMC*, 32:643).

Porém, o *Cid* enfrenta, sem medo, os mouros e obtêm vitória:

Veriedes tantas lanças/ premer e alçar,/ tanta adagara/ foradar e passar,/ tanta loriga/ falssa[r e] desmanchar,/ tantos pendones blancos/ salir vermejos en sangre,/ tantos buenos cavallos/ sin sos dueños andar./ Los moros laman ‘¡Mafomat!’ e los christianos ‘¡Santi Yagu[e]!’/ Cayen en un poco de logar/ moros muertos mill e .ccc. ya. (*PMC*, 36:726).

Interessante destacar como há o apelo religioso, pois, os mouros clamam pela ajuda de Maomé, e os cristãos de Santiago, após isso “mil e trezentos mouros” caem no campo de batalha. O autor do *Poema*, neste momento demonstra o apelo da religião, corroborando que se cristãos lutarem contra mouros, vão conseguir vencer, porque tem a proteção legítima e divina. Esta que também protege seu monarca, o representante mais próximo da santidade.²⁷

O segundo núcleo de análise que selecionamos foi relacionado a vitória do *Cid* sobre o conde de Barcelona, Ramon Berenguer II. A esta situação atribuímos a necessidade de Alfonso VIII chamar a aristocracia guerreira para luta, pois, demonstra o fato de quando as negociações não dão certo é necessário partir para investidas militares.

Podemos relacionar a este discurso do monarca castelhano, em incentivar as investidas contra os mouros que não queriam negociar, a fala de Rodrigo Díaz incentivando os seus vassalos para o combate:

‘¡Hya cavalleros,/ apart fazed la ganancia!/ A priessa vos guarnid/ e metedos en las armas;/ el conde don Remont/ dar nos há grant batalla, de moros e de christianos/ gentes trae sobejanas,/ a menos de batalla/ non nos dexarie por nada./ Pues adellant iran tras nos,/ aqui se ala batalla;/ apretad los cavallos/ e bistades las armas./ Ellos viene cuesta yuso/ e todos trahen calças,/ e las siellas coçeras/ e las çinchas amojadas;/ nos cavalgaremos siellas galegas/ e huesas sobre calças./ ¡Çiento cavalleros/ devemos vençer aquelas mesnadas!/ Antes que ellos legen a[1] laño/ presentemos les las lanças;/ por uno que firdades/ tres siellas iran vazias./ ¡Vera Remont Verengel/ tras quien vino en alcança/ oy en este pinar de Tevar/ por toler me la ganancia!’ (*PMC*, 57:985).

²⁷ RUCQUOI, Adeline. op. cit., p. 12-15.

Apesar do *Cid* fazer parte da aristocracia, neste momento ele representa o senhor, já que a dinâmica medieval permitia que ele tivesse vassalos. E nesta ocasião, ele representa o discurso de Alfonso VIII.

Com base em nossa análise, percebemos que neste *Cantar* os discursos de negociação disseminados são os que incentivariam a negociação entre a aristocracia e o rei, de modo que a relação com os mouros, isto é, conquista de seus territórios, ou obtenção de párias, seria a chave para tal. Assim, quando não conseguissem submeter esses povos ao pagamento de párias, por exemplo, era necessário o confronto armado para conquistar o território e obter espólios, que seriam divididos com o monarca. Sendo importante ressaltar, que o principal discurso de Alfonso VIII, neste *Cantar* seria: não questionar as decisões do monarca. Por isso que o *Cid*, mesmo exilado injustamente não fica indisposto com Alfonso, e não o culpa.

3.3.2 *Cantar II*

Utilizaremos como um dos núcleos de análise a situação da “Tomada de Valência”, pois esta era uma região de extrema importância para o reinado de Alfonso VI. E representava uma situação difícil para este monarca, pois à época de seu pai, Fernando I, o reino *taifa* de Toledo, o qual pertencia a al-Ma'mun pagava tributos anuais, isto é, as *parias*. Contudo, ele emancipou-se do protetorado cristão e interrompeu o pagamento do tributo, com sua ambição resolveu ampliar o alcance de sua autoridade à custa dos governantes *taifa* vizinhos. E após a morte do pai de Alfonso VI, ele invadiu o reino de Valência, incorporando-o a seus domínios.

Até que o *Cid* recuperasse este território, ele passou pelas mãos de outros governantes muçulmanos. Inclusive por Al-Qadir que pediu ajuda a Alfonso VI, e só com este foi restabelecido o protetorado que seu pai havia imposto, em troca do pagamento de tributo. Dessa forma, o autor do *Poema* demonstra novamente que é possível negociar com os mouros, no entanto quando isso não é possível é preciso partir para ofensivas militares.

Podemos associar esta situação ao que aconteceu com Alfonso VIII e seus planos de ofensiva anti-islâmica. Segundo Carlos de Ayala Martínez, o projeto anti-islâmico de Alfonso VIII não foi semelhante ao de seu pai, isto é, uma reação a uma ofensiva previsível, mas sim “como la calculada acción de un ataque expansivo, y ese ataque se

produciría en 1177 con motivo de la Tomada de Cuenca”.²⁸ Este episódio foi muito importante porque marcou o início de um programa próprio de governo, que posteriormente se converteu nos ideais da Reconquista como um dos suportes essenciais de seu reinado.

Nesse sentido, outro ponto que merece ser destacado nesta situação foi a continuação do apelo religioso em meio ao cerco o qual o *Cid* estava inserido. E uma figura merece destaque: o bispo Don Jerônimo, que se juntou à luta numa tentativa de estimular os homens contra as tropas marroquinas que cercavam Valência:

Aquel rey de Marruecos/ ajuntava sus virtos,/ con .l. vezes mill de
armas/ todos fueron conplidos;/ entraron sobre mar,/ en las barcas son
metidos,/ van buscar a Valençia/ a mio Çid don Rodrigo./ Arribado an
las naves,/ fuera eran exidos (*PMC*, 88:1625-29).

De fato, Don Jerônimo foi ordenado bispo quando ouviu o *Cid* expressar seu desejo de lutar contra os mouros (*PMC*, 78:1292-95). Além disso, mais tarde, o poeta narra como o “herói” premiou o bispo após a bravura do eclesiástico no campo de batalha:

El obispo don Jheronimo/ caboso coronado/ quando es farto de lidiar/
con amas las sus manos/ non tiene en cuenta/ los moros que ha
matados;/ lo que caye a el/ mucho era sobejano./ Mio Çid don Rodrigo/
el que en buen ora nasco/ De toda la su quinta/ el diezmo l’a mandado
(*PMC*, 95:1793-98).

A isso podemos citar o fato de que o *Cid* utilizou don Jerônimo e seu “espírito” de Cruzada quando se viu acuado por tropas muçulmanas procedentes do norte da África. Deve ser enfatizado que somente nesta parte do *Poema* que algo semelhante a um ideal de Cruzada é percebido. De fato, a cruzada religiosa não estava entre as motivações do *Cid* ou de seus inimigos, até então. No entanto, o tom muda completamente quando o poeta narra a invasão das tropas do rei de Marrocos:

Dezir vos quiero nuevas/ de alent partes del mar,/ de aquel rey Yuçef/
que en Marruecos esta./ Pesol al rey de Marruecos/ de mio Çid don/
Rodrigo:/ ‘¡Que en mis heredade/ flerte mientras es metido/ y el non gelo
gradece/ si non a Jhesu Christo!’/ Aquel rey de Marruecos/ ajuntava sus
virtos,/ con .l. vezes mill de armas/ todos fueron conplidos;/ entraron
sobre mar,/ en las barcas son metidos,/ van buscar a Valençia/ a mio
Çid don Rodrigo./ Arribado an las naves,/ fuera eran exidos (*PMC*,
87:1620-29).

²⁸ MARTÍNEZ, Carlos de Ayala. Guerra Santa y órdenes militares en época de Alfonso VIII. In: La Península Ibérica en Tiempos de Las Navas de Tolosa (coords.). DÍEZ, Carlos; RUIZ, Maria Antonia Carmona. *Monografías de la Sociedad Española de Estudios Medievales*. Madrid, 2014. p. 118.

Yúcef não diz que atacou o *Cid* porque o castelhano estava destruindo as terras de seus vassallos, o que seria mais condizente entre as lutas dos mouros peninsulares e os castelhanos. Os ataques marroquinos pareciam ter motivações religiosas. Além disso, o poeta reforçou esta atmosfera de “guerra santa”, ao chamar os muçulmanos de “o povo incrédulo”. Esta qualificação não havia sido usada anteriormente para se referir aos mouros peninsulares. Nesse sentido, nenhum inimigo do *Cid* havia sido caracterizado por sua religião, nem mesmo os dois credores judeus que o herói enganou no início do *Poema* (*PMC*, 6:78-212). Portanto, no momento em que parecia ser necessário para combater a “guerra santa” do fervor religioso dos mouros marroquinos, o *Cid* recorria ao Bispo Don Jerônimo.

Assim sendo, entendemos que o episódio do cerco de Valência foi adaptado pelo autor do *Poema* aos ideais da corte de Alfonso VIII, pois os ideais de Reconquista estavam entre os objetivos deste monarca. E após a derrota de *Alarcos*, o monarca castelhano buscou retomar os ideais guerreiros da aristocracia para que organizassem outra investida, que posteriormente o *Poema*, acabou acontecendo, inclusive, com a vitória dos cristãos na Batalha de Las Navas. Assim, demonstramos como ao lutar contra os “inimigos” do rei, o *Cid* foi recompensando, já que ao se apoderar da cidade de Valência (1094), ele reconciliou-se com Afonso VI.

Conforme nos demonstra Carlos Martínez: “las órdenes militares no serían el instrumento del papa o de la Iglesia al servicio de sus estrategias e intereses, sino el instrumento que el rey ponía al servicio de Dios y de la Iglesia de su propio reino²⁹.” Dessa forma, entendemos como os objetivos militares se consolidavam com os ideais religiosos, contanto que beneficiassem o poder monárquico.

Outro núcleo narrativo que utilizaremos para analisar este Cantar foi o episódio conhecido como “Bodas das filhas do *Cid*”, neste o rei Alfonso VI fica responsável pelo matrimônio de dona Elvira e dona Sol com os Infantes de Carrion. A isso podemos fazer uma analogia com as políticas matrimoniais tão importantes não só na corte de Alfonso VIII, como durante o período do medievo. Assim, observamos com Alfonso VI pediu as mãos das filhas do *Cid*, logo, se responsabilizando pela união:

Vuestras fijas vos pido,/ don Elvira e doña Sol,/ que las dedes por mugieres/ a los ifantes de Carrion./ Semejam el casamiento/ ondrado e com grant pro;/ ellos vos las pidem/ e mando vos lo yo (*PMC*, 104:2075).

²⁹ Ibidem. p. 119-120.

Mesmo receoso o *Cid* aceita, pois, acreditava que Alfonso VI sabia o que era melhor para sua família. O que nos demonstra claramente que um pedido do rei deveria ser obedecido e sua vontade respeitada:

Mio Çid gelos reçibe,/ las manos le beso:/ ‘¡Mucho vos lo gradesco/
como a rey e a señor!/ Vos casades mis fijas/ ca non gelas do yo (*PMC*,
104:2108).

Apesar da desconfiança persistir o *Cid* resolveu entregar suas filhas aos Infantes de Carrion se um representante do rei o fizesse, pois ele não queria ser o responsável direto pelo matrimônio. Alfonso VI foi firme em sua decisão, o que interpretamos se tratar das questões de autoridade e obediência para manutenção da legitimidade do rei, principalmente se tratando do contexto social do reinado de Alfonso VIII:

Respondio el rey:/ ‘Afe aquí Albar Fañez:/ prendellas con vuestras
manos/ e daldas a los ifantes/ assi commo yo las prendo d’aquent/
commo si fosse delant;/ sed padrino dell[a]s/ a tod el velar./ Quando vos
juntaredes comigo/ quem digades la verdat.’ (*PMC*, 105:2135).

Assim, Alfonso VI se propôs a ser padrinho de casamento das filhas do *Cid*, fato que será importante na análise que faremos de um núcleo narrativo no próximo Cantar.

Com relação a política matrimonial no reinado de Alfonso VIII, percebemos conforme Ana Rodríguez López que a importância da vitória na Batalha de Las Navas, se deve também a uma tendência nas relações entre a monarquia castelhana-leonesa e os reinos cristãos ocidentais, no decorrer da primeira metade do século XIII. Esta, que seria a política matrimonial estabelecida pelo monarca castelhano, principalmente, a respeito de suas filhas e a questão da Gascuña.

Ainda segundo esta autora:

La política matrimonial castellana tiene dos vertientes desde fines del siglo XII: la peninsular y la extrapeninsular. A pesar de la impresión que provoca a posteriori la gran amplitud y la sensación de extrapeninsularidad de los lazos de parentesco establecidos durante el reinado de Alfonso VIII – véanse ejemplos como el de Alfonso, también nieto de Alfonso VIII, conde de Boulogne, participante en las campañas de Luis IX contra Inglaterra y luego rey de Portugal –, la política matrimonial del monarca castellano fue primordialmente peninsular. Sus hijas Berenguela, Urraca y Leonor fueron casadas respectivamente con Alfonso IX de León en 1197, con Alfonso II de Portugal en 1201 y con Jaime I de Aragón en 1221, ésta última durante el reinado de Fernando III. Excepto con el reino de Navarra – pese a los numerosos intentos, la incapacidad para establecer alianzas matrimoniales entre ambos reinos será una constante durante este

periodo – se establecieron estrechos vínculos de parentesco con las demás monarquías peninsulares.³⁰

Como podemos observar a política matrimonial se baseava em fazer alianças que pudessem beneficiar o rei. No caso específico de Alfonso VIII, essas trouxeram grande ajuda na vitória de Las Navas, como o *Poema* foi escrito antes desta Batalha, consideramos que o monarca castelhano incluiu esse discurso de negociação matrimonial no documento, com finalidades práticas para influenciar a aristocracia a promover e/ou apoiar estas alianças feitas através do casamento.

Por fim, neste Cantar II foram utilizadas situações em que percebemos os discursos de negociação. Destacamos, mais uma vez, o “chamamento” para a guerra contra os mouros. Ou seja, o modo de negociação mais aceito seria a guerra. E ao analisar o contexto do reinado de Alfonso VIII, logo após a derrota em Alarcos, percebemos que o monarca precisou de forte apelo para que conseguisse resgatar a aristocracia guerreira em ideais de Reconquista. Assim, o autor do Poema inseriu ideais religiosos com o intuito prático de incentivar a luta contra os muçulmanos. A outra situação que escolhemos, foi para destacar como as políticas matrimoniais faziam parte da negociação direta no contexto medieval.

3.3.3 Cantar III

Como primeira situação de análise, utilizaremos o episódio conhecido como “Afronta de Corpes”, neste as filhas do *Cid*, são ultrajadas pelos Infantes de Carrion. Como já citado no Capítulo II, os Infantes são o “contra-exemplo” do *Poema*, assim movidos por vingança, principalmente, a respeito do episódio do leão, queriam atingir o *Cid*, por meio do ataque à suas filhas. Conforme, podemos observar:

‘Pidamos nuestras mugieres/ al Çid Campeador;/ digamos que las levaremos/ a tierras de Carrion,/ enseñar las hemos/ do las heredades son; sacar las hemos de Valençia,/ de poder del Campeador,/ despues em la carrera/ feremos nuestro sabor/ ante que nos retrayan/ lo que cuntio del leon./ ¡Nos de natura somos/ de condes de Carrion!/ Avers levaremos grandes/ que valen grant valor;/ ¡escarniremos/ las fijas del Campeador!’ (*PMC*, 124:2543).

O *Cid*, como sempre cauteloso, enviou com suas filhas Félix Muñoz, seu sobrinho, para que as acompanhasse até Carrion. Seguindo jornada até sua cidade, os Infantes

³⁰ LÓPEZ, Ana Rodríguez. A política matrimonial de Alfonso VIII. In: *La consolidación territorial de la monarquía feudal castellana: expansión y fronteras durante el reinado de Fernando III*. Consejo superior de investigaciones científicas. Madrid: Trávilla, 1994. p. 87-88.

chegaram à região do mouro amigo do *Cid*, Abengalbon. E lá planejaram matá-lo para ficar com suas riquezas. Contudo, um dos mouros entendia a língua deles e os escutou tramar a morte do seu senhor e foi alertá-lo. O que resultou num mal-estar entre Abengalvon e os Infantes:

El moro Avengalvon/ mucho era buen barragan,/ com dozientos que tiene/ iva cavalgar. Armas iva teniendo, paros ante los ifantes;/ de lo que el moro dixo/ a los ifantes non plaze:/ ‘Dezid me: ¿que vos fiz/ ifantes de Carrion?/ ¡Hyo sirviendo vos sin art/ e vos consejastes pora mi muert! Si no lo dexas/ por mio Çid el de Bibar/ tal cosa vos faria/ que por el mundo sonas/ e luego levaria sus fijas/ al Campeador leal;/ ¡vos nunqua en Carrion/ entrariedes jamas! (PMC, 127:2671).

Aqui percebemos que o mouro só deixou os Infantes irem embora por respeito a Rodrigo, pois se não fosse isso, “devolveria as filhas do Campeador e mataria os dois”. Um ponto interessante que ressaltamos é que este mouro, por ser amigo fiel do *Cid*, tinha mais honra do que os Infantes, por isso acreditamos que o autor o coloca com tais características que, em tese, pertenceriam aos cristãos.

Ao entrarem na região de Corpes, os Infantes pararam próximo a um bosque com árvores muito altas e ordenaram que todos saíssem, pois queriam ficar a sós com suas esposas. Nesse momento, as filhas do *Cid* percebem que algo de ruim aconteceria com elas, assim imploram:

‘¡Por Dios vos rogamos/ don Diego e don Ferando!/ Dos espadas tenedes/ flertes e tajadores/ -al una dizen Colada/ e al otra Tizon-/ ¡cortandos las cabeças,/ mártires seremos nos!/ Moros e christianos/ departiran desta razon,/ que por lo que nos mereçemos/ no lo prendemos nos;/ ¡atan malos enssienplos/ non fagades sobre nos!/ Si nos fueremos majadas/ abiltaredes a vos,/ retraer vos lo an/ em vistas o en cortes.’ (PMC, 128:2725).

Aqui analisamos o termo “cortes” sendo utilizado, pois dona Elvira e dona Sol, sabiam que se eles concretizassem o planejado, seu pai iria parar nas cortes de Alfonso VI, buscando retaliação pelo ultraje que elas sofreriam.

Mesmo com o aviso das filhas do *Cid*, os Infantes as maltratam e deixam-nas quase desfalecidas:

‘De nuestros casamientos/ agora somos vengados;/ non las deviemos/ tomar por varraganas/ si non fuessemos/ rogados,/ pues nuestras parejas/ non eran pora en braços./ ¡La desondra fel leon assis ira vengando!’ (PMC, 130:2757).

Para nossa análise o que será importante são as consequências que este episódio apresentou. Pois, ao tentarem prejudicar o *Cid*, os Infantes acabam por atingir Alfonso VI. Logo, a honra de ambos ficou manchadas. Por isso, é necessária a retaliação. Assim,

o *Cid* ao saber do ocorrido, manda Muño Gustioz, seu vassalo, pedir justiça ao rei e lhes dá as instruções:

Lieves el mandado/ a Castiella al rey Alfonsso;/ por mi besa le la mano/
d'alma e de coraçõn/ - cuemo yo so su vassalo/ y el es mio señor - /
desta desondra que me an fecha/ los ifantes de Carrion/ quel pese al
buen rey/ d'alma e de coraçõn./ El caso mis fijas,/ ca non gelas di yo;/
quando las han dexadas/ a grant desonor/ si desondra i cabe/ alguna
contra nos/ la poca e la grant/ toda es de mio señor. / Mios averes se me
na levado/ que sobejanos son,/ esso me puede pesar/ com la outra
desonor./ Aduga melos a vistas/ o a juntas o a cortes/ commo aya
derecho/ de ifantes de Carrion,/ ca tan grant es la rencura/ dentro en mi
coraçõn.' (PMC, 133:2903).

Ao fazer um paralelo com o reinado de Alfonso VIII, entendemos nesta situação uma demonstração de apoio direto a parte da aristocracia que for leal e cortesa com o monarca. Outro fator a ser mencionado é o pedido do *Cid* para promover as cortes, ou cúria, para que ele reclame seu direito contra os Infantes. Mais uma vez, destacamos este como um espaço de negociação direta.

Nesse contexto, o outro núcleo que escolhemos para analisar foi a “Restituição moral do *Cid*”, nas cortes de Toledo. Assim, percebemos a importância das cúrias, isto é, das cortes para a negociação e na resolução de determinada situação entre monarquia e aristocracia, ou entre a própria aristocracia.

Alfonso VI, como esperado, se compadeceu da situação do *Cid* e tomou suas dores lhe garantindo a retaliação nas cortes de Toledo:

‘Verdad te digo yo/ que me pesa de coraçõn,/ e verdad dizes en esto/ tu,
Muño Gustioz,/ ca yo case sus fijas/ com ifantes de Carrion./ Fiz lo por
bien,/ que ffuesse a su pro;/ ¿si quier el casamiento/ fecho non fuesse
oy!/ Entre yo e mio Çid/ pesa nos de coraçõn./ Ayudar le [e] a derecho,/
¿sin salve el Criador!/ Lo que non cuidava fer/ de toda esta sazõn,/
andaran mios porteros/ por todo mio reino,/ pregonaram mi cort/ pora
dentro en Toledo;/ que alla me vayan/ cuendes e ifançõnes,/ mandare
commo i vayan/ ifantes de Carrion/ e commo den derecho/ a mio Çid el
Campeador,/ e que non aya rencura/ podendo yo vedallo. (PMC,
133:2954).

Podemos considerar que essa situação também serviu para Alfonso VI se retaliar com o *Cid*. Não apenas pela afronta a sua honra, na situação do ultraje de dona Elvira e dona Sol, mas também por ter desterrado injustamente um de seus melhores vassalos. Este que demonstrou por diversas vezes, não só durante o exílio, sua lealdade.

Na corte de Toledo, Alfonso VI diz:

‘¿Oid, mesnadas;/ si vos vala el Criador! Hyo de que fu rey/ non fiz mas
de dos cortes, la uma fue en Burgos/ e la outra en Carrion. Esta terceira/
a Tolledo la vin fer ou/ por el amor de mio Çid/ el que em buen ora

naçio/ que reçaiba derecho/ de ifantes de Carrion./ Grande tuerto le han
tenido,/ sabemos lo todos nos./ Alcaldes sean desto/ el conde don
Anrrich y el conde don Remond/ y estos otros condes/ que del vando
non sodes./ Todos meted i mientes,/ ca sodes coñosçedores/ por escoger
el derecho,/ ca tuerto non mando yo. (PMC, 137:3129).

O rei definiu os juizes da corte e os mandou analisar o caso com cuidado, e que decidissem o que seja justo. Porém, deixou claro que ele acompanharia o caso de perto, para que não fosse cometida nenhuma injustiça em seu nome.

Por fim, o *Cid* conseguiu a restituição moral e financeira. E o Cantar termina com o casamento de suas filhas com os reis de Navarra e Aragão; com Rodrigo Diaz já de volta à corte de Castela, porque conseguiu o perdão de Alfonso VI, e o autor termina o *Poema* demonstrando como o *Cid* se tornou o senhor de Valência. Assim, percebemos o consentimento de um senhorio ao vassalo que foi fiel e merecedor, devido, principalmente, às suas conquistas territoriais: melhor forma de negociação.

Conforme demonstra Bruno Gonçalves Alvaro,³¹ a monarquia não podia marcar presença constante em seus territórios, por isso utilizava como estratégia as doações de senhorios. Contudo, isso se tornava uma via de mão dupla que ao mesmo tempo em que possibilitava à monarquia agir em seu legítimo espaço de ação, também fortalecia o poder da aristocracia local. Nesse sentido que atribuímos os ideais propagandísticos de Alfonso VIII, porque era necessário que os mantivessem em consonância com seu poder monárquico. Para isso era necessário que houvesse diálogos constantes entre essas duas instâncias políticas e reafirmamos que a negociação era o principal meio para amenizar as tensões que poderiam surgir.

Por fim, neste *Cantar*, destacamos como discursos de negociação a relação de empatia da monarquia com a aristocracia, pois ao assumir a “desonra” do *Cid* para si, o rei quer demonstrar que se tratando de um bom vassalo, ele vai proteger e fazer com que suas perdas sejam restituídas. Mas para que seja considerado merecedor desta “bondade” senhorial, é necessário que a aristocracia cumpra pré-requisitos que são distribuídos no decorrer do *Poema*. Com relação à segunda situação, percebemos a importância, mais uma vez, das cortes. Estas que foram tão utilizadas no reinado de Alfonso VIII para promover um melhor diálogo entre o poder monárquico com o local. Provavelmente, este monarca queira transmitir para os leitores do *Poema* que esse seria o espaço legítimo para

³¹ ALVARO, Bruno Gonçalves. *As Veredas da Negociação: Uma Análise Comparativa das Relações entre os Senhorios Episcopais de Santiago de Compostela e de Sigüenza com a Monarquia Castelhana-Leonesa na Primeira Metade do Século XII*. Tese (doutorado) – UFRJ/IH/ Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2013. p. 223.

fazer as negociações, pois isso não seria preciso “conspirar”, ou se voltar contra o rei, por algo que poderia ser resolvido nesses locais.

3.4. EM DIREÇÃO A LAS NAVAS DE TOLOSA

É indubitável que Alfonso VIII participou e foi derrotado, na batalha de Alarcos, fato que marcou bastante o seu reinado. Contudo, dezessete anos depois, venceu os muçulmanos no confronto mais famoso da história da Reconquista: a batalha de Las Navas de Tolosa (1212). Assim, sepultando as pretensões muçulmanas em al-Andaluz e associando definitivamente a mentalidade de cruzada à Reconquista.

Defendemos que o monarca castelhano atingiu seu objetivo ao sugerir e apoiar a composição do *Poema de Mio Cid*, este que conseguiu despertar o ideal guerreiro em parte da aristocracia cristã. Tornando a luta contra os muçulmanos uma fonte de prestígio internacional para os castelhanos.³²

Dessa forma, quando as tréguas com o Império Almôada expiraram, em 1210, Alfonso VIII decidiu não as renovar e preparou-se para um confronto decisivo. Castela, aliada com Aragão, que também atacou os almôadas em 1210, e com Leão, graças ao casamento de Alfonso IX e Dona Berenguela decidiram se organizar para atacar os muçulmanos.

O infante Don Fernando, filho de Alfonso VIII, foi um dos maiores defensores da não-renovação da trégua com os almôadas e escreveu ao papa Inocêncio III, em 1210, explicando seus desejos. O Papa respondeu nesse mesmo ano incentivando os bispos hispânicos a proporem guerra em suas respectivas dioceses e concedendo aos participantes os mesmos direitos que os cruzados³³. Assim, essa Cruzada foi pregada por todos os reinos ibéricos e, até mesmo, aos além Pirineus, como veremos adiante.

Ante a organização dos cristãos, os almôadas responderam pregando também a “Guerra Santa”. Deste modo, os muçulmanos conseguiram reunir na Península um exército de mais de duzentos mil homens, um número que Martínez Díez, considera “casi impensable para el siglo XIII”.³⁴ Com uma enorme força, os Almôadas lançaram uma campanha bem-sucedida contra o forte e as terras de Salvatierra, em 1211.

Os castelhanos tiveram que enfrentar essa ameaça gigantesca. E mesmo após a morte do jovem Infante Don Fernando, por uma febre, Alfonso VIII intensificou sua

³² GONZÁLEZ, Julio. op. cit., p. 44.

³³ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. *Alfonso VIII, Rey de Castilla y Toledo*. Burgos: La Olmeda, 1995. p. 174.

³⁴ *Ibidem*, p. 175.

campanha de recrutamento. E enviou o arcebispo de Toledo, Rodrigo Jiménez de Rada, para a França, onde o rei Felipe Augusto o recebeu friamente, e para Provenza, local em que os trovadores já estavam chamando para à Cruzada. Além disso, o monarca castelhano enviou seu médico inglês Arnaldo para o território inglês da Gascuña e de Poitou, onde o recrutamento foi bem-sucedido. Por outro lado, Alfonso VIII também escreveu ao Papa pedindo-lhe para que os franceses ajudassem.³⁵

A reunião proposta por Alfonso VIII ocorreu em Toledo, em 1212, e ali começaram a se organizar. Podemos citar como participantes os cidadãos das regiões de Gascuña, Poitou, Provenza e alguns nobres franceses e italianos. Segundo a *Primera Crónica General*:

(...) Llamadas sus yentes, et ayuntadas con sus armas et sus uiandas et todos los otros guisamientos que aduzien como era mester para la batalla, et sobre todo los coraçones de todos abiuados et alçados para la batalla contra los enemigos, cogieronse todos apriessa con su rey noble et bien andant, et dieron consigo en la çipdad de Toledo.³⁶

Segundo Martínez Díez, o número de estrangeiros era “2.000 caballeros con sus pajes, 10.000 jinetes y 50.000 peones”.³⁷ Além desses, as tropas de Pedro II de Aragão e, embora muito tarde, Sancho VII de Navarra com 200 cavaleiros. Quem não compareceu foi Alfonso IX, pois aproveitou a oportunidade para ocupar alguns castelos que disputava com Alfonso VIII, além de perseguir os portugueses. Devido aos ataques do rei de Leão, os guerreiros portugueses não puderam juntar-se formalmente ao exército da Cruzada, embora tivessem enviado alguns voluntários.

Como podemos supor, o esforço econômico feito por Alfonso VIII para manter esse número de pessoas em Toledo foi enorme. Portanto, o rei castelhano teve que pedir recursos ao clero, que acabou cedendo a metade de suas rendas daquele ano para seu rei e senhor.³⁸

Administrar uma multidão tão diversificada de cruzados deve ter sido uma tarefa difícil. No entanto, Alfonso VIII cumpriu o seu dever com grande maestria, inclusive foi bastante elogiado por Jiménez de Rada. Em todo caso, como o próprio toledano nos informa, o rei castelhano teve que fazer muitos sacrifícios para manter os cruzados felizes:

³⁵ GONZÁLEZ, Julio. op. cit., p. 241.

³⁶ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón; SOLALINDE, Antonio G.; CORTÉS, Manuel Muñoz e PÉREZ, José Gómez (col.). *Primeira Crónica General de España que mando componer Alfonso el Sabio e se continuaba bajo Sancho IV en 1289*. Madrid: Seminario Menéndez Pidal & Gredos. 2 vols. 1955. p. 688.

³⁷ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. op. cit., p. 182.

³⁸ *Ibidem*. p. 191.

Y como aumentaba por días el número de los que lucían en su cuerpo la señal del Señor, a fin de que no se sintiesen agobiados por las estrecheces de la ciudad, el noble rey, deseoso de velar por el bien de ellos, puso a su disposición unos amenos jardines en las afueras de la ciudad, junto al cauce del Tajo – que habían sido plantados para el descanso de las labores de la real majestade - , con la finalidad de que se protegiesen de la dureza del sol con la sombra de los árboles; y fabricados unos alojamientos con los árboles frutales, permanecieron allí, a expensas del rey, hasta el día de la partida para la batalla.³⁹

Ou seja, Alfonso VIII tinha que alimentar a multidão e hospedá-la no jardim de seu palácio particular, em cabanas construídas com os galhos de suas árvores frutíferas. Na região do rio Tajo, local arejado, para evitar pestes e separá-los da cidade, para evitar conflitos entre a população local e o exército cruzado. Assim esperavam a chegada de Pedro II de Aragão e seu exército. O rei aragonês antecipou seus homens, chegando oito dias após o Pentecostes, e foi alojado no jardim do rei.⁴⁰ Em 20 de julho, o exército cristão avançou para o sul, ocupando numerosas fortalezas muçulmanas. No entanto, a insistência dos peninsulares em respeitar as vidas dos inimigos vencidos acirrava os “cruzados ultramontanos”.⁴¹ Além disso, suportavam mal o calor. Por outro lado, o avanço teve que ser cauteloso, já que os muçulmanos tentaram dificultar com alguns truques militares.

Todas essas dificuldades e contratempos contribuíram para desencorajar os cruzados ultramontanos. Assim, após a captura de Calatrava, quase em vista do grande exército almôada, a maioria dos ultramontanos renunciaram e decidiram voltar. Segundo Martínez Díez, apenas um grupo de “130 caballeros con algunos servidores, en total un conjunto de alrededor de 150 hombres”⁴² ficou com os peninsulares. Os desertores foram a Toledo, provavelmente, com a intenção de renovar os ultrajes que haviam cometido durante sua primeira investida. No entanto, os habitantes da cidade fecharam as portas e só sobrou partir para o norte entre insultos e provocações.⁴³

Como consequência, o exército cristão ficou sem a maioria do apoio ultramontano. Muito próximo dos almôadas, mas separado deles pelas montanhas da Sierra Morena, era necessário superar este obstáculo. No entanto, os muçulmanos mantinham todos os “puertos guardados”. Por esta razão, um conselho emergencial

³⁹ JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los Hechos de España*. Madrid: Alianza Universidad, 1989. p. 308.

⁴⁰ *Ibidem*. p. 313.

⁴¹ GONZÁLEZ, Julio. *op. cit.*, p. 156.

⁴² MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. *op. cit.*, p. 186.

⁴³ *Ibidem*. p. 191.

encontrou-se na tenda de Alfonso VIII para decidir o que fazer.⁴⁴ Concluída a deliberação, apareceu inesperadamente um pastor local, que se ofereceu para mostrar ao monarca castelhano uma entrada que não estava protegida.

Os cristãos verificaram que não era uma armadilha e voltaram esperançosos ao acampamento. A travessia foi concluída, de modo que em 14 de julho o exército cruzado surpreendeu os almôadas nas *Navas de Tolosa*.⁴⁵ A batalha que se seguiu, em 16 de julho, foi muito parecida com a de Alarcos, só que os cristãos aprenderam as táticas usadas pelos muçulmanos e as colocaram em prática a seu favor. Conforme a *Primera Crónica General*, “(...) esta batalla fue muy grand et una de las famadas cosas del mundo, assi uinieron y yentes de muchas partes del mundo, et cuenta quales et de quales tierras et como guisadas, et diz luego que unieron y grandes omnes de las Gallias”.⁴⁶

Quando a batalha começou, os cristãos avançaram imparáveis, antes da retirada tática dos almôadas. Com essa manobra, que já havia sido usada em Alarcos, os muçulmanos tentaram desgastar o ataque cristão. No entanto, desta vez a tática teve efeito, e chegou com potência à primeira linha muçulmana que caiu com extrema facilidade. Também derrubaram, com um pouco mais de dificuldade, a segunda linha. Com isso chegaram a terceira, formado pela nata do exército almôada. Neste ponto, a luta estabilizou-se e muitas mortes ocorreram em ambos os lados.⁴⁷

O califa almôada estava observando de uma colina e decidiu que era hora de usar seu séquito, para tentar impedir o exército cristão, como foi feito em Alarcos. O ataque do califa foi eficaz e alguns “cuerpos cristãos” ficaram desorientados e fugiram. Nesse sentido, os cristãos mal conseguiam manter as linhas, embora continuassem resistindo e tentando recuperar a vantagem duramente. Então, Alfonso VIII, que estava no comando da retaguarda cristã, encarregou-se disso, decidido a vencer ou morrer na tentativa. Os cristãos tiveram sorte e a nova investida conseguiu oprimir os muçulmanos, que começaram a fugir⁴⁸. A derrota foi generalizada, e os cristãos conseguiram desorientar até mesmo o famoso grupo “de negros y moros” (acorrentando um ao outro para que a linha não cedesse) que constituía a guarda pessoal do califa.⁴⁹

⁴⁴ Ibidem. p. 191-192.

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. op. cit., p. 689.

⁴⁷ GONZÁLEZ, Julio. *El reino de Castilla en la época de Alfonso VIII*. Madrid: CSIC, 1960. p. 231.

⁴⁸ Ibidem. p. 237.

⁴⁹ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. op. cit., p. 204.

Em seguida, os cristãos saquearam o acampamento do califa, onde obtiveram muitos espólios. Depois, perseguiram os muçulmanos que sofreram com um número muito grande de baixas. Foram os cristãos castelhanos que mais se empenharam na perseguição, já que o arcebispo de Toledo, temendo que a ganância os fizesse perder a oportunidade de consolidar a sua vitória, havia anunciado no dia anterior que aqueles que perdessem tempo saqueando ao invés de perseguir os infiéis seriam excomungados. No entanto, os outros cristãos peninsulares dedicaram-se a saquear o campo, coletando vasto espólio.⁵⁰

Além desse saque e da enorme vantagem moral obtida, os cristãos conseguiram tomar, nos dias seguintes à batalha, numerosos pontos fortes na Sierra Morena. Com isso, conseguiram o controle da passagem à Andaluzia, que seria fundamental para a posterior conquista de Córdoba e Sevilla com Fernando III. No entanto, uma praga atacou o exército cristão durante a sua estadia em Ubeda, por isso tiveram que deixar a cidade e voltar para Toledo “sin poder sacar todavía más partido de su victoria”.⁵¹ Os habitantes de Toledo receberam com muito orgulho e satisfação as tropas castelhanas.

Apesar do cansaço do exército e tendo perdido a vantagem inicial com a doença, os castelhanos, naquele mesmo ano e no seguinte, aproveitaram o enfraquecimento dos almôadas para realizar outras conquistas de lugares importantes. Estes foram apenas interrompidos por uma “hambruna”/fome horrível que abalou Castela, durante os anos de 1213 e 1214. A grande fome forçou Alfonso VIII a conceder uma trégua aos almôadas⁵².

3.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Percebemos que negociar com os mouros era uma saída para evitar conflitos, contudo Castela estava inserida numa situação de fronteira, que sempre mudava o espaço político. Deste modo, além de distribuir mecanismos que poderiam ser utilizados como negociação com os mouros, o rei também incentivava o conflito direto, caso estes não se submetessem aos seus vassallos cristãos.

Neste sentido, consideramos tanto o *Poema* como seu personagem, o *Cid* exemplos dos discursos de negociação e características propagandísticas do reinado de Alfonso VIII, que deveriam ser seguidos pelos homens de fronteira, logo, a aristocracia guerreira. Acreditamos que o autor quis mostrar a existência de tensões constantes,

⁵⁰ JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. op. cit., p. 305.

⁵¹ MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. op. cit., p. 204.

⁵² Ibidem, p. 211.

principalmente, por parte da aristocracia, mas interpretar somente este tipo de relação seria ignorar o nível de relações focadas em uma mútua dependência entre a aristocracia e a monarquia. É perceptível que as tensões existiam, mas não foram o único aspecto relacional entre as duas instâncias políticas.

Ressaltando que o contexto social e político que estavam inseridos o *Cid* e Alfonso VI, se assemelhavam aos de Alfonso VIII, isto é, bastante conturbado. Paralelamente, a fronteira se consolidava com a repovoamento de antigas cidades como Madrid, Coria, Guadalajara, Talavera, Mora e Uclés. Depois dessas conquistas, os reinos muçulmanos de Sevilha, Badajoz e Granada pediram ajuda aos almorávidas do norte das terras da África, fato que provocou que este povo belicoso e ortodoxo, que provinha dos territórios do Marrocos, vencesse o rei Alfonso na batalha de Sagrajas (Zalaca), em 1086, provocando maus tempos para o império castelhano com as derrotas posteriores de Consuegra (1097) e Uclés (1108).

Assim, a situação da Península no final do século XI era tão delicada e grave para os cristãos, quanto a de Alfonso VIII que havia acabado de perder uma importante batalha em Alarcos e precisava de ajuda para reanimar os ideais guerreiros de sua aristocracia para conter os avanços muçulmanos. Logo, reafirmamos que o ambiente no qual foi forjado o *Cantar*, e o personagem do *Cid* foi reivindicado como um exemplo a ser seguido pelos cristãos em sua luta na fronteira por isso reavivar os ideais de Reconquista, presentes no contexto social e político de Alfonso VIII era preciso.

Por fim, argumentamos que, com as situações que analisamos em cada *Cantar*, o monarca castelhano quis disseminar tanto características propagandistas que sua aristocracia deveria seguir, quanto discursos de negociação, com o intuito de criar situações específicas em que seus vassalos pudessem negociar. Assim, os espaços legítimos para isso deveriam ser utilizados: as cortes. Porque existia a necessidade deste monarca em demonstrar que poderia haver diálogo e que a negociação seria o principal meio para amenizar as tensões que poderiam surgir com sua aristocracia.

Ao diminuir as tensões dentro do seu reinado, e distribuir características a serem seguidas por sua aristocracia cristã e guerreira, bem como com mecanismos de negociações, Alfonso VIII conseguiu seu objetivo de levar um grande contingente em sua investida contra os muçulmanos, fato que culminou na grande vitória de Las Navas de Tolosa.

CONCLUSÃO

Como podemos perceber, através de nossa pesquisa, desde a adolescência Alfonso VIII teve que lidar com uma conturbada situação para reconquistar o território de Castela, que estava sob posse de parte da aristocracia castelhana, como consequência da menoridade do monarca. Após neutralizar os problemas internos de Castela, necessariamente os conflitos com os Lara e os Castro, Alfonso VIII, compreendendo as vantagens de uma aliança contra o “inimigo comum” almôada, negociou com todos os reinos cristãos da Península Ibérica e conseguiu firmar o tratado de Cazola com Alfonso II de Aragão, cujo objetivo seria dividir os territórios “reconquistados”.

Por isso, seu reinado é lembrado pela historiografia, tanto pelo seu papel na Reconquista, em que levou à queda do Califado Almôada, quanto pelo domínio de Castela sobre Leão e pela aliança com Aragão, tornando o reino deste monarca castelhano o mais poderoso da região naquele período.

Interessante destacar que na Península Ibérica, a mentalidade de cruzada penetrou pouco a pouco por entre a aristocracia, em parte graças à imigração de cavaleiros franceses. Mas é necessário ressaltar que o episódio conhecido como a “Tomada de cuenca”, citado no Capítulo II, foi importante porque marcou um programa próprio de governo, que posteriormente se converteu nos ideais da Reconquista, como um dos suportes essenciais do seu reinado.

Como analisado nesta dissertação, após refundar a cidade de Plasencia em 1186, conquistada pelos mouros, Alfonso VIII relançou o movimento da Reconquista com o objetivo de integrar a aristocracia castelhana na sua causa, e recuperar parte de *La Rioja* da posse de Navarra. Depois da quebra das tréguas com o Califado Almôada, em 1195 Alfonso amparou a cidade de Alarcos, nessa época o enclave mais importante da região. Na batalha que se seguiu, foi derrotado pelo califa muçulmano e perdeu toda a região. A fronteira de Castela com o império almôada ficou 17 anos nos Montes de Toledo, ameaçando a própria cidade de Toledo e a região do vale do rio Tejo.

Segundo Ricardo da Costa¹, Alfonso VIII participou e foi derrotado, na batalha de Alarcos, fato que marcou bastante o seu reinado. Sendo que, dezessete anos depois, venceu os muçulmanos no confronto mais famoso da história da Reconquista: a batalha de Las Navas de Tolosa (1212). Assim, sepultando as pretensões muçulmanas em al-

Andaluz e associando definitivamente a mentalidade de cruzada à Reconquista.

A Reconquista teve, portanto, um caráter militar que se revestiu com uma áurea religiosa capaz de dar a ela sentido e coesão e permitiu ao rei transformar-se em defensor perpétuo da pátria, nobre e cavaleiro, um ideal guerreiro característico da casta nobiliária medieval. Mas o sentido da *Reconquista* não era apenas o de acumular território, consequência do crescimento demográfico dos séculos XI a XIII. A bula promulgada pelo papa Pascoal II em 1102 legitimou o avanço sobre os muçulmanos como uma guerra justa e santa, responsabilizando a população castelhana cruzadista por defender o ideal de cristandade permanentemente.

Se, por um lado, os reis e a aristocracia não necessitavam da Igreja como intermediária para sua salvação, pois podiam alcançá-la através da guerra contra o infiel, a Igreja precisava do rei e dos castelhanos para recobrar seu território. Apesar de não figurar, na história espanhola, como uma das três ordens características dos reinos francos medievais, a atuação da Igreja contra os mouros e árabes na Península Ibérica ajudou a reforçar a convicção da existência de uma conexão direta entre os cristãos de Castela e seu rei com Deus.

Nesse contexto, procuramos defender o uso da literatura como pertencente ao “projeto político” de Alfonso VIII, isto é, o *Poema de Mio Cid* como objeto de fortalecimento do poder monárquico, além de disseminador de discursos de negociação, baseados no uso da guerra e na utilização das terras como mecanismos para tal. Logo, ao sugerir e incentivar a produção do *Poema*, este se mostrou como um perfeito produto ideológico político da corte desse monarca castelhano, isto é, acabou sendo uma obra desenvolvida a partir da confluência de interesses e baseada na necessidade do monarca castelhano.

Dessa forma, refutamos que o objetivo desse monarca castelhano era seguir os mesmos passos de seu avô, Alfonso VII, ao tentar constituir um *Imperium*. Contudo, como podemos perceber, este ideal esbarrou com uma realidade político-social que não permitia uma centralização do poder real. Por isso foi necessário investir em mecanismos que auxiliassem Alfonso VIII em sua investida contra os mouros, para nossa análise escolhemos o *Poema de Mio Cid* como esta representação, já que nele são apresentados as características propagandistas que o monarca tinha interesse em divulgar, além de si-

¹ COSTA, Ricardo da. Amor e crime, Castigo e Redenção na Glória da Cruzada de Reconquista: Afonso VIII de Castela nas batalhas de Alarcos (1195) e Las Navas de Tolosa (1212). *Revista Brasileira de História Militar*: Rio de Janeiro, Ano I, Nº 2, agosto de 2010. p. 13.

tuações em que percebemos os discursos de negociação calcados na relação do *Cid* com os conflitos externos ao seu reino, somados ao uso das terras conquistadas e sua relação com Alfonso VI.

Assim como Bruna Mota², defendemos a atuação do poder no medievo pelo seu caráter pluralista. Logo, argumentamos que no reinado de Alfonso VIII as cortes/cúrias exerciam importância no relacionamento entre monarquia e aristocracia, pois se configuravam como espaços legítimos de negociação. Compreendemos esta estrutura dinâmica e multifacetária da política na sociedade senhorial castelhano-leonesa cuja há relação entre as Cúrias e as concepções sobre a organização política corporativa.

Frente à realidade da necessidade de negociações senhoriais estabelecidas por Alfonso VIII, encontrava-se a intenção do poder monárquico de frear as ações contrárias dos principais e mais influentes aristocratas do reino. Todavia, concomitantemente à ação real estava a reação da aristocracia castelhano-leonesa que não via com bons olhos a pretensão de extensão da jurisdição monárquica aos territórios que se encontravam em sua tutela jurisdicional.

Ao analisarmos a política desenvolvida por Alfonso VIII, compreendemos que na tentativa de fortalecimento de seu poder monárquico havia a necessidade de negociar para assegurar a sua posição e os seus preceitos de governo dentro do conjunto de forças que integravam a política da sociedade senhorial castelhana. Contudo, com a ameaça dos almôadas e os conflitos internos dos que colocavam seus interesses acima das necessidades do reino, esquecendo seu dever para com seu senhor, era preciso a “criação” de um personagem que servisse como propaganda, isto é, que sua “virtude” demonstrasse à aristocracia laica como deveriam agir.

Nesse sentido, destacamos que: moderação, lealdade, gentileza, piedade religiosa, e força bélica foram a marca da “propaganda” de Alfonso VIII. Assim, Rodrigo Díaz foi caracterizado como um grande cavaleiro, habilidoso no campo de batalha como nenhum outro, nobre e cortes de coração, fiel ao seu rei e temente a Deus, que, agindo seguindo esses princípios, alcançou prestígio e riqueza³.

Por isso reafirmamos que para compreender a intenção do documento foi preciso analisar o contexto em que ele foi produzido e transmitido. Em 1173 os almôadas já co-

² MOTA, Bruna Oliveira. *E por esta razão conuino que fuessen los reyes, e lo tomassen los omes por señores; uma análise da legitimidade, autoridade e poder no reinado de Alfonso X através das suas redes de negociações senhoriais (1252-1284)*. – Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão 2018.

³ FLETCHER, R. *Em busca de El Cid*. São Paulo: Unesp. 2002. p. 257.

ntrolavam quase todo o território do al-Andaluz e os domínios castelhanos se viam novamente divididos e, com a morte de Sancho III, seu filho menor de idade, Alfonso VIII, assumiu o reino. As disputas pela regência de Castela só tiveram fim com a maioria do rei em 1169. Entretanto, a ameaça almôada crescia cada vez mais e, em 1195, os castelhanos sofreram uma derrota decisiva contra os muçulmanos na batalha de Alarcos. Apenas em 1212, Alfonso VIII conseguiu conter o avanço deles na batalha de Las Navas de Tolosa. Logo, o *Poema* foi produzido no período entre as duas principais guerras do reinado deste monarca, em que era primordial o apoio da aristocracia, tanto para investir contra os almôadas, quanto para tentar executar o “projeto político” do monarca castelhano de tornar Castela o reino mais importante da região.

Apesar da tentativa deste monarca de buscar uma centralização do poder, não podemos afirmar que seu reinado se esbarrou nesta configuração política. Em nossa pesquisa, percebemos que as relações entre Alfonso VIII e a aristocracia guerreira se fundamentaram em constantes negociações, procuramos demonstrar no *Poema* os mecanismos, isto é, os discursos transmitidos pelo monarca castelhano para tal empreitada. Estas que eram baseadas no consentimento de senhorios, por isso, era de extrema importância “recuperar” os territórios ocupados pelos almôadas.

O uso didático do *Poema* não é descartado por alguns especialistas. José Rivair Macedo em seu texto *Mouros e Cristãos: A Ritualização da Conquista no Velho e no Novo Mundo* comentou a utilização do *Cantar (Poema) de Mio Cid* para divulgar imagens e valores relacionados à cristandade e na transformação do *Cid* como um exemplo a ser copiado⁴. O texto de Jordi Pastor vai pelo mesmo caminho: a ideia que o pesquisador defende é a de que o *Poema* tenha sido escrito por um habitante da fronteira para a fronteira. Dessa maneira, o personagem mitificado de *El Cid* serviria para arrebatar as pessoas em um romance envolvente e, ao mesmo tempo, didático, gerando um exemplo a ser seguido. Pastor conclui dizendo que o *El Cid* encontrado no documento deveria ser enxergado como “a esperança da sociedade da época”⁵. Mas, para estes autores, não existe consenso sobre quem mandou produzir este documento para tais fins educativos. Por isso, salientamos que nossa pesquisa serviu tanto para colaborar com os “estudos cidianos”, como para contribuir acerca do reinado de Alfonso VIII.

⁴ RIVAIR, José Macedo. *Mouros e Cristãos: A Ritualização da Conquista no Velho e no Novo Mundo*, http://páginas.terra.com.br/arte/gtmedieval/mouros_e_cristaos.pdf. Acessado no dia 14-03-2019.

⁵ PASTOR, Jordi P. *A Representação do Cavaleiro na Épica Espanhola: o Cid Campeador, um Cante de Fronteira*. <http://www.hottopos.com/rih8/jordi.htm>. Acessado no dia 14-03-2019.

Todavia, além de feitos importantes para a política, podemos destacar outras importantes realizações desse monarca castelhano, no âmbito cultural. Na verdade, ele governou Castela no período do famoso "renascimento do século XII". Além disso há a criação da Universidade de Palência, a primeira da Península, cerca de 1212; o estilo gótico é adotado; avançou a organização cultural da sociedade, apoiada pelo surgimento da escrita, do direito e da reflexão intelectual; a moeda é cunhada pela primeira vez, em ouro maravedí, como imitação do dinar almorávida; e uma nova onda de influência bizantina e europeia nas artes plásticas é aceita⁶.

Ainda nesse sentido, estes anos deixaram testemunhos arquitetônicos e esculturais tão impressionante como o mosteiro cisterciense de Las Huelgas, em Burgos, parte do famoso claustro de Santo Domingo de Silos, chamado de Palácio de Galiana em Toledo, etc. Em suma, os anos correspondentes ao reinado de Alfonso VIII, 1158 a 1214, moldaram a direção política e cultural de Castela.

É interessante destacar a importância do nosso documento de análise para além do período medieval. Nesse sentido, citamos a obra de Menendez Pidal que, na última década do século XIX⁷, tentou construir uma identidade espanhola fundada em valores castelhanos. Assim, se valeu de uma "tática" medieval, ao buscar exemplos do passado para "levantar a moral" de seu país, através do uso de tempos remotos para legitimar um ideal, neste caso: o nacionalismo espanhol. No prefácio e na conclusão da primeira edição de *La España del Cid*⁸, o historiador admitiu que sua obra tinha um caráter didático. Conforme, Fletcher: "Menéndez Pidal tinha lições a ensinar à sua geração, talvez de forma muito semelhante ao autor do Poema de mio Cid, que tinha lições – bastante semelhante, por sinal – a ensinar para a versão de Pidal"⁹.

Por fim, acreditamos que o interesse de Alfonso VIII em utilizar a "literatura de corte" para auxiliar em sua política de governo foi, mais tarde, utilizada por Fernando III e Alfonso X, já que herdaram uma construção simbólica e ideológica das quais se apoiaram que tinha como uma de suas bases a produção textual de caráter histórico com fins didáticos. Dessa forma, acreditamos que Alfonso VIII munido dos ideais de

⁶ GARCÍA DE CORTÁZAR, José. *Cultura en el reinado de Alfonso VIII de Castilla: signos de un cambio de mentalidades y sensibilidades. II Curso de Cultura Medieval*. Seminario: Alfonso VIII y su época. Madrid: Centro de Estudios del Románico, 1992.

⁷ Período considerado de humilhação para a Espanha, com a decadência econômica e a perda de territórios em derrotas contra os Estados Unidos.

⁸ MENDÉNDEZ PÍDAL, Ramón. *La España del Cid*, Madrid: Espasa-Calpe. 1950.

⁹ FLETCHER, R. *Em busca de El Cid*. São Paulo: Unesp. 2002. p. 264.

Reconquista e de Cruzada, acabou por influenciar os futuros reis de Castela, que começaram a projetar sobre si, em pleno século XIII, uma aura que procurava lhes conceder uma inigualável proeminência em relação aos demais monarcas cristãos. Eles se representavam como reis cruzados que vinham empreendendo uma “guerra santa” por séculos, na fronteira ocidental contra os “supostos inimigos” da fé cristã e assim conseguiram assimilar novos territórios à seus reinados, fato que facilitou nas negociações com a aristocracia, visto que, estas se baseavam no uso da terra para o bom mantimento das relações sociais. Logo, fortalecia o poder real e mantinha o funcionamento do reino.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

A) FONTES E DOCUMENTOS

ANÔNIMO. *Poema de Mio Cid*. Edición de Alberto Montaner Frutos. Madrid: Critica, 2003.

ANÔNIMO. *Poema de Mio Cid*. Edición de Colin Smith. 22 ed. Madrid: Catedra, 2008.

ANÔNIMO. *Poema de Mio Cid*. Tradução de Maria Socorro Almeida. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CRÓNICA DE VEINTE REYES. Ed. Fernando Ruiz Asencio. Burgos: Ayuntamiento de Burgos, 1991.

JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de los Hechos de España*. Madrid: Alianza Universidad, 1989

JIMÉNEZ DE RADA, Rodrigo. *Historia de Rebus Hispaniae sive Historia Gothica*, en *Corpus Christianorum. Continuatio Mediaevalis*, ed. J. Fernández Valverde; trad. castellana del mismo autor, 1987.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón; SOLALINDE, Antonio G.; CORTÉS, Manuel Muñoz e PÉREZ, José Gómez (col.). *Primera Crónica General de España que mandó componer Alonso el Sabio e se continuaba bajo Sancho IV en 1289*. Madrid: Seminario Menéndez Pidal & Gredos. 2 vols. 1955. Tomo I. Disponible para consulta em: <https://bibliotecadigital.jcyl.es/es/consulta/registro.cmd?id=16550>. Último Acceso: 22/02/2019.

PIÑERO VALVERDE, María de la Concepción. *O Poema de Mio Cid: Subsídios para uma Tradução Brasileira*. Disponível em: <http://www.hottopos.com/notand3/miocid.htm>. Último acesso: 03/05/2016.

B) BIBLIOGRAFIA

ALVAR, Carlos. Política y poesía: la corte de Alfonso VIII. Espanha: Universitat de Girona, *Revistes Catalanes amb Accés Obert (RACO)*, nº 1, vol. 1, 2002. Disponível em: <https://www.raco.cat/index.php/Msr/article/view/254663>. Último Acceso em: 24/04/2019. p. 52-53.

ÁLVAREZ BORGE, Ignacio Borge. *Cambios y alianzas: la politica regia en la frontera del Ebro en el reinado de Alfonso VIII de Castilla (1158-1214)*. Madrid, Consejo superior de Investigaciones Científicas, Biblioteca de Historia, nº 66, 2008.

ALVARO, Bruno Gonçalves. *A Construção das Masculinidades em Castela no Século XIII: Um Estudo Comparativo do Poema de Mio Cid e da Vida de Santo Domingo de*

Silos. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2008, 174 f.

ALVARO, Bruno Gonçalves; SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. Poema de Mio Cid e a Vida de Santo Domingo de Silos: um estudo comparativo a partir de dois textos do século XIII. *Ponta de Lança*, São Cristóvão, v.3, n. 6, abr. - out. 2010.

ALVARO, Bruno Gonçalves. *As Veredas da Negociação: Uma Análise Comparativa das Relações entre os Senhorios Episcopais de Santiago de Compostela e de Sigüenza com a Monarquia Castelhana-Leonesa na Primeira Metade do Século XII*. Tese (doutorado) – UFRJ/IH/ Programa de Pós-Graduação em História Comparada, 2013, 280 f.

ANDERSON, Perry. *Passagens da antiguidade ao feudalismo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ARIZALETA, Amaia; JEAN-MARIE, Stéphanie. *En el umbral de santidade: Alfonso VIII de Castilla*. Université de Toulouse – Le Mirail, 2006.

BARTHÉLEMY, Dominique. Senhorio. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. (Coord.). *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*. Bauru, SP; São Paulo, SP: EDUSC; Imprensa Oficial do Estado, 2002. 2v. V. 2, p. 465-476.

BARUQUE, Julio Valdeón. *El Feudalismo*. España: Alba Libros S. L., 2005.

BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. Trad. Marcelo Rede. São Paulo: Globo, 2006.

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. São Paulo: *Estudos Avançados*. Vol. 5. N. 11, 1991.

COSTA, Ricardo da. Amor e crime, Castigo e Redenção na Glória da Cruzada de Reconquista: Afonso VIII de Castela nas batalhas de Alarcos (1195) e Las Navas de Tolosa (1212). *Revista Brasileira de História Militar*: Rio de Janeiro, Ano I, Nº 2, agosto de 2010.

DUGGAN, Joseph J. *The Cantar de mio Cid. Poetic Creation in its Economic and Social Contexts*. Cambridge: Cambridge UP, 1989.

ESCALONA MONGE, Julio. Misericordia regia, es decir, negociemos: Alfonso VII y los Lara en la "Chronica Adefonsi imperatoris". In: ALFONSO ANTÓN, María Isabel; ESCALONA MONGE, Julio; MARTIN, Georges. (Coord.). *Lucha política: condena y legitimación en la España medieval*. Lyon: ENS Éditions, 2004.

- FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- FLETCHER, Richard. *Em Busca de El Cid*. São Paulo: Unesp, 2002.
- FLORI, Jean. *A Cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da Idade Média*. São Paulo: Madras, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Ed. Loyola, 2004
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FRADEJAS LEBRERO, José. *Estudios épicos: El Cid*. Ceuta: Instituto Media, 1962
- GANSHOF, F. L. *O que é feudalismo?* Lisboa: Europa-América, 1959.
- GARCÍA DE CORTÁZAR, José. Cultura en el reinado de Alfonso VIII de Castilla: signos de un cambio de mentalidades y sensibilidades. *II Curso de Cultura Medieval*. Seminario: Alfonso VIII y su época. Madrid: Centro de Estudios del Románico, 1992.
- GARCÍA DE CORTÁZAR. *Historia de la Edad Media: una síntesis interpretativa*. Madrid, Alianza Ed., 1999.
- GARCÍA FITZ, Francisco. *Castilla y León frente al Islam: estrategias de expansión y tácticas militares (siglo XI-XIII)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2005,
- GARCÍA FITZ, Francisco. La Reconquista: un estado de la cuestión. *Clio & Crimen*, Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango, n. 6, 2009, p. 201.
- GARCÍA FITZ. *Las Navas de Tolosa*. Barcelona: Ariel, 2008.
- GONZÁLEZ, Julio. *El reino de Castilla en la época de Alfonso VIII*. Madrid: CSIC, 1960.
- GUERRAU, Alain. *Feudalismo: um horizonte teórico*. Lisboa: Edições 70, 1990.
- GUGLIELMI, Nilda. *La curia regia en León y Castilla*. Cuadernos de Historia de España (1955).
- GUTIÉRREZ AJA, María del Carmen; RIAÑO RODRÍGUEZ, Timoteo. *El Cantar de Mío Cid. 2: Fecha y Autor del Cantar de Mío Cid*. Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2006. Disponível para download em: Último acesso em 06/05/2016.
- HERNÁNDEZ, Francisco J. Historia y etopeya. El Cantar del Cid entre 1147 y 1207. *Actas del III Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval* (Salamanca, 3 al 6 de octubre de 1989). Ed. María Isabel Toro Pascua. vol 1. Salamanca: U de Salamanca, 1994.

HESPANHA, António Manuel. *Às Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político (Portugal, séc. XVII)*. Coimbra: Almedina, 1994.

JAEGER, Stephen. Courtliness and Social Change. In: *Cultures of Power: Lordship, Status and Process in Twelfth-Century Europe*. Ed. Thomas N. Bisson. Filadélfia: University of Philadelphia, 1995.

JIMÉNEZ SÁNCHEZ, Antonio. *La Literatura en la corte de Alfonso VIII de Castilla*. Tese (doutorado). Departamento de Lengua Española, Universidad de Salamanca, 2001. 506 f.

JOVER ZAMORA, José Maria (dir.). *História de Espanha de Ramón Menéndez Pidal. Tomo XIII*. Madri – Espasa-Calpe, 1990.

LACARRA, María Eugenia. *El Poema de mio Cid: realidad histórica e ideología*. Madrid: Porrúa, 1980.

LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da história? In: *O maravilhoso e o quotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1989.

LÓPEZ, Ana Rodríguez. A política matrimonial de Alfonso VIII. In: *La consolidación territorial de la monarquía feudal castellana: expansión y fronteras durante el reinado de Fernando III*. Consejo superior de investigaciones científicas. Madrid: Travilla, 1994.

MACEDO, José Rivair. *Mouros e Cristãos: a ritualização da conquista no Velho e no Novo Mundo*. In: ALVES, Francisco das Neves. Brasil 2000. Quinhentos anos do processo colonizatório: continuidade e rupturas. Rio Grande: RS Fundação Universidade Rio Grande, 2000.

MACKAY, Angus. *La España de la Edad Media*. Desde la frontera hasta el Imperio (1000-1500). Madrid, 1980.

MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. *Alfonso VIII, Rey de Castilla y Toledo*. Burgos: La Olmeda, 1995.

MARTÍNEZ DÍEZ, Gonzalo. *Curia y cortes en el reino de Castilla*. In: *Las cortes de Castilla y León en la Edad Media*. Actas de la Primera Etapa del Congreso Científico sobre la Historia de las Cortes de Castilla y León. Vol 1. Valladolid: Cortes de Castilla y León, 1988.

MARTÍNEZ, Carlos de Ayala. Guerra Santa y órdenes militares em época de Alfonso VIII. In: DÍEZ, Carlos Estepa; RUIZ, Maria Antonia Carmona (coords.). *Monografías de la Sociedad Española de Estudios Medievales*, nº 5. Madrid, 2014.

MATTOSO, José. *Fragmento de uma composição medieval*. Lisboa: Estampa, 1987.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. Crítica del texto. In: _____. *Cantar de Mio Cid: texto, gramática y vocabulário*. 5 ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1976.

- MENÉNDEZ PIDAL. *La España del Cid*. 4 ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1947.
- MINGUEZ, José Maria. *Las sociedades feudales*. Madrid: Nerea, 1994.
- MORSEL, Joseph. *La Aristocracia Medieval: la dominación social em Occidente (siglos V-XV)*. Trad. Fermín Miranda. Universitat de València, 2008.
- MOTA, Bruna Oliveira. *E por esta razon conuino que fuessen los reyes, e lo tomassen los omes por señores; uma análise da legitimidade, autoridade e poder no reinado de Alfonso X através das suas redes de negociações senhoriais (1252-1284)*. – Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão 2018.
- NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII-XVI)*. Madrid: Eudema, 1988.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso*. Campinas, SP: Pontes Livros, 2012.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e Leitura*. 4ª ed. São Paulo, Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1999.
- OLIVEIRA, Bruno de Melo. *O senhor da guerra: relações políticas e sociais da vida do Cid Campeador*. Dissertação (mestrado) – UFF/ Programa de Pós-Graduação em História, 2006. 226 p.
- PAULA, Ronison Penha de. *A literatura épica e os princípios da “identidade” Castelhana*. Dissertação (Mestrado em História Ibérica) – Universidade Federal de Alfenas/MG, 2016.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2ª ed. Campinas: Unicamp. 1995.
- PÉREZ, Francisco Bautista. Memoria de Carlomagno: sobre la difusión temprana de la matéria carolingia em España (Siglos XI-XIII), *Revista de poética medieval*, n. 25, 2011.
- PIÑERO VALVERDE, María de la Concepción, o Mouro Amigo do Cid. *Caligrama - Belo Horizonte*, v. 3 – novembro/1998.
- PORTERA, Juan. La venganza en los Infantes de Lara y en el Cid. *La juglaresca: Actas del I Congreso Internacional sobre la Juglaresca*. Ed Manuel Criado de Val. Madrid: EDI-6, 1986.
- PROCTER, Evelyn S. *Curia and Cortes in León and Castile 1075-1295*. Cambridge: Cambridge UP, 1980.
- RECUERO ASTRAY, Manuel. *Alfonso VII (1126-1157)*. Burgos: Editorial La Olmeda, 2003.
- REILLY, Bernard. *Cristãos e Muçulmanos: A Luta pela Península Ibérica*. Lisboa: Teorema, 1992.
- RÉMOND, RENÉ. *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

- RICO, Francisco. La clerecía del mester. *Hispanic Review*, Philadelphia, PA. v. 54, n. 3, 1985
- RUCQUOI, Adeline. *História Medieval da Península Ibérica*. Lisboa: Editoria Presença: 1998.
- RUIZ, Teófilo. *From Heaven to Earth. The reordering of Castilian Society, 1150 – 1350*. Princeton University Press, 2004.
- SANTOS, Maria do Carmo Parente. Guerra, Igreja e Poder – As relações políticas entre os reinos ibéricos nos séculos XI e XII. Rio de Janeiro: *Medievalis*, Vol. 1 (2), 2013.
- SCHMITT, Jean-Claude. *O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média*.
- SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão. Reflexões metodológicas sobre a análise do discurso em perspectiva histórica: paternidade, maternidade, santidade e gênero. *Cronos: Revista de História*, Pedro Leopoldo, n. 6, 2002.
- SILVA, Marcelo Cândido da. A Idade Média e a Nova História Política. *Revista Signum*, vol. 14, n. 1, 2013.
- SMITH, Colin. *The Making of The Poema de Mio Cid*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- SOUZA JUNIOR, Almir Marques. *As duas faces da realeza na Castela do século XIII: os reinados de Fernando III e Afonso X*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, 2009.
- STOPPINO, Mário. Poder. In. BOBBIO, Norberto; MATTEUCHI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (orgs). *Dicionário de política*: Editora UNB, 2004.
- TODOROV, T. *Teorias do Símbolo*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.
- UBIETO ARTETA, Antonio. *El Cantar de mio Cid y algunos problemas históricos*. Valencia: Anubar, 1973.
- UBIETO ARTETA, Antonio. El Sentimiento Antileonés em el Cantar de Mio Cid. *En la España Medieval*, n. 1, 1980.
- ULLMANN, Walter. *Historia del pensamiento político en la Edad Media*. Madrid: Ariel, 1999.
- VALDEÓN BARUQUE, Julio. Feudalismo e Consolidação de los Pueblos Hispánicos (siglos XI-XV). In: LARA, Manoel Tuñón. *História de España*. Volume IV. Barcelona. Labor, 1994.
- WOOD, Ellen M. *Citizens to Lords: a social history of western political thought from antiquity to the middle age*. London: Verso, 2008.